



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA



O Desporto e a Requalificação Urbana da Cidade - Paradoxos e Conflitualidades nos Jogos Olímpicos de Verão, no período compreendido entre 1960 e 2008.

Júri Presidente: Professor Doutor Carlos Colaço

Vogais: Professor Doutor Sidónio da Costa Pardal

Professor Doutor Luis Miguel F. Fernandes da Cunha

Dissertação elaborada com vista a obtenção do Grau de Mestre em
Gestão do Desporto

Miriam Neves de Sousa e Carvalho

2010

“A arquitectura é o jogo sábio, correcto e magnífico dos volumes dispostos sob a luz”.

Le Corbusier

“As sociedades são conduzidas por agitadores de sentimentos, não por agitadores de ideias. Nenhum filósofo fez caminho senão porque serviu, em todo ou em parte, uma religião, uma política ou outro qualquer modo social do sentimento”.

“Se a obra de investigação, em matéria social, é portanto socialmente inútil, salvo como arte e no que contiver de arte, mais vale empregar o que em nós haja de esforço em fazer arte, do que em fazer meia arte”.

Fernando Pessoa



Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família e amigos a quem tive de roubar o tempo e a atenção que lhes era devido, para poder realizar esta tarefa tão distante do vosso convívio.

Principalmente pelo apoio e paciência que tiveram durante a minha ausência e dando-me força para que levasse adiante esta jornada.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar ao Professor Doutor Luís Miguel Cunha, pela possibilidade de tê-lo como orientador e que ao aceitar este desafio demonstrou todo o seu apreço pelo estudo que me propus realizar.

Aos demais professores integrantes do XII Mestrado de Gestão do Desporto desta faculdade que propiciaram um processo de busca de conhecimentos na disciplina de desporto e ainda pela atenção dedicada à minha pessoa sempre que foi necessário, principalmente ao Professor Doutor Carlos Colaço, que me acompanhou nas angústias da realização deste trabalho.

Aos funcionários da Faculdade de Motricidade Humana pelo apoio dispensado quando dele tive necessidade, em especial aos serviços da Biblioteca Noronha Feio.

Aos colegas companheiros de caminhada, especialmente a Isabela e a Lauriane, que souberam estar ao meu lado quando foi preciso.

À Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que por interesse do Serviço Público concedeu o meu afastamento para a realização do presente estudo fora do meu querido País.

À Secretaria de Estado de Esportes do Distrito Federal na pessoa do Subsecretário das Vilas Olímpicas Professor Marco Aurélio Guerra, pelo incentivo e força dados nos primeiros passos deste trabalho.

Ao Engenheiro Renato Ely que no momento exacto soube dar-me o apoio que era preciso.

Ao Comité Olímpico de Portugal pela abertura do acervo histórico dos Jogos Olímpicos a que se refere este trabalho.

À minha família que soube compreender a minha ausência e aguardar o meu regresso, especialmente a minha Mãe que sempre apoiou os meus sonhos...ao meu Pai que sempre me disse *“Para seguir em frente!”*...ao meu irmão Leandro e a minha cunhada Viviany, que tanto me incentivaram para que suportasse as saudades de casa...aos meus queridos sobrinhos Felipe e Bruna companheiros na descontração do meu tempo livre no *“skype”!*

Aos meus queridos amigos do Brasil, que sempre torceram pelo meu sucesso na conclusão deste mestrado e que me esperam para uma nova etapa de vida, especialmente a Enilda, a Karina, a Carmem, a Suely, a Mônica e ao Álvaro, a Mariluce e ao Vantuil.

Aos amigos portugueses, conquistados nos últimos anos, que acompanharam esta minha jornada, especialmente à Maria Engrácia e Carlos Moço, à Fatinha e António e aos meus padrinhos Maria Esmeralda e Manuel Constantino, pela recepção e demonstração da hospitalidade portuguesa.

Por último, um agradecimento muito especial ao meu marido Mário por saber compreender e apoiar através do seu companheirismo, paciência e dedicação para que este trabalho se tornasse uma realidade.

Pois, somente um grande amor pode suportar as ansiedades e inquietudes do saber!

A todos, o meu muito obrigado!

Índice Geral

Dedicatória	3
Agradecimentos	4
Lista de figuras	9
Lista de Quadros	13
Lista de Gráficos.	15
Lista de Abreviaturas e Símbolos.....	16
Resumo	17
Abstract	18
1 Introdução.....	19
1.1 Razões Iniciais	19
1.2 Definição do Objecto de Estudo.....	20
1.3 O problema e as questões de partida.	21
1.4 Estrutura do Estudo.	24
Parte I.....	26
2 Revisão da Literatura.....	27
2.1 Antecedentes	27
2.1.1 A Origem da Cidade - da sobrevivência da aldeia à racionalidade da urbe. 27	
2.1.2 A “polis” Grega e o nascimento do Desporto.....	29
2.1.3 A Configuração da Cidade Industrial.	33
2.1.4 A Desaristocratização do Desporto na Sociedade Industrial.	36
2.1.5 O Pré-urbanismo.	41
2.1.6 O Urbanismo Moderno ou a emergência do “standard” ou “tipo”.	45
2.1.7 O Desporto ganha o direito à cidade.	49
2.2 A Urbe e o Desporto.	52
2.2.1 A Ruptura do Urbanismo Moderno.	52
2.2.2 A Defesa da Cidade Histórica.....	56
2.2.3 A nova disciplina: O Desenho Urbano.	59
2.3 O Novo Paradigma do Urbanismo	61
2.3.1 A reconstrução crítica – a experiência de Berlim.....	61
2.3.2 A Requalificação – uma nova estratégia urbana.	65
2.3.3 O processo de “Gentrification” ou a expulsão das cidades.	68

2.4	O Território Desportivo.....	71
2.4.1	O “Genius Loci” Desportivo.....	71
2.4.2	A Popularização do Desporto.....	73
2.4.3	O Desenvolvimento do Desporto pelas Instalações Desportivas.....	75
2.4.4	A Requalificação Urbana e os Eventos Desportivos.....	79
2.5	A nova cidade.....	80
2.5.1	A Sustentabilidade do Planeta.....	80
2.5.2	A Cidade Global.....	83
2.6	A Cidade Olímpica.....	86
2.6.1	A Motivação e os Custos.....	86
2.6.2	Os Critérios.....	87
2.6.3	A Evolução do Património Construído.....	93
Parte II.....		100
3	Hipóteses de Estudo:.....	101
4	Metodologia.....	102
4.1	A Construção do Modelo de Análise.....	102
4.2	As Conflitualidades de Informação.....	105
4.3	Os critérios adoptados.....	105
Parte III.....		107
5	Análise dos Resultados.....	108
5.1	Reflexão quanto ao Modelo.....	108
5.2	1ª Fase 1960 a 1976 – O Dualismo entre o Moderno e o Pós Moderno... 114	
5.2.1	Jogos Olímpicos de 1960 em Roma.....	114
5.2.2	Jogos Olímpicos de 1964 em Tokio.....	117
5.2.3	Jogos Olímpicos de 1968 na cidade do México.....	120
5.2.4	Jogos Olímpicos de 1972 em Munique.....	122
5.2.5	Jogos Olímpicos de 1976 em Montreal.....	127
5.3	2ª Fase de 1980 a 1992 - A Crise Económica e a Requalificação Urbana 134	
5.3.1	Jogos Olímpicos de 1980 em Moscovo.....	134
5.3.2	Jogos Olímpicos de 1984 em Los Angeles.....	136
5.3.3	Jogos Olímpicos de 1988 em Seul.....	137
5.3.4	Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona.....	139
5.4	3ª Fase de 1996 a 2010 – A sustentabilidade e a cidade global.....	153

5.4.1	Jogos Olímpicos de 1996 em Atlanta.	153
5.4.2	Jogos Olímpicos de 2000 em Sydney.	154
5.4.3	Jogos Olímpico de 2004 em Atenas.	157
5.4.4	Jogos Olímpicos de 2008 em Beijing.	159
6	Considerações Finais.	169
7	Conclusões quanto às “Hipóteses” formuladas:	172
8	Recomendações.	175
	Referências Bibliográficas:	181
	Livros e Publicações Diversas:	182
	Referências Eletrônicas:	188
	Anexos	193
	Anexo 1 – 1960 a 1976 (fonte: Relatórios Oficiais dos Comitês Organizadores) ..	194
	Anexo 2 – 1980-1992 (fonte: Relatórios Oficiais dos Comitês Organizadores) ..	197
	Anexo 3 – 1996 a 2008 (fonte: Relatórios Oficiais dos Comitês Organizadores) ..	200

Lista de figuras

Figura n.º: 1 - Aldeia Neolítica. Fonte: Benevolo (2005, p.12)	27
Figura n.º: 2 - Plano de Olympia. Fonte: Finley (1976, p. 49).	32
Figura n.º: 3 – Cena do quotidiano da cidade industrial. Fonte: www.google.com.....	34
Figura n.º: 4 - Paisagem urbana. Fonte: www.google.com.....	34
Figura n.º: 5 - O jogo nas ruas. Fonte:	37
Figura n.º: 6 – A delimitação do recinto desportivo. Fonte: www.google.com.....	38
Figura n.º: 7- Aldeia “New Harmony”, Indiana USA de Owen. Fonte: Castelnou (2007, p. 72).	42
Figura n.º: 8 - Perspectiva do “Falanstério” (1829) de Fourier. Fonte: Castelnou (2009, p. 72).....	43
Figura n.º: 9 e Figura n.º: 10 – A “cidade-jardim” de Ebenezer Howard. Fonte: www.google.com	44
Figura n.º: 11– Modelo do Pré-urbanismo.....	45
Figura n.º: 12 - Ville Radieuse, Sans Lieu de Le Corbusier. Fonte: www.fondationlecorbusier.fr	48
Figura n.º: 13 - Cidade Alemã destruída durante a 2ª guerra mundial. Fonte: www.google.com	52
Figura n.º: 14 – Hansavietel – Berlim 1957. Fonte: www.mai-nrw.de Erro! Marcador não definido.	
Figura n.º: 15 e Figura n.º: 16 – Pruitt-igoe-housing em 1972. Fonte: www.google.com	55
Figura n.º: 17 – Coliseu de Roma Beijin (“O Ninho do Pássaro”) Fonte: www.google.com	73
Figura n.º: 18 – Estádio Olímpico de	
Figura n.º: 19 – Walt Disney Concert Hall em Los Angeles, projecto de Frank Gehry. Fonte: www.studio-internacional.co.uk	84
Figura n.º: 20 – Projecto de Zaha Hadid para o concurso dos Jogos Olímpicos de Londres 2012. Fonte: www.worldpress.com.....	84
Figura n.º: 21 – “Kunsthau” na cidade de Graz na Austria, projecto de Peter Cook e Colin Fournier, concluído em 2003. Fonte: www.nature.com.....	85
Figura n.º: 22 - Os seis modelos teóricos de integração das instalações Olímpicas nas cidades sede. Fonte: Liao e Pitts (2006).	92

Figura n.º: 23 – Proposta de Evolução das Intervenções urbanas dos Jogos Olímpicos (1960/2008).....	103
Figura n.º: 24 - Palazzetto dello Sport. Fonte: www.google.com	114
Figura n.º: 25 – Basílica de Maxentius. Fonte: www.google.com	115
Figura n.º: 26 – Plano da Vila Olímpica de Roma. Fonte: The XVII Olympiad Rome 1960, p.229.....	116
Figura n.º: 27 – Vila Olímpica de Roma. Fonte: The XVII Olympiad Rome 1960 p. 45.....	116
Figura n.º: 28 – Tokio Fonte: The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964, p. 59.....	118
Figura n.º: 29 – Vila olímpica de Yoyogi. Fonte: The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964 p. 284.....	119
Figura n.º: 30 – Complexo Desportivo de Komazawa. Fonte: The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964, p. 117.....	119
Figura n.º: 31 - Complexo Desportivo Meiji. Fonte: The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964, p. 116.....	119
Figura n.º: 32 – Distribuição das Instalações Desportivas. Fonte: Olympic Report Mexico 1968, p. 236.	Erro! Marcador não definido.
Figura n.º: 33 - Palácio dos Desportos. Fonte: Olympic Report México 1968, p. 89.....	121
Figura n.º: 34 – Maquete da Vila Olímpica do México. Fonte: Olympic Report Mexico 1968, p. 189.....	122
Figura n.º: 35 – Plano do Parque Olímpico de Munique. Fonte: Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele, p. 127.....	123
Figura n.º: 36 – O Telhado. Fonte: Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele, Vol. 2, p. 22.	124
Figura n.º: 37 - Parque Olímpico de Munique. Fonte:www.olympiapark.de	124
Figura n.º: 38 – Parque Olímpico de Montreal. Fonte: The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976, vol.2, p. 33	128
Figura n.º: 39 – Plano do Parque Olímpico de Montreal. Fonte: The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976, vol.2, p. 33.	128
Figura n.º: 40 - Estádio Olímpico de Montreal. Fonte: www.google.com	129
Figura n.º: 41 - Estádio Olímpico de Moscovo. Fonte: Games of the XXII Olympiad, vol. 2, p. 48.....	134

Figura n.º: 42 – Distribuição dos locais de competição em Moscovo. Fonte: Fonte: Games of the XXII Olympiad, vol. 2, p. 196.	135
Figura n.º: 43 – Vila Olímpica. Fonte: Games of the XXII Olympiad, vol. 2, p.134.....	135
Figura n.º: 44 – Distribuição das Instalações Desportivas em Los Angeles. Fonte: Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984.	137
Figura n.º: 45 – Plano do Parque Olímpico da cidade de Seul. Fonte: Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988, p. 173.....	139
Figura n.º: 46 - Parque Olímpico da cidade de Seul. Fonte: Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988, p. 173.	139
Figura n.º: 47 – Complexo de Tenis de Vall d’Hebron. Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992 p. 246.....	141
Figura n.º: 48 – Localização das zonas de competição. Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992, p. 149.....	142
Figura n.º: 49 - Instalações Desportivas em Montjuïc. Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992, p. 152.....	143
Figura n.º: 50 – “Parc de Mar” o porto Olímpico. Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992, p. 255.	145
Figura n.º: 51 - “Centennial Olympic Park” de Atlanta. Fonte: The Official Report of the Centennial Olympic Games, Volume 2, p. 151.	154
Figura n.º: 52 – Vila Olímpica no Instituto de Tecnologia da Georgia. Fonte: The Official Report of the Centennial Olympic Games, Volume 2, p. 328.	154
Figura n.º: 53 – Homebush Bay” Fonte: Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games.vol. 1, p. 53.....	155
Figura n.º: 54 – Parque “Millennium” Fonte: Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games.vol. 1, p. 184.	157
Figura n.º: 55 - Vila Olímpica de Sydney. Fonte: Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games, vol. 2, p. 135.	157
Figura n.º: 56 – Zona Costeira de Faliro. Fonte: Official Report of the XXVIII Olympiad 2004, p.151.....	158
Figura n.º: 57 – Centros de Treino de Atenas. Fonte: Official Report of the XXVIII Olympiad 2004, p.53.	158

Figura n.º: 58 – Complexo Desportivo de OAKA. Fonte: Official Report of the XXVIII
Olympiad 2004, p.158. 159

Figura n.º: 59 - Estadio Olímpico de Beijing: “Ninho do pássaro” Fonte: www.google.com 160

Lista de Quadros.

Quadro n.º: 1 – Principais Intervenções Urbanas Neoconservadoras do século XIX. Fonte: Castelnuovo (2007, p. 56).....	42
Quadro n.º: 2 – Resumo dos Princípios do Urbanismo Moderno, a partir da revisão de literatura.....	49
Quadro n.º: 3 – Critérios para o Desenho Urbano a partir de Del Rio (1999).	60
Quadro n.º: 4 – Intervenções da IBA a partir de Passaro (2002).	63
Quadro n.º: 5 – Síntese do princípio de requalificação.....	64
Quadro n.º: 6 – Cartas Europeias relativas a preservação do património histórico (Paiva, Aguiar e Pinho 2006).....	65
Quadro n.º: 7 – Resoluções para Procedimentos de Renovações Urbanas. Fonte:Pinho, 2009.....	66
Quadro n.º: 8 – Quadro conceptual.....	67
Quadro n.º: 9 – Evolução da tipologia de Instalações Desportivas. Fonte: Fried, G. (2010, p. 6).....	79
Quadro n.º: 10 – As preocupações do Eco urbanismo, a partir de Ruano (1998).....	82
Quadro n.º: 11 – Critérios de Avaliação do Comité Executivo do IOC para as cidades candidatas aos Jogos Olímpicos.	89
Quadro n.º: 12 – Dimensionamento do Complexo Olímpico, segundo Millet (1997).....	92
Quadro n.º: 13 – Categorias de legados dos mega-eventos. Fonte: Da Costa, (2008, p. 49).	95
Quadro n.º: 14 – Classificação do estudo de Essex e Chalkley (1998).	95
Quadro n.º: 15 – Classificação do estudo de Liao e Pitts (2008).....	97
Quadro n.º: 16 – Classificação do estudo de Holger Preuss, a partir de Poynter (2008)	98
Quadro n.º: 17 – Classificação de Gilmar Mascarenhas (2007)	99
Quadro n.º: 18 – Quadro Comparativo dos Indicadores dos Jogos Olímpicos.	108
Quadro n.º: 19 – Proposta de Fases a partir de 1960, relacionando os Jogos Olímpicos com o Urbanismo.....	113
Quadro n.º: 20 – Intervenções realizadas na cidade de Tokio. Fonte: The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964.	117

Quadro n.º: 21 – Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos. Fonte: Relatórios Oficiais dos COJOs.....	133
Quadro n.º: 22 – Receitas e Despesas dos Jogos Olímpicos de Los Angeles. Fonte: Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984.	136
Quadro n.º: 23 – Conflitos Políticos que resultaram em boicotes aos Jogos Olímpicos. ...	138
Quadro n.º: 24 – Intervenções Urbanas realizadas em Barcelona em 1992.....	141
Quadro n.º: 25- Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos. Fonte: Relatórios Oficiais dos COJOs.....	152
Quadro n.º: 26 Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos. Fonte: Relatórios Oficiais dos COJOs.....	163
Quadro n.º: 27 – Quadro de Conflitualidades.	168

Lista de Gráficos.

Gráfico nº: 1 – Variação dos custos dos Jogos de Montreal. A partir: The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976.	127
Gráfico nº: 2 – Evolução do Nº de Desportos e Eventos desportivos.	164
Gráfico nº: 3 – Evolução do nº de Países Participantes.	165
Gráfico nº: 4 – Relação entre Espectadores e a População Residente (milhões).....	166

Lista de Abreviaturas e Símbolos.

ACOG – Atlanta Committé for the Olympic Games

CIAM – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna.

CODA - Corporation for Olympic Development in Atlanta

COJO – Comité Organizador dos Jogos Olímpicos

COOB'92 – (Comité Organizador Olímpico de Barcelona)

CON – Comité Olímpico Nacional

CONI – Comité Organizador Nacional Italiano.

EUR – Exposição Universal de Roma.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites (Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios).

IOC – International Olympic Committé

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

LAOOC – Los Angeles Olympic Organizing Committé.

MAOGA – Metropolitan Atlanta Olympic Authority

NOC – National Olympic Committé

OGGI – Olympic Games Global Impacts (Impacto Global dos Jogos Olímpicos)

OCOG-80's – (Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de 1980).

UCLA - University of California, Los Angeles.

UCSB - University of California, Santa Barbara.

USC – University Southern California.

Resumo

Neste estudo, procuramos perceber o papel das Instalações Desportivas na construção da cidade e de seus espaços e a utilização destas, como estratégias de planeamento urbano na requalificação ou reabilitação de áreas degradadas. O nosso objecto de estudo foi as intervenções urbanas realizadas nas cidades anfitriãs dos Jogos Olímpicos de Verão a partir de 1960, por representarem a expressão máxima desportiva, civilizacional e global da humanidade. Utilizámos os Relatórios Oficiais dos Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos, para elaborar o nosso banco de dados. Tal, permitiu verificarmos os paradoxos e as conflitualidades dos intervenientes (individuais, colectivos, institucionais, públicos, privados), que estimulam e dinamizam as relações sociais e a economia local, na realização dos Jogos Olímpicos. Concluímos que as instalações desportivas, mesmo sem o objectivo de atender os mega-eventos, quando integram o planeamento urbano da cidade de forma equilibrada, transformam-se num factor de desenvolvimento desportivo, urbano e humano, promovendo a requalificação de zonas degradadas o que irá permitir a valorização da cidade.

Palavras-chaves: Desporto, Desenvolvimento, Instalações Desportivas, Jogos Olímpicos, Legados, Mega-eventos, Planeamento Urbano, Reabilitação Urbana, Requalificação Urbana e cidade anfitriã.

Abstract

With this study we try to understand the Sports Facilities role in the construction of the city and its urban areas, and also as an urban planning strategy for rehabilitation or requalification of degraded areas. Our study matter was the Summer Olympic Games' urban intervention promoted on the hostess cities since 1960, as they are the ultimate sportive, global and civilized expression of mankind. By a research on Official Reports from the Organizing Committees we created a data bank. This data allowed us to state the paradoxes and conflicts of the agents (individual citizens, groups, private and public organizations) that stimulate local economic activities and make social relations more dynamic during the Olympic Games. We concluded that the sports facilities, even if not to host mega events, integrate the urban planning of the city in an equilibrated manner, become an sportive, human and urban developing condition to promote the requalification of degraded areas, and also allow the city's improvement.

Key-words: Sports, Development, Sports Facilities, Olympic Games, Legacy, Mega Events, Urban Planning, Urban Rehabilitation, Urban Requalifying and Host City

1 Introdução

1.1 Razões Iniciais

A arquitectura como “materialização” do pensamento foi a paixão inspiradora para o desenvolvimento deste trabalho; quando criamos e/ou projectamos o espaço a ser “construído”, o nosso compromisso vai de encontro a satisfação das necessidades humanas e assim sendo a nossa responsabilidade torna-se maior na participação da vida colectiva, onde as manifestações sociais são mais intensas.

Desta responsabilidade surge a necessidade de captar a “essência” das relações sociais do ambiente ou do espaço para aperfeiçoar o trabalho de intervenção no campo da arquitectura, particularmente a desportiva.

A razão inicial para querer reflectir sobre o papel das instalações desportivas como factor de desenvolvimento urbano foi o impacto causado na sociedade brasileira pela escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, visto que, actualmente os legados dos jogos Olímpicos são questionados quanto aos efeitos económicos provocados na cidade que os realiza.

É sabido que o fenómeno desportivo evoluiu a par com o crescimento da cidade e as instalações desportivas caracterizadas como factor de desenvolvimento dela e das suas comunidades integrando na paisagem urbana resultante, mas tivemos a necessidade em perceber a contribuição do desporto para a construção da cidade e as conflitualidades inerentes.

Ao perceber esta contribuição, poderemos contribuir na qualidade de “agente transformador” para o desenvolvimento de projectos desportivos mais coerentes para a sociedade.

Mas, como é de esperar de um espírito irrequieto, imediatamente surgiram dúvidas sobre como conduzir a realização deste trabalho. Com a curiosidade refinada própria da sensibilidade feminina, buscámos em livros, teses, jornais, filmes, fotografias, palestras, conversas (académicas ou não) o pensamento que orientava a relação e a produção do espaço desportivo no espaço público urbano, e assim sendo, iniciámos o esboço deste estudo de modo a reflectir sobre a dimensão do tema: o desporto e a cidade.

Identificámos duas grandes eras do desporto: o seu nascimento na “polis” grega e o seu renascimento nas aglomerações urbanas durante a Revolução Industrial. Se antes tinha um papel aglutinador, ele assume o papel de controlador de tensões sociais surgidas na cidade (Elias, N., 1992). Deste modo, a evolução da cidade, mais do que se assumir como

um factor singular, ela influenciou o desenvolvimento de organizações/instituições desportivas e expressões visíveis nos domínios das actividades físicas recreativas e os tempos livre (Riess, 1989).

Segundo Cunha (2007, p. 105), *“Qualquer instalação ou equipamento desportivo é um factor de qualificação dos aglomerados urbanos que dela mais se aproximam ou das quais se constituem como destinatários”*, o que nos faz reflectir sobre como o fenómeno desportivo tem instituído ou constituído o seu espaço na cidade de forma que as instalações desportivas sejam sustentáveis e lhe propiciem legados.

Com as mudanças económicas advindas da passagem da economia industrial para a pós-industrial na segunda metade do século XX, as áreas centrais e periféricas dos grandes centros urbanos na Europa e América foram degradando-se, resultando em renovações urbanas estratégicas no planeamento urbano com o objectivo de reabilitar ou requalificar estas áreas.

Nesta requalificação a cidade evoluiu do modelo racional e funcional da economia industrial para um modelo pós-industrial onde o sistema produtivo é descentralizado espacialmente e sustentado por tecnologias de informação e comunicação. A cidade global tem reforçado o consumo de produtos, mas acrescenta-lhe agora as dimensões de serviço e de lazer no nosso sistema social (Sassen, 2000; Muxí, 2004); o fenómeno desportivo está integrado na sociedade de consumo e participa da configuração desta nova cidade.

1.2 Definição do Objecto de Estudo.

Segundo, o relatório de 2007 do UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, estima-se que actualmente 50% da população mundial, ou seja, cerca 3,3 bilhões de pessoas, vivem em centros urbanos e que no ano de 2030 este número irá alcançar os 60%, com 5 bilhões de habitantes, indicando que a cidade continuará a ser o palco dos conflitos sociais, geralmente relacionados com a apropriação do espaço urbano decorrendo do aumento populacional.

O Estado é, nesta dinâmica, agente activo, e assume o controlo do espaço social através do exercício das políticas de reserva de solo urbano, mediando os conflitos, utilizando a integração de equipamentos sociais no quotidiano urbano como forma de “equilíbrio social”. E, o desporto por ser uma actividade humana/urbana com expressão na cidade, está sujeito às mesmas leis que a regulam e faz parte destes conflitos existentes.

Neste contexto do espaço urbano, incluem-se os processos de renovação e reabilitação urbana que tendem a reconfigurar os espaços mais antigos, sujeitos ao

envelhecimento e à degradação física, cujo grau de intervenção dependem das: tipologias, dimensão e valorização económica destas zonas urbanas.

Estes são desafios que se colocam ao planeamento urbano, tanto mais sabendo que a cidade moderna assenta numa economia de base e de princípios capitalista, onde os “pobres” são empurrados para a periferia e conseqüentemente excluídos do acesso dos equipamentos centrais.

Nesta lógica capitalista os investimentos nestes processos de requalificação seguem os princípios de racionalidade económica subjacente à aplicação da lei da escassez que são conseqüentemente confirmadas pela aplicação dos recursos e dos comportamentos económicos dos agentes envolvidos.

De todos os mega-eventos desportivos, os Jogos Olímpicos é o evento que maior impacto provoca a nível mundial e quando as cidades que os acolhem não conseguem equilibrar as despesas financeiras efectuadas com o benefício oferecido à sua população, cujo acesso às instalações construídas, lhes é negado por motivos financeiros ou outros, deixando assim de ser utilizadas. Esta não utilização comporta maiores despesas de manutenção por parte dos governos locais (Essex e Chalkley, 1998; Preuss, 2008), assim a realização dos Jogos Olímpicos estabelece um paradoxo.

Os Jogos Olímpicos e as suas características festivas, como expressão global do “*Olimpismo*”, estabeleceram uma ritualização positiva do comportamento, aliado ao desenvolvimento da comunicação de massa e paradigmas para as Instalações Desportivas construídas em diversas localidades da cidade (Essex e Chalkley, 1998).

Assim, o nosso objecto de estudo será as intervenções urbanas promovidas pelos Jogos Olímpicos de Verão nas cidades anfitriãs, seus paradoxos e conflitos resultantes destas intervenções.

1.3 O problema e as questões de partida.

O problema de base detectado e que será o objecto do nosso estudo: é a possibilidade do desporto ser capaz ou não de requalificar áreas urbanas.

Não se trata de uma tese sobre arquitectura ou urbanismo, mas é a elas e às suas disciplinas que vamos buscar os conceitos fundamentais para que se possam estabelecer índices de avaliação quanto à implantação de instalações desportivas como factor de requalificação da vida e do espaço social, almejado pela população carente.

O tema do nosso interesse está focado nas relações entre o espaço desportivo construído e a sua valorização urbana como instrumento de requalificação urbana, o que constitui um cenário de “*espectacularização*” da cidade (Debord, 2003).

O trabalho versa sobretudo a componente urbanística da requalificação urbana promovida ou não, pelas instalações desportivas. Pretendemos estudar as intervenções urbanas promovidas pelos Jogos Olímpicos de Verão, particularmente a partir de 1960, de modo a entender a contribuição do desporto pelo “*Movimento Olímpico*” na construção do espaço urbano que é a cidade.

É a partir deste contexto que definimos, o tema e os objectivos específicos do presente estudo que se centra no entorno dos fenómenos desportivos utilizados como estratégia do planeamento urbano e na requalificação urbana. E como forma de equacionar o problema, colocamos as seguintes questões:

- Pode a arquitectura contribuir para um nível de equipamento urbano/desportivo de forma que beneficie desportivamente e civilizacionalmente os cidadãos de uma comunidade residencial, como é numa cidade acolhedora dos Jogos Olímpicos?

- O desporto pode requalificar áreas urbanas?

- Como é que as Instalações Desportivas podem assumir o papel de instrumento de requalificação urbana?

- A escala dimensional das Instalações Desportivas é a que possibilita a apropriação pela sociedade após a realização dos Jogos Olímpicos?

- Os Mega-eventos Desportivos são promotores do desenvolvimento urbano?

- A implantação de Instalações Desportivas em áreas urbanas degradadas permitirá a requalificação do espaço urbano?

- Como é que podemos medir a requalificação urbana promovida pelo desporto?

- As Instalações Desportivas permitem a flexibilização de uso para as actividades da população local?

- A concentração de instalações e equipamentos desportivos permite a acessibilidade da população menos favorecida?

- Quais os papéis dos agentes desportivos e não desportivos, as conflitualidades que os mesmos despertam, quais os interesses e os desempenhos dos mesmos durante os Jogos Olímpicos?

Foi a partir deste quadro de referência que os objectivos gerais do presente trabalho foram determinados e pretende-se:

- Perceber o papel das Instalações Desportivas na requalificação da cidade tendo como base os princípios do urbanismo consubstanciadas em diferentes teorias que as enquadram e legitimam;

- Perceber as diferentes tipologias de intervenção urbana que se encontram expressas nas cidades que acolhem os Jogos Olímpicos.

Objectivos específicos:

- Identificar as conflitualidades existentes entre os agentes dinamizadores do processo de construção urbana pelo desporto.

- Obter parâmetros para modelos de intervenção em cidades que jamais serão palco “olímpico”, mas que necessitam de instalações desportivas sustentáveis, beneficiando da “doutrina” produzida pelo conhecimento.

- Constituir estratégias para o planeamento urbano e desportivo a nível de instalações desportivas, como forma de promover um desenvolvimento sustentável estabelecendo um “cenário” ou um “modelo” de intervenção dos eventos desportivos na requalificação urbana.

Como medir o valor dos legados desportivos e dos legados urbanos para a cidade e para comunidade residencial?

Tentaremos estabelecer critérios para atingir os nossos objectivos, o que não será fácil, pois segundo Lamartine da Costa (2008, p. 42) a inexistência de uma teoria sobre legados determina que os pesquisadores:

“(...) utilizem preferencialmente como metodologia o uso extensivo de boas práticas (opções de gestão ou de procedimentos técnicos que se tornam modelo para actividades diversas das originais) e o benchmarking (busca das melhores práticas que conduzem a um desempenho superior em distintos lugares ou áreas de actuação)” (Da Costa, 2008).

Poyter (2007, p. 129) afirma que o conceito de legado está focado em resultados não desportivos como importante fonte de legitimar a cidade para receber os jogos. As instalações desportivas têm sido apontadas como um legado negativo para as cidades devido aos custos e ao facto de não ter utilização após o evento.

A medição dos impactos primários e secundários dos Jogos Olímpicos nas cidades sedes é complexo. O IOC introduziu em 2001 o seu programa de Impacto Global dos Jogos Olímpicos OGGI – para identificar uma série de medidas para avaliar o impacto do evento, o estudo é iniciado dois anos antes do evento e prolonga-se por 9 anos após o mesmo, as modificações ambientais são estimadas em 9 anos com 159 indicadores de sustentabilidade e 1.726 variáveis operacionais nas categorias económico, ambiental e social (Da Costa, 2007, p. 241).

1.4 Estrutura do Estudo.

De modo a darmos curso a estas intenções, estruturaremos o nosso estudo, organizando-o em três partes para facilitar a leitura e compreensão do mesmo:

A primeira parte corresponderá à revisão de literatura organizada em cinco temas:

- Os antecedentes da formação da cidade e do desporto;
- A evolução da teoria urbana do modernismo ao pós-moderno;
- O território desportivo;
- A nova cidade;
- A cidade olímpica.

Será consubstanciada em teorias que enquadram e legitimam o desporto como fenómeno social dinamizador dos espaços colectivos na cidade e por fim a evolução das intervenções dos Jogos Olímpicos de Verão e o seu enquadramento no processo de reabilitação urbana com a caracterização da área de estudo.

A segunda parte, corresponderá à construção de uma metodologia para a qual equacionamos as questões levantadas quanto à requalificação urbana, partindo de uma nova proposta de fases de evolução das intervenções urbanísticas dos Jogos Olímpicos nas cidades sedes a partir de 1960 na cidade de Roma, relacionando-as com marcos importantes dos conceitos que constroem a cidade, como teremos a oportunidade de ver.

Nesta segunda parte pretendemos, também ilustrar as intervenções urbanas ocorridas nas cidades sede de que modo é que os diferentes agentes desportivos e não desportivos, presentes no espaço urbano e na vida social das cidades, actuam, se legitimam, bem como tentaremos perceber as acções realizadas nestas intervenções apropriadoras desse mesmo espaço urbano.

Há operadores, assim como reguladores, destinatários desportivos e não desportivos que formularam estratégias ou impactos económicos e urbanos no futuro das cidades, as quais constituem legados positivos ou negativos que perdurarão com os impactos correspondentes.

Numa terceira parte, trataremos dos resultados encontrados, de modo a esboçar considerações e recomendações para futuros estudos.

Do ponto de vista metodológico, cumpre explicitar que a delimitação temporal do estudo coincide com as intervenções de maior amplitude na estrutura urbana das cidades sedes, a partir dos Jogos Olímpicos de 1960 em Roma, o que é confirmado pelos autores: Essex e Chalkley (1999), Liao e Pitts (2006) e Francec Muñoz (1997).

Recorremos às informações contidas nos “sites” do IOC e Museu Olímpico na “web”, para a recolha de informações existentes. Colocamo-nos no limiar da execução da metodologia de modo a conseguir estabelecer um banco de dados que fosse capaz de estabelecer indicadores possibilitadores de uma avaliação das qualidades do processo de requalificação urbana, promovido pela realização dos Jogos Olímpicos.

Os Relatórios Oficiais dos Comités Organizadores dos Jogos Olímpicos (COJO) são uma obrigação contratual com o IOC e devem ser um relato completo e oficial das celebrações dos jogos. A disponibilidade, poderá permitir o estabelecimento deste banco de dados, assim tornaram-se a nossa principal ferramenta de colecta de dados.

Convém dizer também que fomos apanhados num turbilhão de conflitualidades entre a Faculdade de Motricidade Humana e o Comité Olímpico de Portugal a que somos alheios. Este diferendo foi esclarecido no decorrer deste trabalho, o que nos possibilitou verificar ainda alguns documentos oficiais relativos aos Jogos Olímpicos no acervo de documentos do COP.

Por fim, para perceber o conceito do Parque Olímpico, realizámos uma visita ao “*Olympiapark*” da cidade de Munique em 19 de Junho de 2010, o que nos permitiu esclarecer alguns pontos abordados.

2 Revisão da Literatura

2.1 Antecedentes

2.1.1 A Origem da Cidade - da sobrevivência da aldeia à racionalidade da urbe.

A pequena abordagem histórica terá como objectivo de estabelecermos a ligação do desporto com a cidade, como resultado das intervenções exercidas pelos agentes no território.

Recordamos que no período mesolítico o homem fixa-se em aldeias a partir do momento em que inicia a produção de alimentos através da agricultura primitiva e da domesticação de animais. A regularidade na produção promove a primeira transformação no período neolítico, quando o homem ocupa o território de forma permanente – é a revolução agrícola (Munford, 1982; Benevolo, 2005) correspondente à 1ª vaga da civilização segundo a “sucessão de vagas” de Toffler (citado por Pires, 2007, p. 37).

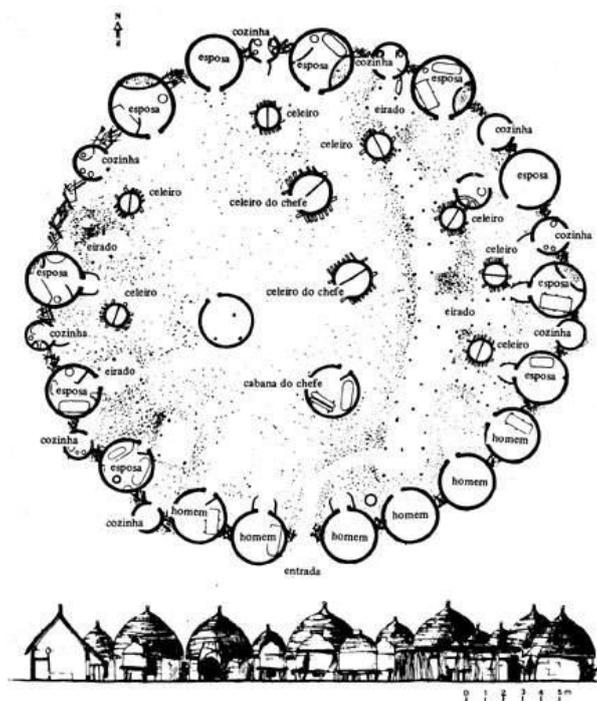


Figura n.º: 1 - Aldeia Neolítica. Fonte: Benevolo (2005, p.12)

Na cultura neolítica a aldeia representa o aglomerado familiar. Nela, o homem encontrou a segurança, a protecção, a continuidade, a nutrição e o acolhimento. Estas são características que expressam os elementos “femininos” da cultura, que posteriormente foram transmitidos à cidade, quando da união das culturas neolítica e paleolítica.

A cultura paleolítica de características mais arcaicas (masculina), pois se expressa através do domínio da força física do homem caçador sobre os camponeses, este caçador

que não tem medo de sair da aldeia em busca de sua caça (... “as armas não eram só instrumentos de caça, agora ameaçam e dominavam os homens”), deste grupo origina-se o “chefe guerreiro” posteriormente elevado à “*chefe da aldeia*” (Mumford, 1982, p.37 e 38).

Também, para Ortega y Gasset (1987) este domínio pela força física sustenta a teoria da origem do Estado que teve o seu início na formação de grupos de jovens caçadores que se reuniam em “*clubes*” (casa dos solteiros) onde estabeleciam seus ritos e treinos de força com o objectivo de promover a guerra, no início para raptar mulheres de outras tribos e posteriormente conquistar novos territórios. Este grupo guerreiro exercia actividades de treino e competições primárias do desporto, daí se vislumbra “*a origem desportiva do Estado*”.

O espaço central da aldeia seria destinado a acção política e religiosa do colectivo, ocupado pelo “chefe” que detém o poder¹, torna-se um local diferenciado e privilegiado detentor da sede da autoridade de um grupo dominante (Childe, 1981, citado por Castelnou, 2005, p. 6).

Com a alteração do poder de comando, quando o chefe da aldeia é elevado à categoria de “*rei dominante*”, surge um novo território, demarcado com a construção do palácio real, circundado por uma muralha de protecção e nos arredores a população submetia-se a uma nova autoridade imposta, esta cidadela seria o “*plano piloto*” inicial, que determinaria a origem das funções e finalidades do corpo social (Mumford, 1982, p. 38).

O que caracterizou o aglomerado que pudesse vir a ser entendido como cidade, não foi o aumento populacional, mas sim o facto da existência de uma primitiva divisão social do trabalho a partir das comunidades agrícolas, que com o excedente de produção permitiu que o homem estabelecesse novas relações sociais, surgindo novas profissões e funções, tendo como exemplo os mineiros, pescadores e lenhadores, o que veio a propiciar novas relações de troca na sociedade em formação (Mumford, 1982; Sennet, 1990, citado por Freitag, 2001).

As condições dos aglomerados que mais se aproximam da cidade são estabelecidas por Brumes² (2001) a partir de Henri Lefebvre (1972, 1991, 1999) e Jaques Le Goff (1998), onde se destaca a evolução dos processos de produção na agricultura e no pastoreio;

¹ Segundo Castelnou (2005, p. 6) a disposição em círculo é devido a necessidade de protecção contra os inimigos e a realização dos rituais religiosos. Esta configuração será mantida durante a evolução das cidades como local de instalação do poder político-económico.

² Karla Rosário Brumes é mestre pela FCT/UNESP.

separação espacial entre elas; adensamento populacional; divisão social: o agricultor e o pastor e as inovações que proporcionaram o desenvolvimento do artesanato.

Benevolo (2005), acrescenta também que o contraste entre os grupos sociais dominantes e subalternos a partir da especialização da produção permite a sociedade evoluir e a cidade será o motor desta evolução.

A cidade como concentração de força de trabalho sob uma chefia firme, unificadora e auto confiante, *“um instrumento para arregimentar homens para o domínio da natureza dirigindo a própria comunidade ao serviço dos deuses”* (Mumford, 1982, p. 40).

Para Lewis Mumford (1895-1990) *“não há definição que caracterize todas manifestações da cidade, nem descrição isolada que contenha suas transformações”*, mas o momento histórico de seu surgimento permite compreender os processos das relações sociais, económicas e políticas que estabelecem e a sua configuração espacial.

O consenso entre diversos autores está nas condições que permitem conceituar a cidade. Segundo Castelnou (2005, p. 6), as cidades são lugares onde existe uma divisão social de trabalho por meio de actividades especializadas, cujas bases são económicas e para Choay (2007) é ao longo da história que o processo de adaptação da cidade à sociedade que nela habita é encontrado, tradicionalmente a partir das transformações económicas. Assim, a economia está na base da formação da cidade.

Na antiga Grécia, um novo território urbano originário dos rituais religiosos de homenagem aos ancestrais e das festividades consagradas aos deuses irá estabelecer novas relações sociais, materializando-se na cidade: são as instalações destinadas às festividades e jogos de carácter *“desportivo”*.

2.1.2 A “polis” Grega e o nascimento do Desporto.

As cidades-estado que constituíam politicamente a antiga Grécia eram organizadas de forma a gerar maior qualidade de vida aos habitantes, com uma disposição espacial representando a própria hierarquia político-económica e a organização da vida civil, desenvolviam-se nas colinas, respeitando a natureza e a sua topografia, o que facilitava a sua defesa. A topologia determinava o posicionamento das edificações, estabelecendo uma cidade alta ou *“acrópole”* destinada aos templos religiosos e uma cidade baixa ou *“astú”* destinada ao comércio e relações civis, totalizando três zonas: áreas sagradas (templos dos deuses), áreas privadas (moradia) e áreas públicas para reuniões políticas, comércio, teatro, jogos desportivos, etc. (Benevolo, 2005).

Apesar destas distinções a cidade é um aglomerado único, onde não havia zonas fechadas ou independentes, cujas principais características eram: *“unidade, articulação, equilíbrio com a natureza e limite de crescimento, onde o Estado personificava os interesses gerais da comunidade, administrando directamente as áreas públicas e interferindo nas áreas privadas”* (Benevolo, 2005, p. 55).

“ O conceito de “polis” está associado à realização da liberdade colectiva do corpo social, pode existir liberdade individual, mas não é indispensável” (Benevolo, 2005, p. 57). *“Polis é um termo polissémico e utilizado por Homero, ora no sentido de uma aglomeração urbana, ora no da assembleia do conjunto de seus habitantes”* (Kern³), podemos entender como uma configuração da plenitude social realizada publicamente.

O núcleo da *“polis”* era a acrópole, situada em um morro defensável, uma praça-forte que mantinha a vigilância sobre a cidade e o campo, inicialmente foi ocupada pelos reis, com a substituição da aristocracia pela democracia (período clássico) foi ocupada pelos templos e tornou-se símbolo da vida democrática e da igualdade dos cidadãos, enquanto o centro da cidade baixa o *“ágora”* era a praça do mercado que se torna o núcleo da vida social e comercial (Castelnou, 2005).

Hannah Arendt (1906-1975), em *“A Condição Humana”* enquadra a acção (política) exclusivamente no plano da esfera pública (liberdade). A acção (política) não equivale ao trabalho necessário à sobrevivência biológica ou à produção técnica características da esfera privada onde o homem se encontrava privado da mais importante das capacidades - a acção política.

Na *“polis”* grega, o espaço público é um espaço de liberdade e igualdade, enquanto o espaço privado é dominado pelo chefe de família com a subordinação orientada por necessidades e carências.

“ Ser cidadão da polis, pertencer aos poucos que tinham liberdade e igualdade entre si, pressupunha um espírito de luta: cada cidadão procurava demonstrar perante os outros que era o melhor exibindo, através da palavra e da persuasão, os seus feitos singulares, isto é, a polis era o espaço de afirmação e reconhecimento de uma individualidade discursiva (Antunes, s/d⁴).

³ Arno Alvarez Kern é historiador, arqueólogo, professor titular da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul e pesquisador nível 1-A do CNPQ (sem data).

⁴ Marco António Antunes – Universidade da Beira Interior, publicado em www.bocc.ubi.pt.

O homem só era inteiramente humano se ultrapassasse o domínio instintivo e natural da vida privada e exercesse a acção na esfera pública, segundo Arendt (citada por Antunes, s/d) a génese da acção política está na polis grega.

O palco desta génese era o “espaço público” e talvez a primeira função do “*ágora*” tenha sido a formação do círculo de espectadores ao redor do concurso de exibição de força corporal e de perícia (Munford, 1982, p. 132), com a evolução das “provas” de competição surge a implantação do “*stadium*” que necessitava de grandes áreas.

Devido à topologia do território da “*polis*” e dado as suas dimensões, o “*stadium*” se situava na periferia da acrópole, com capacidade para receber praticamente toda população “*livre*” da cidade.

É o espírito de luta que os gregos encontravam nos “jogos”⁵, que estavam associados à mitologia e factos históricos – “*onde o divertimento, a ordem e a excelência eram geridos por “Paidia” numa dinâmica festiva, agonística e sagrada, que resultou no talento e na vocação para a competição*” (Pires, 2007, p. 13).

A educação agonística representava o bem-estar social, pois os jogos controlavam a violência, impedindo que o homem se perdesse nos combates contínuos (pré-homérica), numa escala de destruição total com as sucessivas guerras (Nietzsche citado por Pires, 2007, p. 14), a realização dos jogos teve o mérito de estabelecer a “*trégua sagrada*” (paz política) quando todos podiam viajar livremente (Pires, 2007)

“*O jovem grego, quando competia (...) pensava na satisfação da sua cidade natal na medida em que era a glória dela que ele queria projectar*” (Pires, 2007, p.14), a este estado de espírito chamavam de “*areté*”- uma virtude da nobreza aristocrática.

⁵ Vários autores indicam a origem religiosa dos “jogos”- olímpicos, píticos, nemeus e ístmicos, como uma homenagem aos ancestrais ou primeiros habitantes da Grécia, num concurso de exibição de força corporal e de perícia (Munford, 1982, p. 132).

Poderemos constatar que os ritos e mitos podem resultar em actividades desportivas ao observar o exemplo da celebração dos povos indígenas da região do Alto Xingu no Brasil que realizam o “*Kuarup*” um festival intertribal de homenagem aos mortos onde realizam danças, competições de lutas “*huka-huka*” e corridas utilizando toros de madeira entre os campeões das tribos participantes, que realizam sua preparação em cabanas de palha erguidas enfrente a “*casa dos homens*”. Kuarup é o nome da madeira que na origem do mito teria sido utilizada por Mawutzinin, o primeiro homem do mundo, para trazer os mortos à vida, este festival motivou a criação dos “Jogos dos Povos Indígenas” realizados desde 1996 no Brasil com o apoio do Ministério do Esporte e FUNAI para fomentar o resgate, a acção e o incentivo às manifestações desportivas e culturais do índio (www.funai.gov.br).

A prática do desporto introduziu uma nova instituição na cidade helénica: a “*palestra*” ou o “*campo de luta*” edificado em bosque de plátanos destinado a todo o tipo de competição e exibição atlética, com o tempo se transforma em um ginásio, um campo de desporto fechado com vestiários, banheiros e mais tarde salas de aula – “*o espírito não era deixado vazio pelo exercício físico, por demais violento*” (Mumford, 1982, p.49), constituíam um novo território urbano destinado às actividades desportivas, educacionais e culturais, confirmando a excelência dos gregos na educação.

Tendo como exemplo o plano de “*Olympia*” um centro religioso e desportivo, cujos “*Jogos Olímpicos*” foram os de maior destaque na antiguidade, verificamos a formação deste território desportivo que foi ampliando ao longo dos anos, atendendo às actividades do treino físico, educação e repouso.

Na figura nº 2 verificamos que as edificações de números 20, 21, 23, 27 e 29 respectivamente, o “*gimnasio*”, a “*palestra*”, o “*heroon*” (túmulo para heróis), o “*hostal*” e o “*leonidaion*” (alojamento dos atletas) formam o complexo utilizado durante as actividades desportivas dos jogos, além é claro do “*stadium*” (nº 10, devido a sua dimensão, ocupa o terreno no lado oposto).



Figura n.º: 2 - Plano de Olympia. Fonte: Finley (1976, p. 49).

Para Miller (2008, p. 29) o declínio dos Jogos iniciou-se quando as virtudes da “*academia*” suplantaram a dedicação dos jovens gregos ao atletismo. Lentamente, assiste-se ao declínio da sociedade grega associado ao domínio romano, com a conversão de “*stadiuns*” em “*arenas*” de combate, onde os escravos lutariam pelas suas vidas, tendo

como adversários animais selvagens; mas, o declínio dos Jogos terá o seu ápice na expansão do ascetismo cristão.

Berger e Moussat (citados por Le Floc'hmoan, 1969, p.53) afirma que para os cristãos *“embelezar o corpo era arriscar-se a perder a alma, divertir-se com os jogos desportivos era roubar tempo à oração”*, segundo Caillat (1996, p. 15) *“o triunfo do cristianismo modifica profundamente a relação do homem com os exercícios físicos”*, pois o interesse pelo corpo torna-se incompatível com a religiosidade e a ginástica é progressivamente abolida ao longo do tempo. Assim, quando o Imperador Romano Teodósio I (379-395) adoptou o cristianismo como religião, proibiu as celebrações pagãs, conseqüentemente o fim dos *“Jogos Olímpicos”* no ano de 373 (Coote, 1975).

O desporto voltará a intervir no corpo colectivo da sociedade séculos mais tarde, quando um novo modo de produção alterar as aglomerações urbanas do século XVIII (Revolução Industrial), o que permitirá o seu desenvolvimento e na sua *“espectacularização”* com o renascimento dos Jogos Olímpicos no século XIX.

2.1.3 A Configuração da Cidade Industrial.

Há passagens na história humana que são fundamentais como factores de urbanização do território, tais como a revolução agrícola neolítica e a revolução urbana da idade do bronze. Mas, o principal factor de urbanização foi a Revolução Industrial (1750-1830), em decorrência das transformações económicas dos séculos XVIII e XIX, que resultaram num conjunto de factores e conseqüências:

- O aumento da população e sua redistribuição no território;
- O aumento dos bens e serviços produzidos pela agricultura;
- O aumento de indústrias e actividades terciárias;
- O desenvolvimento dos meios de comunicação promovendo a rapidez de desenvolvimento.

O desenvolvimento contínuo da tecnologia para produzir mais quantidade, com melhor qualidade e rapidez deve-se ao empreendedorismo do homem que buscou solucionar problemas através do cálculo e reflexão (Castelnou, 2005, p. 53), mas a falta de coordenação entre o processo científico e a organização geral da sociedade promoveu crises e sofrimento à população.

O carácter aberto destas transformações estabeleceu uma desordem espacial, o que acentuou os problemas habitacionais, de abastecimento, de higiene, de transporte e de circulação, já existentes na cidade do século XVII (Benevolo, 2005; Castelhou, 2007).



Figura n.º: 3 – Cena do quotidiano da cidade industrial. Fonte: www.google.com

Neste período, os economistas pregavam a limitação da intervenção pública na vida social, a liberdade individual é considerada como condição de desenvolvimento económico liberal. O próprio espaço colectivo foi alvo da especulação imobiliária, quando Adam Smith (1723-1790) sugeriu a venda de terrenos públicos para o pagamento das dívidas, o que é rapidamente adoptado pelas administrações das cidades, beneficiando as classes dominantes (Benevolo, 2005).

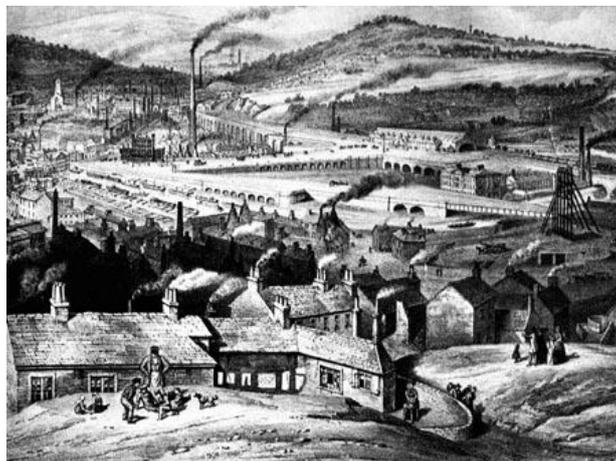


Figura n.º: 4 - Paisagem urbana. Fonte: www.google.com

O modelo liberal das cidades, onde a classe dominante do poder económico fazia valer a liberdade da iniciativa privada no campo imobiliário aproveitando-se da desordem urbana decorreu da:

“... desvalorização das formas tradicionais de controlo público do ambiente construído (planos urbanísticos e regulamentos), considerados sobreviventes do antigo regime, a recusa em aceitar as dificuldades do ambiente como factos inevitáveis e a crença de corrigir os defeitos actuais com acções calculada” (Benevolo, 2005,p.).

A cidade tradicional europeia tem o seu núcleo central ocupada pela classe rica, enquanto a classe operária sobrevive em ambientes degradados. Quando as más condições de higiene afectam os demais ambientes e interfere na qualidade de vida das classes mais abastadas, surge uma nova faixa nos arredores do núcleo urbano anterior – a periferia. É um território livre onde irá estabelecer os bairros de luxo, os bairros pobres contíguos às indústrias, depósitos, etc (Benevolo, 2005).

A partir da revolução de 1848, com o manifesto do Partido Comunista escrito por Marx e Engels (utopistas), que pregava a supressão da oposição entre o campo e a cidade, o fim da propriedade privada e do trabalho assalariado (socialismo científico) e o agravamento das condições higiénicas da cidade, faz o Estado abandonar a tese liberal de não intervenção do mesmo nos mecanismos sectoriais, e inicia grandes reformas urbanas na segunda metade do século XVIII, dando os primeiros passos de planeamento urbano a partir da criação das Leis Sanitárias⁶, que apresentam normas de habitação para os trabalhadores (Benevolo, 2005).

A partir destas transformações irão surgir teorias de bases científicas sobre a questão urbana, apesar do homem desde a antiguidade intervir no espaço urbano, pois havia normas de composição arquitectónica baseadas em critérios funcionais, construtivos ou estéticos, como: a planta ortogonal, o zoneamento funcional na cidade antiga, a aplicação de eixos da perspectiva e normas de composição geométrica. Os termos urbanização e urbanismo foram expressos a partir das grandes reformas urbanas na segunda metade do século XVIII pelo movimento neoconservador (Gotia, 2002, citado por Castelnuovo, 2005, p.55)

A disciplina do urbanismo nasce da arte de produzir ou mudar a forma física da cidade, disciplina do espaço e do tempo, a volta da praxis (Hall, 2002; citado por Castelnuovo, 2005). Mas é um termo recente, segundo G. Bardet (L'urbanisme, P.U.F., Paris, 1959 - citado por Choay, 2007, p.2), a palavra urbanismo parece ter surgido pela primeira vez em 1910 no Bulletin de la Société Géographique de Neufchatel, *“ao correr da pena”* de P.

⁶ Em decorrência do movimento higienista surgem leis sanitárias na Inglaterra em 1844 e 1848, na França em 1850 e na Itália em 1865.

Clerget. Segundo Benevolo (2005, p. 631) o Engenheiro Ildefons Cerdá, que elaborou o plano de ampliação de Barcelona, na década de 1850 utilizou os termos “*urbe*” para designar de modo geral os diferentes tipos de assentamento humano e “*urbanização*” para designar acção sobre a urbe.

O modelo de cidade estabelecido na segunda metade do século XIX, no qual os interesses dos vários grupos dominantes estão coordenados entre si, sendo limitada pela intervenção da administração por meio de regulamentos e obras públicas. A cidade pós liberal apresenta assim as seguintes características, segundo Benevolo (2005, p):

- *“É fixado os limites dos espaços da administração pública e propriedade imobiliária;*
- *A utilização dos terrenos urbanizados depende dos proprietários individuais (público e privado);*
- *Os limites entre o espaço público e privado formam o desenho da cidade ou seja a frente das ruas;*
- *A periferia a ser organizada;*
- *Densidade é excessiva;*
- *A cidade pós liberal sobrepõe a cidade antiga;*
- *Os especialistas ficam em papel secundário”.*

Então, o modelo de cidade vai apontar para uma desordem urbana, com territórios insalubres e deprimentes, que exigiam intervenções higienizadoras.

2.1.4 A Desaristocratização do Desporto na Sociedade Industrial.

A revolução industrial submeteu a classe operária às condições de trabalho exaustivo produzindo profundos impactos no processo produtivo a nível económico e social. A aplicação de tecnologia nos vários sectores da actividade económica resultou na progressiva subdivisão das tarefas, no processo funcional de produção e na intensificação da especialização de funções profissionais, o que contribuiu para aumentar o “*tédio*” - (Medeiros, 1975).

A associação de trabalhadores em entidades sindicais para dar início ao processo de redução de horas de trabalho e a obtenção de mais tempo livre foi primordial no

estabelecimento de actividades vinculadas ao “lazer”⁷, segundo Dumazedier (1980) foi a partir da separação temporal entre momentos de trabalho e não trabalho que se pode estabelecer a sua concepção moderna.

Inicialmente os tempos livres não foram associados ao lazer mas com o seu crescimento e a disseminação de novas maneiras de ocupá-lo. As tensões sociais, pelas transformações despertaram e vêm provocar tensões na vida de uma sociedade em acelerada mudança e rápido desenvolvimento urbano. Todos estes problemas despertaram nos responsáveis pelo bem-estar colectivo a consciência no potencial do lazer. Houve então o reconhecimento do valor da recreação organizada e a ampliação dos espaços públicos para acomodar as novas práticas de lazer – parques, praças, estádios, balneários, bibliotecas, etc. (Medeiros, 1975; Ziperovich, 2007).



Figura n.º: 5 - O jogo nas ruas. Fonte: www.google.com

Para Simmel (1858 -1918), citado por Frugoli Jr. (2007, p. 9) a sociedade “(*... designa um complexo de indivíduos socializados, numa rede empírica de relações humanas operativas num dado tempo e espaço...*)” seria “*a modalidade de interacção entre indivíduos: o processo geral e os processos particulares de associação (Vergesellschaftung).*”

Simmel estabelece ainda que as formas de sociabilidade constituem uma esfera marcada pela suspensão momentânea de posições sociais, paradoxalmente permitem a leitura implícita na ideia de que tais relações só podem acontecer no interior de um estrato

⁷ No Seminário de Sociologia em Anency em Junho de 1957 foi proposto por J. Dumazedier uma definição empírica, resultante de inquéritos propostos a 800 trabalhadores, o conceito de lazer como “*um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode dedicar-se, quer para descontrair-se, quer para divertir-se, quer para desenvolver a sua participação voluntária, suas informações ou cultura, após ter-se libertado de todas obrigações profissionais, familiares ou outras*” (citado por Georges Magnane, 1969, p. 46).

social ou segmento social, pressupõem um mínimo de valores ou capital social (Frugoli Jr., 2007, p. 13).

Para Nobeit Elias (1992) a industrialização e a urbanização promoveram uma crescente inter-relação entre as pessoas e uma conseqüente diferenciação de funções, o que formou um processo de regulação social. E, o lazer favorece o convívio social de pessoas de níveis socioeconómicos distintos por meio de relações humanas em contactos primários diversificados e em clima de espontaneidade e alegria.

O lazer tendo como função de restaurar as forças e libertar tensões emocionais acumuladas da luta pela vida, encontrou na actividade desportiva, principalmente pelo clima emocional que a favorece, o modo de acrescentar importância à própria vida, ao status social ou ao próprio trabalho. Cada qual o preenche a seu modo e de acordo com o estilo de vida pessoal segundo os costumes do grupo a que pertence (Medeiros, 1975).



Figura n.º 6 – A delimitação do recinto desportivo. Fonte: www.google.com

A sociedade industrial é marcada por uma forte rotina quotidiana e pela capacidade dos indivíduos controlarem os seus estados emocionais. O desporto é apresentado na perspectiva de Nobeit Elias (1992), como um espaço onde a sociedade permite um afrouxamento dos estados de autocontrolo, libertando o estado emocional num clima de excitação agradável e busca do prazer. A competição e o espectáculo são uma confrontação mimética que permite a comparação de unidades específicas para grupos sociais onde o quotidiano é monótono e pouco excitante.

Para Magnane (1969, p. 59), o estudo do lazer encontra-se incorporado no estudo da situação social do trabalhador e seu conjunto, cita Dumazedier que afirma “a

*humanização do trabalho pelo lazer é inseparável da organização do lazer pelo trabalho*⁸. Nesta perspectiva, o desporto moderno surge como actividade de lazer específico da civilização industrial, correspondendo às necessidades dos trabalhadores urbanos.

Para Nobert Elias (1992) o desporto é uma forma organizada de tensão em grupo, cuja configuração de base é designado quer para produzir, quer para moderar tensões. Esclarece ainda que o desporto designava uma variedade de passatempos e divertimentos e que, com o tempo, passou a designar formas específicas de recreação nas quais, o esforço físico desempenhava o papel principal.

Para Damata (s/d), as regras do desporto expressavam a ideia de justiça, devido a igualdade de oportunidades de obter êxito para todos os participantes. O resultado era determinado pelo desempenho de cada equipe que iniciava o jogo em pé de igualdade.

O homem contemporâneo descobriu no desporto uma válvula de escape das pressões da vida, sendo tão eficaz até para quem não o pratica, no caso do espectador. Adriano Tilger⁹ percebe que no desporto a actividade lúdica típica da civilização industrial, atende a necessidade de libertação ou de evasão da rotina quotidiana compensando vários inconvenientes da mecanização.

Para Salomé Marivoet (1998, p. 16) o desenvolvimento industrial introduziu novos valores nas práticas físicas: o desporto deixa de ser praticado por uma aristocracia burguesa, que assegurava a sua reprodução através da instituição escolar, e passa a ser uma prática de classes operárias, inseridas em organizações associativas, para acolher e desenvolver a prática desportiva regular.

O desporto deixa de apresentar uma prática predominantemente educativa, lúdica e de distinção social, sem recompensas económicas para um carácter competitivo, integrando num complexo mercado profissionalizante aos mais diversos níveis, dando um carácter ao espectáculo por excelência. O desporto sai das instituições de ensino da elite e ocupa os terrenos vazios próximos das fábricas, onde as associações de trabalhadores irão temporariamente estabelecer o convívio.

Como na antiga Grécia o desporto moderno surgiu numa perspectiva pedagógica de disciplina, respeito à hierarquia e às regras do jogo, solidariedade, espírito de equipa e outros factores de desenvolvimento humano, o que não restringiu os aspectos agonísticos das competições (Tubino, 2001, citado por Doria e Tubino, 2006).

⁸ S Travail et Loiser, p. 42.

⁹ Citado por Medeiros, 1975.

Volpicelli, nesta linha de pensamento salientou que quanto mais uma sociedade se industrializa tanto mais a actividade desportiva nela se difunde e revigora¹⁰. Observa-se nos resultados dos Jogos Olímpicos, onde os países de economia mais avançada ou mais industrializados, obtêm os melhores resultados de conjunto.

Para muitos estudiosos, os grandes jogos representariam um ritual de evasão, sob a forma de actividades organizadas dando ao homem permissão para subtrair-se por momentos da monotonia da vida ou da sua disciplina moral. Neste desafogo pessoal em actividades de lazer aprovadas pelo grupo, são observadas uma baixa de transgressão na ordem social (Medeiros, 1975).

O renascimento dos Jogos Olímpicos Modernos no século XX¹¹ está associado ao Barão Pierre de Coubertin (1863-1937), que na sua busca por um novo sistema educativo para reerguer a moral francesa, percebeu que o sucesso da Inglaterra “vitoriana” estava assentado “num sistema educativo, em que o aspecto físico era mais valorizado que o intelectual, e moral mais do que qualquer outro” (Coote, 1975, p.10).

Para Young, citado por Valente (1999, p. 86) a prioridade de Coubertin era a substituição e reformulação da educação francesa, e foi na Inglaterra que buscou o seu modelo ideal, a combinação criativa do papel do desporto no modelo educacional inglês do século XIX aos fundamentos humanistas, que resultou na proposta de prática desportiva universal.

A revolução industrial tentou criar o homem universal com necessidades universais e para Magnane (1969, p. 123 e 124), “*Pierre de Coubertin decidiu dar ao desporto moderno as suas cartas de nobreza, (...) defendia o olimpismo como meio de formar um protótipo ideal do “homem moral”.*

Segundo Müller (1998), citado por Valente (1999), o termo “olimpismo” refere-se à dimensão pedagógica e filosófica do movimento olímpico e não à estrutura organizacional desse movimento e dos Jogos.

¹⁰ Volpicelli, L. Industrialismo y deporte. Citado por Medeiros, 1975.

¹¹ O interesse pela Grécia Clássica no Renascimento influenciou a realização dos Jogos Olímpicos de Cotswold por Robert Dover em 1636, organizados até 1850, enquanto na Inglaterra o médico britânico William Penny Brookes (1809-1895) fundava a “Much Wenlock Olympian Society” e o grego Evangelis Zappas (1800-1865) organizava em 1859 os Jogos Olímpicos “pan-helénico” em Atenas, sete anos após a sugestão do arqueólogo alemão Ernest Curtius de restabelecer os jogos Olímpicos (Coote, 1975, p. 9 e 10). Segundo David Young Pierre de Coubertin presenciou em 1890 o “Olympian Festivals” em Much Wenlock e foi lá que buscou a ideia da internacionalização dos jogos Olímpicos junto ao Dr. Penny Brookes (Pires, 2007, p. 16).

A “*Pedagogie Sportive*” representava um novo humanismo, que via no exercício físico uma preparação racional para outra vida. Segundo Pires (2007, p. 107), o movimento olímpico tem por fim promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais que são a base do desporto (educar, divulgar e propagar boa vontade internacional no convívio dos atletas).

Em 1894, após o primeiro Congresso Olímpico Internacional é criado o IOC - International Olympic Committé, sendo os primeiros jogos da era moderna realizados no ano de 1896 na cidade de Atenas, enfrentando dificuldades financeiras na sua organização, o desinteresse do público e dos dirigentes governamentais, o que iria repetir-se nos jogos de 1900 em Paris e 1904 em Saint-Louis, realizados à sombra das Feiras Mundiais, com instalações adaptadas para a realização das provas desportivas, mas a partir de 1908 em Londres são construídas Instalações apropriadas para a realização das provas desportivas e com o decorrer do século XX despontariam como um dos maiores eventos desportivos (Essex e Chalkley, 1998; Muñoz, 1997).

Assim, o desporto deixa de estar restrito à aristocracia, quando: retorna ao “*espaço público*”, na representação da “*igualdade*” das condições sociais de competição e as atividades desportivas proporcionam rendimentos financeiros, a partir do “*profissionalismo*” dos atletas.

2.1.5 O Pré-urbanismo.

Para combater a desordem instalada pela Revolução Industrial nas cidades ocorrem dois momentos na busca do ordenamento do território urbano, o primeiro com os reformadores ou urbanistas neoconservadores e o segundo com os socialistas utópicos ou pré-urbanistas (Castelnou, 2005, p.55). Quanto aos pré-urbanistas, Choay (2007) divide-os em dois grupos de pensadores, sob o conceito de dois modelos: o progressista e o culturalismo.

O urbanismo neoconservador é decorrente de uma política de direita autoritária e popular, cujo controlo é feito directamente pelo Estado sobre a vida social. São iniciados grandes programas de intervenções de saneamento, o que incluía a remoção do proletariado das áreas centrais e a demolição das áreas insalubres (Castelnou, 2005, p. 55), dos quais destacamos:

**Paris
(1853 a 1869)**

Georges-Eugène Haussmann (1809-1891)

Plano de carácter estético, técnico e higienista, que incluiu a abertura de novas artérias para o trânsito nos velhos bairros; a criação de praças e grandes parques; a urbanização de terrenos periféricos, através da construção de novos subúrbios; a reconstrução de prédios ao longo dos recentes alinhamentos; a

	renovação dos sistemas de água, saneamento, iluminação e transporte público; além da reforma de todo o sistema administrativo parisiense, com descentralização e instalação de novos edifícios públicos.
Viena (1857 a 1869)	L. C. F. Förster (1797-1863) e outros. Plano de reforma urbana baseado na demolição das antigas muralhas da cidade e na construção da “ <i>Ringstrasse</i> ”, uma rua circular ligando novas instituições políticas e culturais.
Barcelona (1859 a 1870)	Ildefons Cerdá (1815-1876) Plano reticular de expansão urbana (<i>Eixample</i>), de forte carácter estrutural, baseado em uma inovadora proposta de distribuição e ocupação de quadras por espaços públicos.
Londres (1863 a 1891)	London County Council - LCC (1889) Conjunto de acções que incluíram a criação do “ <i>Metropolitan Railway</i> ” (1863), o primeiro metro do mundo; do <i>Peabody Buildings</i> (1870) para abrigar pobres; e do primeiro <i>borough</i> (bairros proletários) do LCC (1891).

Quadro n.º: 1 – Principais Intervenções Urbanas Neoconservadoras do século XIX. Fonte: Castelnuo (2007, p. 56)

Ao mesmo tempo em que ocorriam as remodelações surgiram modelos utópicos de comunidades alternativas, de cunho político-económico, social e cultural demonstrando indignação com as condições de vida da população.

A importância destes modelos está na percepção pela primeira vez do significado das relações sociais e económicas na influência sobre as questões da estruturação física e estética dos espaços urbanos. São propostas de novas formas de intervenção pública, que irão contradizer a teoria da cidade liberal.

O modelo progressista do pré-urbanismo é voltado para o futuro, considerava a industrialização como chave para os tempos modernos (Castelnuo, 2005), enquanto o culturalismo é voltado para o passado, negando a indústria e caracterizando-a como responsável pelo desaparecimento do mundo melhor.



Figura n.º: 7- Aldeia “New Harmony”, Indiana USA de Owen. Fonte: Castelnuo (2007, p. 72).

Alguns ficaram no discurso para estabelecer uma nova sociedade, enquanto outros apresentaram propostas de organização espacial, como o progressista Robert Owen (1771-

1858) que propôs um aglomerado habitacional em forma de quadrado, sendo as laterais residências (individuais e colectivas) e o centro ocupado por zonas verdes de recreação e os campos desportivos juntamente com os edifícios públicos e de convívio, o designou a “aldeia da harmonia e cooperação” e apresentou a proposta ao Governo Inglês entre os anos de 1817 e 1820. A comunidade viveria em cooperação mútua e auto gestão de bens, o espaço seria voltado para o homem em harmonia com o desenvolvimento industrial (Benevolo, 2005; Choay, 2007; Castelnou, 2007).

Durante a restauração na França Charles Fourier (1772-1837) descreveu um novo sistema filosófico e político, onde classificou as paixões que produzem as relações entre os homens e projectou um aglomerado para um grupo de 1.620 pessoas de diferentes posições sociais – a falange. A proposta era um edifício unitário o “falanstério” em forma de ferradura (Benevolo, 2005; Choay, 2007).

Victor Considérant continuará com o legado de Fourier, desenvolvendo novas localidades, mas entre 1830 e 1850 em Guise, um industrial Jean-Baptiste Godin baseado no falanstério constrói o “*familistério*”, um edifício mais modesto para os operários, com escolas, teatros e lavanderias (Choay, 2007).

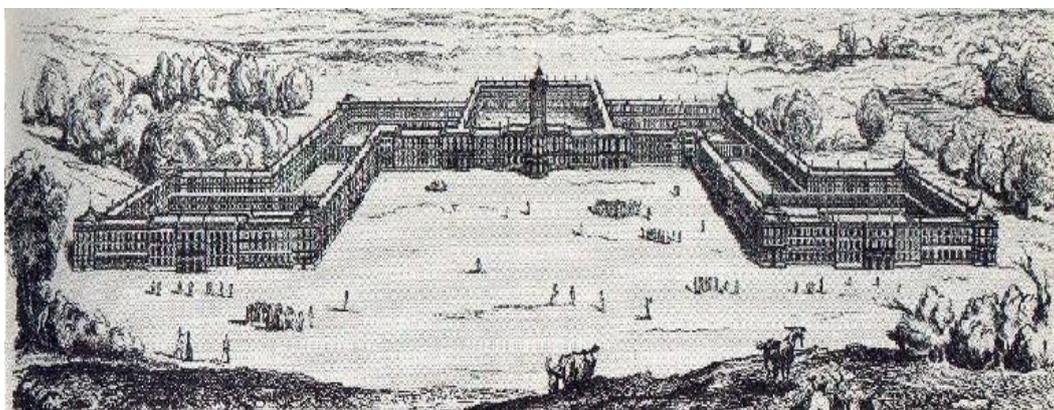


Figura n.º: 8 - Perspectiva do “Falanstério” (1829) de Fourier. Fonte: Castelnou (2009, p. 72).

Inspirado na obra “Utopia” de Thomas Moore, o médico inglês Benjamin Ward Richardson (1828-1896) descreve, através de sua comunicação no Congresso de 1875 da “Social Science Association”, a cidade modelo de “Hygea”- a cidade da saúde. Preconizava a existência de espaços verdes e os jardins como meio de permitir a ventilação e insolação garantindo a salubridade das residências, bem como a abundância de casas de banho, piscinas, banhos turcos, áreas para exercícios, ginásios e locais para instrução ou seja estabelecia locais independentes das áreas verdes para o cultivo ao corpo (Choay, 2007), importa destacar devido à associação da saúde à prática de actividades físicas.

O modelo “culturalista” ficou caracterizado pelas “cidades-jardins” de Ebenezer Howard (1850-1928) definidas pela integração entre a cidade e a natureza, onde a beleza e delícias do campo combinavam com as vantagens da cidade numa nova forma de planeamento, formada a partir de uma malha de anéis concêntricos recortados por vias radiais, com demarcações dos sectores por cinturões verdes e um controle de expansão limitado a 32.000 habitantes (Choay, 2007; Castenou, 2007).

Este modelo foi empregado na Europa e América contribuindo para caracterizar a hierarquia do território a partir do núcleo central urbano e a localização de novos territórios, com áreas de desafogo na cidade conforme figuras 9 e 10. Posteriormente, foi incorporado ao desenho urbano devido à racionalidade e hierarquia na distribuição territorial, influenciando algumas teorias de localização.

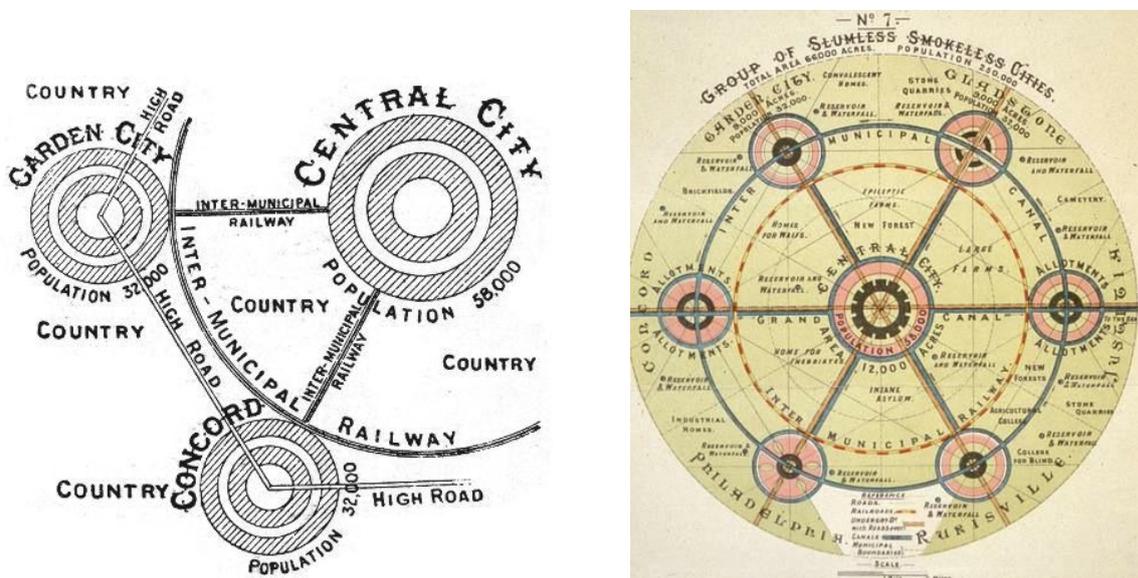


Figura n.º 9 e Figura n.º 10 – A “cidade-jardim” de Ebenezer Howard. Fonte: www.google.com

Enquanto o pensamento de Jonh Ruskin (1818-1900) dedicado à crítica da arte e filosofia aplicada à arquitectura, realiza um discurso de diversidade da paisagem urbana, contra a repetição e monotonia, que causa o desinteresse do homem pela paisagem, cujo encanto está na assimetria e diversidade que a própria natureza exemplifica, seria resgatado pelos críticos do movimento moderno, seu seguidor William Morris (1834-1896), crítico de Fourier, desenvolvia um trabalho voltado para a valorização da natureza e renovação das artes decorativas e a defesa do artesanato (Choay, 2007).

O racionalismo é utilizado para caracterizar o homem de “necessidades tipo”, e desenvolver uma “ordem tipo” que pode ser aplicada a qualquer aglomeração humana, com duas características básicas: primeiro um espaço aberto com vazios e verde com

instalações para a higiene e cultura do corpo (higienização da cidade) e em segundo a malha urbana traçada conforme as funções do homem (habitat, trabalho, cultura e lazer).

Este racionalismo tinha um carácter “progressista” e juntamente com o modelo “culturalista” representam o pré-urbanismo, que irá desencadear as premissas do urbanismo moderno e tratará da racionalização do espaço e do homem, da sistematização das funções do espaço e das necessidades humanas (Choay, 2007).



Figura n.º: 11 – Modelo do Pré-urbanismo.

As propostas sugerem mudanças radicais, inclusive com a distribuição de riqueza dentro da sociedade, como na vida em família com a separação de alojamentos por sexo e idade.

Estes modelos tentaram resolver de forma pública todos ou quase todos os problemas dos aspectos da vida familiar. Apesar dos mesmos, não terem sido realizados e/ou superados, eles anteciparam alguns princípios do urbanismo moderno e incluíram as actividades desportivas no espaço colectivo da sociedade, destinado às actividades sociais e ocupava o núcleo central urbano.

2.1.6 O Urbanismo Moderno ou a emergência do “standard” ou “tipo”.

A indústria revolucionou a vida humana e conseqüentemente o seu espaço, logo os seus princípios foram absorvidos pela arquitectura e urbanismo, no princípio do século XX, Tony Garnier (1869-1948) dedicou-se à elaboração do modelo de cidade industrial, “primeiro manifesto” do urbanismo progressista concluído em 1904, mas somente publicado em 1917.

“A cidade industrial tem como princípios directores: a análise e a separação das funções urbanas; a exaltação dos espaços verdes que desempenham o papel de elementos isoladores e a utilização sistemática dos materiais novos, em particular o concreto armado” (Choay, 2007, p.163).

Juntamente com a proposta da “*cidade linear*” de Arthur Soria y Mata (1844-1920), onde não haveria a distinção entre o centro e a periferia como solução de problemas de especulação imobiliária, congestionamentos e marginalização da população e poderia ser prolongada indefinidamente, tornaram-se nos precursores do urbanismo racionalista (Castelnou, 2007, p. 79), constituiu as inovações no princípio do século XX.

O urbanismo racionalista ou funcionalista desenvolvido na Europa (1915-1945) é sinónimo de urbanismo moderno, entretanto nos Estados Unidos da América durante a década de trinta, uma corrente denominada de “*urbanismo organicista*” tinha como proposta se libertar dos dogmas racionalistas, mas respeitando os princípios do zoneamento funcional e o sistema de circulação, ambos apresentaram propostas realistas e viáveis. Clarence Stein (1882-1975) e Frank Lloyd Wright (1857-1959) eram representantes do urbanismo organicista e:

“Procuraram dar uma expressão mais popular e quotidiana ao urbanismo moderno, trabalhando com materiais naturais, formas compostas e preocupações de conforto ambiental (...) acreditavam que a arquitectura não deveria negar a natureza nem a vida moderna, devendo se procurar conciliá-los, juntamente com as exigências individuais de seus usuários (Castelnou, 2007, p. 81).

Um dos criadores da arquitectura racionalista Walter Gropius (1883-1963) difundia seus princípios na escola alemã “*Staatliches Bauhaus*” (1919-1933) e posteriormente na Faculdade de Arquitectura de Harvard, cujo conceito englobava a padronização, a pré-fabricação e o espaço moderno entendidos como condição de evolução.

O racionalismo de Gropius considera que a estandardização não constituiu um freio para o desenvolvimento da civilização; antes pelo contrário foi uma das suas condições imediatas¹² de evolução. Em termos de urbanismo estabelecia a existência de um homem universal que possui necessidades comuns – é o homem “*standard*” ou o homem “*tipo*” (Choay, 2007, p.177).

A cidade desordenada do século XIX e início do século XX é diagnosticada pelos urbanistas e arquitectos participantes no IV CIAM - Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, realizado em 1933¹³ e resultou no manifesto conhecido por “*Carta de Atenas*” que

¹² A Bauhaus (escola de design, artes plásticas e arquitectura, que representou o movimento de vanguarda moderno alemão) definiu o standard como exemplar único e simplificado de qualquer objecto de uso, obtido pela síntese das melhores formas anteriores, foi o maior centro de reflexão e difusão dos princípios funcionais.

¹³ Para confrontar experiencias e aprofundar os estudos dos problemas surgidos com a industrialização eram realizados Congressos Internacionais pela Arquitectura Moderna a partir de 1928 (Castelnou, 2007), mas foi o IV CIAM realizado num cruzeiro de navio entre Marselhe e Atenas, com o tema “*a cidade funcional*” que se faz

expressaria uma cidade racional e funcional, reconhecendo que o sol, a vegetação e o espaço são matérias-primas do urbanismo.

A “*Carta de Atenas*” apresenta a cidade como parte de um conjunto económico, social e político que constitui a região e estabelece uma estrutura por zonas de actividades (demarcação de áreas de usos) a partir das funções básicas da cidade - habitar, trabalhar, circular e lazer.

Os seus pressupostos são a obrigatoriedade do planeamento regional e intra-urbano, a submissão do solo urbano aos interesses colectivos, a industrialização de componentes e a construção padronizada, a limitação do tamanho e densidade das cidades, separação da circulação de pedestres dos veículos e as edificações inseridas nas áreas verdes.

O urbanismo é apresentado como “*consequência de uma maneira de pensar levada à vida pública por uma técnica de acção*” e “*exprime a maneira de ser de uma época*” (Carta de Atenas, 1933).

O urbanismo moderno é chamado a conceber regras necessárias para assegurar à população urbana as condições de vida que salvaguardem as condições de saúde física nas cidades, desenvolver estatutos do solo com regulamentação de zonas para as actividades humanas, integrando o desenho urbano de novas cidades e bairros, ordenando o território, de forma racional. Estudava a cidade a partir da sua decomposição – sectores, bairros, quadras e ruas, unidades elementares e o método de intervenção objectivava a economia dos meios de realização, já que respondia a critérios de produção industrial (Castelnou, 2005, p.78).

O desporto está incluído nestas regras, como veremos posteriormente, pois é considerado como um factor de qualidade de vida por contribuir com a saúde humana.

O arquitecto “*Le Corbusier*”¹⁴ (1887-1965), estabeleceu a cidade “corbusieriana” a partir da “*classificação das funções da cidade, a multiplicação dos espaços verdes, a criação de protótipos funcionais e racionalização do espaço colectivo*” (Choay, 2007, p.183),

o diagnóstico de 33 cidades em 4 continentes, com a participação de vários arquitectos, resultando no manifesto conhecido como “*Carta de Atenas*”, que reunia 95 conclusões, trazendo os princípios e soluções para os problemas urbanos do último século.

¹⁴ Charles-Édouard Jeanneret ou “*Le Corbusier*” foi o principal defensor dos princípios do urbanismo moderno, devido a suas habilidades jornalísticas foi o redactor da “*Carta de Atenas*” sistematizando os princípios do urbanismo moderno, publicada em 1943 de forma anónima.

baseado nas características do homem “*universal*”, que norteou as principais políticas de desenvolvimento urbano do século XX.

O homem é reduzido a uma unidade estatística e a sua habitação a uma “*máquina de morar*” – eficiência, produtividade e altas densidades demográficas, sob o ponto de vista económico são mais lucrativas, o que vai de encontro à economia capitalista.

Para Noberg-Schulz (2005), quando Le Corbusier definia a instituição pública como extensão da moradia, queria dizer que habitar não é só uma função privada, mas também pública, pois habita quando participa da comunidade. Como exemplo deste conceito, os edifícios residenciais eram dispostos sobre o “pilotis”, ou seja o pavimento térreo era livre e comum a todos os moradores.



Figura n.º: 12 - Ville Radieuse, Sans Lieu de Le Corbusier. Fonte: www.fondationlecorbusier.fr

O quadro nº 2 apresenta os princípios do pré-urbanismo e do urbanismo moderno à configuração urbana das cidades do século XX. Talvez, o pensamento racional incorporado ao planeamento e desenho urbano represente o principal contributo destes movimentos.

Pré-urbanismo	Urbanismo Moderno	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Separação de actividades (Owen). 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e separação de funções urbanas; • Exaltação dos espaços verdes; • Novas tecnologias de construção (Garnier) 	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação de Zoneamento Urbano com a separação de funções e actividades com adopção de índices de ocupação do solo.
<ul style="list-style-type: none"> • Relações sociais representada 	<ul style="list-style-type: none"> • Racionalismo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Métodos de racionalização do

Pré-urbanismo	Urbanismo Moderno	Resultados
no espaço (Fourier).	<ul style="list-style-type: none"> • Padronização; • Pré-fabricação construtiva. (Gropius) 	ciclo industrial aplicado na arquitectura e urbanismo.
<ul style="list-style-type: none"> • Áreas verdes de higienização (Owen, Ricardson). 	<ul style="list-style-type: none"> • Funções urbanas (habitar, trabalhar, recrear e circular); • Planeamento regional e intra-urbano; • Submissão do solo aos interesses colectivos; • Princípios industriais na produção do espaço; • Separação de circulações de pedestres e veículos; • Limitações da densidade urbana (Carta de Atenas, 1933). 	<ul style="list-style-type: none"> • Função social do espaço colectivo; • Verticalização das edificações; • Planeamento urbano; • Hierarquia de vias de circulação; • Renovações urbanas.
<ul style="list-style-type: none"> • Cidade Jardim (E. Howard). 	<ul style="list-style-type: none"> • Classificação das funções da cidade; • Multiplicação dos espaços verdes; • Criação de protótipos funcionais; • Racionalização do espaço colectivo (Le Corbusier) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reserva de áreas verdes junto aos bairros e conjuntos residenciais; • Modelo da “Ville Radieuse” com utilização de pilotis nos edifícios.
<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade da paisagem urbana (Ruskin). 	<ul style="list-style-type: none"> • A diversidade foi rejeitada pelo zoneamento funcional. 	<ul style="list-style-type: none"> • A diversidade foi resgatada pelos críticos do urbanismo moderno.

Quadro n.º: 2 – Resumo dos Princípios do Urbanismo Moderno, a partir da revisão de literatura.

2.1.7 O Desporto ganha o direito à cidade.

A normativa urbanística é originária das legislações higienistas e dos processos de reformas das cidades europeias do século XIX. Exemplo disso foi a reforma da cidade de Paris promovida por Hausmman de 1853 a 1869, que estabeleceu uma normativa de desapropriação imobiliária para realizar as demolições necessárias à reconstrução do centro da cidade.

Em 1901 surgem leis para o planeamento de aglomerações para até 10.000 habitantes na Holanda, mas é a Lei Inglesa “*Town Planning Act* “ de 1909 que traz os primeiros conteúdos urbanísticos (Candela, 1994, p. 40), pois autorizava os conselhos locais a elaborar projectos de planeamento para os terrenos em zonas de desenvolvimento

(subúrbios) com a finalidade de edificar construções, de forma a garantir condições adequadas de saneamento, comodidade e conveniência (Cullingwort e Nadin, 2002).

Enquanto, o pré-urbanismo da segunda metade do século XIX associava a actividade física ao movimento higienista, pois os espaços destinados aos jogos e à prática do desporto situavam-se nas áreas verdes, cuja função seria a higienização da cidade.

O urbanismo funcionalista ou moderno definia o lazer como uma das funções urbanas, estabelecendo a necessidade de reservas do solo na cidade para a prática do mesmo, tal instituiu o direito do desporto à cidade, que viria a ser consolidado com as “Leis de Zoneamento Urbano”, onde se destinavam áreas públicas para equipamentos sociais, dentre os quais, as instalações desportivas.

A necessidade de disponibilizar espaços livres para a realização das diversas actividades de lazer da população urbana foi estabelecida pela “*Carta de Atenas*” (1933) que apresentou premissas para o desenvolvimento do espaço desportivo na cidade, onde as superfícies livres existentes eram insuficientes e deveriam ter um destino do ponto de vista social para “ (...) *acolher as actividades colectivas da juventude, propiciar um espaço favorável às distrações, aos passeios ou aos jogos das horas de lazer*”, cabendo ao planeamento urbano o destino das áreas verdes para a instalação dos equipamentos desportivos.

A “*Carta de Atenas*” (1933) alertava que, sem a existência de uma legislação o “*estatuto do solo*” que “ (...) *terá a diversidade correspondente às necessidades a satisfazer. Assim, a densidade da população ou a percentagem de superfície livre e de superfície edificada poderão variar segundo as funções, os locais ou os climas. Os volumes edificados serão intimamente amalgamados às superfícies verdes que os cercam*” não haveria a sustentabilidade destes ideais.

A Carta de Atenas classificava o lazer em três categorias: quotidianas; semanais e anuais.

Onde: “...*as horas de liberdade quotidiana devem ser passadas nas proximidades da moradia. As horas de liberdade semanal permitem a saída da cidade e os deslocamentos regionais. As horas de liberdade anual, isto é, as férias, permitem verdadeiras viagens, fora*

da cidade e da região”. O que implicaria na criação de reservas verdes ao redor das moradias, na região e no país.¹⁵

O desporto renasceu e organizou-se com base na sociedade civil, utilizando para isso espaços periféricos, geralmente junto ao local de trabalho de forma temporária e precária, somente nos últimos cinquenta anos passou a ser pensado e organizado pelos governos, com objectivos estratégicos, políticos e sociais.

O desporto instalou-se de forma pontual na cidade, principalmente com a instalação de clubes desportivos e com as primeiras construções de estádios dos desportos populares como o futebol, basebol, hóquei e a partir de 1908 para a realização dos Jogos Olímpicos em Londres foram construídas instalações desportivas apropriadas para as competições desportivas.

¹⁵ A Carta de Atenas esboça um planeamento não só para o espaço urbano, mas também para o espaço natural onde prevê o turismo de lazer, conforme se segue:

38 - As horas livres semanais devem transcorrer em locais adequadamente preparados: parques, florestas, áreas de esporte, estádios, praias, etc...

Nada ou quase nada foi ainda previsto para o lazer semanal. Na região que cerca a cidade, amplos espaços deverão ser reservados e organizados, e o acesso a eles deverá ser assegurado por meios de transporte suficientemente numerosos e cómodos. Não se trata mais de simples gramado cercado a casa, com uma ou outra árvore plantada, mas de verdadeiros prados, de bosques, de praias naturais ou artificiais constituindo uma imensa reserva cuidadosamente protegida, oferecendo mil oportunidades de actividades saudáveis ou de entretenimento útil ao habitante da cidade. Toda cidade possui em sua periferia locais capazes de corresponder a esse programa e que através de uma organização bem estudada dos meios de transporte, tornar-se-ão facilmente acessíveis.

39 - Parques, áreas de esporte, estádios, praias, etc...

Deve ser estabelecido um programa de entretenimento abrangendo actividades de todo tipo: o passeio, solitário ou colectivo, em meio à beleza dos lugares; os esportes de toda natureza: tênis, basquete, futebol, natação, atletismo; os espectáculos, concertos, teatros ao ar livre, jogos de quadra e torneios diversos.

Enfim, são previstos equipamentos precisos: meios de transporte que demandem uma organização racional; locais para alojamento, hotéis, albergues ou acampamentos e, enfim, não menos importante, um abastecimento de água potável e víveres, que deverá ser cuidadosamente assegurado em toda parte.

40 - Os elementos existentes devem ser considerados: rios, florestas, morros, montanhas, vales, lago, mar, etc.

Graças ao aperfeiçoamento dos meios mecânicos de transporte, a questão da distância não desempenha mais, no caso, um papel preponderante. Mais vale escolher bem, ainda que se tenha que procurar um pouco mais longe. Trata-se não só de preservar as belezas naturais ainda intactas, mas também de reparar as agressões que algumas delas tenham sofrido; enfim, que a indústria do homem crie, em parte, sítios e paisagens que correspondam ao programa. Esse é um outro problema social muito importante, cuja responsabilidade está nas mãos dos edis: encontrar uma contrapartida para o trabalho estafante da semana, tornar o dia de repouso verdadeiramente revitalizante para a saúde física e moral, não mais abandonar a população às múltiplas desgraças da rua. Uma destinação fecunda das horas livres forjará uma saúde e um coração para os habitantes das cidades (Carta de Atenas de 1933, tradução livre, em www.iphan.org.br).

2.2 A Urbe e o Desporto.

2.2.1 A Ruptura do Urbanismo Moderno.

A Europa foi marcada na primeira metade do século XX por dois grandes conflitos mundiais, sendo que a 2ª guerra mundial (1939-1945) resultou na destruição das cidades dos países envolvidos no conflito.



Figura n.º: 13 - Cidade Alemã destruída durante a 2ª guerra mundial. Fonte: www.google.com

Os programas de reconstrução das cidades europeias após a 2ª guerra, com a urgência de produzir novas habitações, privilegiou a demolição de áreas urbanas semi-destruídas, colocando em prática processos de renovações urbanas caracterizadas pela demolição das edificações existentes e a substituição por novas construções com alterações funcionais e morfo-tipológicas baseadas nos princípios da “*Carta de Atenas*” do urbanismo moderno, que condicionava a salvaguarda do património, caso o seu valor arquitectónico “*correspondesse a um interesse geral*” (Paiva, Aguiar, Pinho, 2006, p.10).

Estes princípios não foram totalmente implementados nos planos de reconstrução, pois surgiram divergências nas reuniões do CIAM, realizadas a partir de 1947, exigindo a revisão interna dos mesmos, principalmente em relação a homogeneização espacial e a redução do homem a um padrão de consumo espacial.

Assim, um grupo de jovens arquitectos conhecidos por “*team X*”¹⁶ decreta o fim dos CIAMs em 1956, formando-se diversas correntes de pensamento para a produção de uma

¹⁶ O team X era constituído por Jaap Bakema, Georges Candilis, Giancarlo De Carlo, Aldo Van Eyck, Alison e Peter Smithson e Sadraque Woods, iniciaram uma produção de diversas correntes numa nova estética formal, o grupo ficara encarregado em 1956 de preparar as bases de discussão para o Congresso de Otterlo na Holanda em 1959, mas decretam publicamente a dissolução definitiva dos CIAMs a mais importante razão é o

nova arquitectura e urbanismo voltadas para o “*humanismo*” e contrárias às ideias do racionalismo exacerbado.

As críticas mais contundentes levantavam a incompatibilidade entre os planos urbanísticos realizados sob a influência do urbanismo moderno e os interesses da população, principalmente quanto ao impacto dos empreendimentos públicos e privados no meio ambiente e na vida da comunidade.

Segundo Del Rio (1990), este debate será orientado por cinco questões básicas:

- As intervenções públicas e as renovações urbanas;
- O simbolismo e o vernacular;
- A participação da comunidade no planeamento das reconstruções;
- As críticas à estética do movimento moderno;
- As dificuldades do planeamento urbano.



Figura n.º: 14 – Hansaviertel – Berlim 1957. Fonte: www.mai-nrw.de

A publicação em 1961 do livro “The Death and Life of Great American Cities” de Jane Jacobs (1916-2006)¹⁷ nos EUA é considerado um marco para o movimento de ruptura com os princípios do urbanismo moderno, para Choay (2007, p.293) apesar do espírito passional, Jacobs tem por base uma informação sociológica profunda, sendo “*uma apologista da megalópolis em detrimento dos suburbs e das cidades provincianas.*”

chamado de Aldo Van Eyck a incorporar “*o antigo no novo*” com o redescobrimto das qualidades arcaicas (Gavagnuolo, 1998, p. 424).

¹⁷ Jane Jacobs, jornalista americana sem formação específica no campo do urbanismo, baseou-se na experiência pessoal para realizar seu trabalho, que foi considerado pioneiro no estudo das implicações funcionais e sociais do espaço construído. Seu pensamento foi amplamente difundido e respeitado.

Para Jacobs (2009) as renovações urbanas promovidas neste período esvaziaram as áreas públicas da cidade, matando o convívio social, a vitalidade e a segurança dos espaços urbanos que dependiam da densidade do movimento pedonal e da diversidade das actividades, ambos factores tinham estreita relação com a organização espacial. Além disso condena os grandes vazios urbanos em forma de parques, que não utilizados, tornavam-se locais de degradação e promoção de violência urbana, considerando exagerado o seu uso no planeamento urbano das cidades.

Em “*A sociedade do espectáculo*” Guy Debord (1931-1994) afirma que a arquitectura é destinada aos pobres, com carácter de massificação, pois “*a produção capitalista unificou o espaço num processo extensivo e intensivo de banalização e homogeneização*”, deixando-o monótono, era o reflexo da produção capitalista globalizada, o urbanismo representava a tomada do meio ambiente natural e humano pelo capitalismo, que refaz a totalidade do espaço como seu próprio cenário (Debord, 2003, p. 109).

Christian Alexander (1936-) criticava a visão simplória do modernismo que ignorava a complexidade do facto urbano e a sobreposição de subsistemas de vida na cidade, desenvolveu a teoria do “*pattern language*” ou linguagem de padrões ligada à qualidade do ambiente e a uma maneira intemporal de construir.

“A redução do ordenamento do território a índices e a variáveis funcionais e quantitativas para controlo do uso do solo, aliada à facilidade e à rapidez de edificação que o modelo de Cidade Moderna permitia, contribuiu de forma decisiva para a fragmentação da cidade, e para a sua descaracterização formal” (Pinho, A. C., 2009, p.41).

A cidade tornara-se objecto de estudo de várias disciplinas e as questões de conflito decorrentes do desenvolvimento industrial e da organização da sociedade resultava na contribuição de novas ideias para reforçar esta ruptura.

“A sociologia urbana veio reforçar e contribuir com novos argumentos para muitas das críticas ao urbanismo moderno apologia da multifuncionalidade como característica essencial e vital das áreas urbanas; a defesa da rua tradicional como espaço gerador de sociabilidade e estrutura base da complexidade e da diversidade urbanas; o estudo de novos modelos de organização espacial com o objectivo de promover as relações sociais, a apropriação do espaço, o sentimento de identidade, a comunicação, as trocas, etc “ (Pinho, A.C., 2009, p.42 e 43).

A renovação do pensamento iria estender-se pelas décadas de sessenta e setenta, consolidando a ruptura do movimento moderno e o surgimento do movimento pós-modernista, segundo Gravagnuolo (1998, p. 430) “se tivermos que escolher uma data, a mais indicada seria a da demolição das unidades habitacionais de Pruitt-igoe-housing em 1972”¹⁸ quando Charles Jencks (1939-) estabeleceu “A Morte da Arquitectura Moderna”.



Figura n.º: 15 e Figura n.º: 16 – Pruitt-igoe-housing em 1972. Fonte: www.google.com

Geddes defendia, segundo Castelnou (2007), um sistema poli nuclear urbano para unir a cidade ao campo em um vasto conjunto racional (planeamento regional), defendia pesquisas multidisciplinares (enfoques da geografia, sociologia, e economia) para enfatizar questões qualitativas, mas não substituía a necessidade de propor, de desenhar e projectar os espaços urbanos.

Assim, do urbanismo moderno nasceu o Planeamento Urbano “com o objectivo de retomar a visão global do fenómeno urbano, além de um contacto directo com a realidade através da observação in loco dos processos, o urban planning” (Castelnou, 2007, p. 93).

Para Del Rio (1990, p. 108) o principal objectivo do planeamento urbano é buscar o equilíbrio e a coerência entre o ambiente urbano e o seu habitante, integrando os elementos conformadores da dimensão físico espacial.

Para Gaspar (1981), o desenvolvimento científico estabeleceu uma metodologia multidisciplinar dos estudos de composição da cidade, quanto ao enfoque económico “a cidade é a concretização dos processos sociais de produção e resultará em estudos de localização das funções urbanas”, das quais se destaca a “Teoria dos Lugares Centrais” de Christaller¹⁹ desenvolvida em 1933, que pode ser aplicada em aglomerações urbanas apesar da complexidade dos padrões geométricos espaciais e das relações sociais.

¹⁸ As unidades habitacionais de Pruitt-igoe-housing situavam-se na cidade de St. Louis no Estado do Missouri – USA.

¹⁹ Christaller (1933) elabora a “Teoria dos Lugares Centrais”, assim como os bens centrais afins que tendem a agrupar-se em funções centrais, estes agrupam-se em lugares, dando origem a hierarquia espacial. A teoria foi

A hierarquia do lugar é em função do maior número de funções que possuem, assim existem mais lugares com menos funções, esta hierarquia pode constituir em uma ferramenta para distribuição no território urbano dos equipamentos sociais necessários para a comunidade (Castelnou, 2007).

O zoneamento de funções da cidade e os princípios de localização, segundo Pereira (1999), citado por Matiello (2006), será sinónimo de planeamento urbano. Para Romero (1988) o planeamento de uso e ocupação do solo é um processo de gestão e de tomada de decisões que se manifesta através de práticas de transformação dos ambientes natural e construído, cita os trabalhos realizados por Lefebvre (1972), Harvey (1980), Oliveira (1983) e Kohlsdorf (1979) onde se destacam o facto de que no solo urbano se realizam processos sociais, que possuem certas funções autónomas, que moldam o modo de vida de um povo afectando o desenvolvimento das relações sociais e a organização da produção, apresentando uma natureza dinâmica, fruto da prática nele desenvolvida.

O crescente distanciamento das políticas urbanas e as reais necessidades da população quanto à elaboração dos planos levou à criação de legislações para a participação da comunidade na execução dos planos directores locais, inicialmente na Inglaterra em 1965 e no ano de 2003 é criado no Brasil o “Estatuto da Cidades”, que irá permitir esta participação de forma mais dinâmica.

A ruptura do urbanismo moderno caracterizou então por três aspectos fundamentais:

- a homogeneização espacial;
- o racionalismo exacerbado;
- a monotonia e banalização estética.

2.2.2 A Defesa da Cidade Histórica.

O despertar para o património histórico das cidades e seus valores tradicionais estabeleceu o debate para resgatar a integração dos valores do simbolismo e do vernacular²⁰ à paisagem urbana. Gordon Cullen²¹, Jane Jacobs e Kevin Lynch defenderam

criticada por Neef (1950) e Schultze (1951) quanto ao geometrismo e regularidade, razão pela qual Ullman (1941) considera impossível aplicar com rigor a teoria, entretanto considera uma interpretação válida de distribuição do território (Gaspar, 1981).

²⁰ Técnicas e valores transmitidos tradicionalmente na cultura por um determinado grupo social.

²¹ Gordon Cullen (1914-1994) em seu livro “Townscape” ou “Paisagem Urbana” editado em 1960 resgata uma série de conceitos estéticos formais, esquecidos pelo modernismo, realizando um apelo ao estudo e ao retorno ao carácter pitoresco da arquitectura do passado. Ele trata a paisagem urbana como uma série de espaços relacionados e experienciados dinamicamente: “*embora o transeunte possa atravessar a cidade a*

a necessidade de espaços de convivência e de significado simbólico dentro das cidades contemporâneas (Castelnou, 2005), para resgatar o convívio social nas áreas públicas.

Os trabalhos de Gordon Cullen e Ivor de Wolfe, são apontados por Del Rio (1990, p.24) como precursores numa nova forma de olhar para a paisagem urbana e despertam o interesse público e profissional pelo ambiente construído: o vernacular.

Para tornar coerente e organizado, visualmente o emaranho de edifícios, ruas e espaços do ambiente urbano, o pensamento de Cullen baseia-se nos conjuntos edificados e naturais pertencentes a paisagem urbana a partir dos aspectos óptico ou visão serial, local e conteúdo.

Este pensamento influencia Kevin Lynch (1918-1984) que irá tratar, segundo Choay (2007), do ponto de vista da consciência perceptiva do habitante urbano, limitando-se ao campo visual, procurando isolar as suas constantes com a finalidade de integrar qualquer proposta de planeamento – *“a forma perceptiva da cidade”* ou seja a imagem da cidade.

“A psicologia, em especial a psicologia social, foi uma das áreas disciplinares cujos estudos reforçaram estas novas concepções no campo da arquitectura e do urbanismo. As análises realizadas sobre os fenómenos de percepção, comunicação e orientação e sobre os sentimentos de segurança, identidade e pertença, vieram demonstrar uma clara relação entre estes e o meio ambiente” (Pinho, A. C., 2009, p.43).

O pós-moderno tenta recuperar e reinterpretar símbolos e linguagens tradicionais ou populares ignorados pelo *“Internation Style”* (Del Rio, 1990, p.25). A utilização dos *“símbolos”* na arquitectura pós-moderna dá-lhe uma característica de fácil comunicação popular tornando-a consumista e próspera nos EUA e na Europa com o neo-racionalismo de Rossi, Krier e Sterling conhecida por corrente do neo-vernacular (Del Rio, 1990).

Robert Venturi (1925-) no seu livro *“Complexidade e Contradição na Arquitectura”*, defende uma arquitectura complexa e contraditória, considera que a cultura contemporânea já aceitou a contradição como condição existencial e em todos os sectores é manifestada a impossibilidade de alcançar uma síntese universal e completa da realidade, a estética

passo uniforme, a paisagem urbana surge na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas”. Definia a cidade como: “algo mais do que o somatório dos seus habitantes: é uma unidade geradora de excedente de bem-estar e de facilidades que leva a maioria das pessoas a preferirem viver em comunidade a viverem isolados”.

produzida por este pensamento foi aplicada na arquitectura, tendo introduzido os efeitos simbólicos na paisagem urbana.

“A cidade é o grande arquivo da memória colectiva (...) não se trata de um revival, não cabe o prefixo neo, representa mais uma busca empírica de novas fronteiras semânticas distantes dos módulos do “stilo International (...) planteam a necessidade de relacionar o projecto com forma “urbis” do lugar de pertença com a recuperação do sentido da história” (Foucault, citado por Gravagnuolo p.432 e 433).

O principal nome do historicismo é o arquitecto Aldo Rossi (1931-1997) que em seu livro *“Arquitectura da Cidade”* publicado em 1966, analisa o processo de surgimento e transformação da cidade de modo geral, definindo-a como uma construção colectiva, indissociável de sua história e arquitectura.

Até então, a salvaguarda do património histórico urbano foram restritivas e selectivas, mas o enquadramento das cidades históricas de Gustavo Giovannoni na teoria moderna de cidade poli nuclear, considerando que *“o papel da cidade histórica podia ser não só compatível, mas também complementar as novas soluções urbanísticas, organizações funcionais e de escalas propostas pelo planeamento urbano “ (Paiva, Aguiar, Pinho, 2006, p. 12), desencadearia uma maior preservação do património construído.*

Com as críticas ao movimento moderno e a defesa da cidade histórica ocorre o alargamento do conceito de património arquitectónico para o grupo de edificações com funções habitacionais ou ligados à actividade económicas, assim para conter as demolições exacerbadas são criadas leis normativas quanto a preservação dos centros históricos das cidades, tais como:

- “Monument Act” em 1961 nos Países Baixos;
- Lei Malraux em 1962 na França;
- “Civic Amenities Act” em 1967 no Reino Unido.

As renovações das cidades europeias alcançariam um novo patamar com a preservação de bairros históricos e estas atitudes críticas, juntamente com a necessidade de novos instrumentos para o controlo do desenvolvimento urbano deram a origem a uma nova disciplina dentro do urbanismo e integrada ao planeamento urbano: o Desenho Urbano (Del Rio, 1990; Castelnou, 2007).

2.2.3 A nova disciplina: O Desenho Urbano.

Nas décadas de 1970/1980 a linguagem pós-moderna da arquitectura foi transmitida para o urbanismo que se tornou mais consciente do passado e do património instalado nas cidades, não há uma negação histórica, mas um resgate da identidade urbana.

É a reinterpretação de símbolos e elementos vernaculares que irá originar a arquitectura pós-moderna, quanto ao urbanismo será o respeito pelo traçado original e a integração de edifícios históricos no contexto urbano local sem o carácter de “padronização” do território, ou seja, o chamado contextualismo nas intervenções urbanas exigido pelos críticos do urbanismo moderno Rossi e Krier.

As novas posturas e métodos em desenho urbano concentram-se na obra de Kevin Lynch, a análise e actuação da forma urbana é feita a partir da percepção do habitante em relação ao meio ambiente. Lynch designava “*city design*” – “*a arte de criar possibilidades para o uso, gerenciamento e forma de assentamentos ou de suas partes significantes*” (Del Rio, 1990, p.54).

Rapoport (1929 -) estabelecia as dimensões culturais e antropológicas, enquanto Noberg-Schulz (1979) estabelecia o espaço existencial e a fenomenologia da arquitectura em busca do “*lugar*” através do tempo, produzindo qualidade e dimensões intangíveis.

Del Rio (1999, p. 59) define “desenho urbano” como campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade enquanto conjunto de sistemas físico espaciais e sistemas de actividades que interagem com a população através de suas experiências de vida, percepções e acções quotidianas.

Assim o Desenho Urbano não adopta uma única teoria, mas sim a combinação e complemento de diversas teorias multidisciplinares, que irá gerar, segundo Shirvani (1988) citado por Del Rio (1990, p. 107), categorias de actuação que pode ser “*critérios de qualidade*”, a saber:

Critérios	Características
Uso do Solo	Funções e intensidade de utilização do solo e edificações; permitindo a variedade e mistura de funções compatíveis.
Configuração Espacial	Formas de uso de edificações, gabarito, afastamentos, áreas máximas de construção, cones de visibilidade, relação entre volumes edificados e topografia, relação entre o novo e o existente, compatibilidade tipológica
Circulação Viária e	Estruturas da imagem urbana, sendo factor de democratização por definir acessibilidade, vital para a animação e a sobrevivência

Critérios	Características
Estacionamento	social.
Espaços Livres	Áreas colectivas com funções: social (encontros), cultural (eventos), funcional (circulação) ou higiénica (mental ou física)
Percursos de Pedestres	Sistemas de circulação viária, espaços livres e actividades de apoio que devem ser tratados conjuntamente.
Actividades de Apoio	Sistemas de actividades que dão conteúdo, coerência e vitalidade aos espaços urbanos.
Mobiliário Urbano	Elementos complementares ao funcionamento da cidade incluem sinalizações, bancos, iluminação pública, arborização, etc.

Quadro n.º 3 – Critérios para o Desenho Urbano a partir de Del Rio (1999).

Esta nova disciplina do urbanismo, responderá pela configuração da cidade, estabelecendo no espaço ou território a distribuição dos equipamentos urbanos e dentre eles as instalações desportivas.

As dificuldades do planeamento urbano estão nos interesses de seus actores políticos e económicos, lembrando que vivemos em uma economia de tendência neo-liberal, com este pensamento Castelnou (2007, p. 93) define como pressupostos básicos para os planos urbanos:

- *Exequibilidade técnica e económica, em busca da eficácia com a maximização de resultados e a minimização de custos;*
- *Adequação aos seus próprios fins e coerência com os objectivos do próprio plano;*
- *Aceitação política com o atendimento dos anseios da comunidade.*

Os acontecimentos da segunda metade do século XX irão nortear as transformações sociais e urbanas, principalmente no aumento populacional urbano, na falta de habitações, a crise do petróleo, na busca por energias alternativas e o modelo económico (pós-fordismo) o que virão a desencadear profundas alterações na sociedade (Ruano, 1999; Del Rio, 1990).

2.3 O Novo Paradigma do Urbanismo

As intervenções urbanísticas para Campos Venuti (citado por Bronstein, 2002) ocorreram em três períodos: o primeiro nos anos 60 com o fim dos CIAMs e as propostas inovadoras do “*team X*”; o segundo nos anos 70 e 80 que dava ênfase aos espaços públicos, a diversidade e as diferenças, a história e a memória, valorizando a arquitectura local e usando os modelos do programa IBA - Internationale Bauausstellung (Exposição Internacional de Edificações realizada em Berlim Oeste na década de 80) e o terceiro nos anos 80 e 90 quando o planeamento estratégico utiliza projectos arquitectónicos de “*griffe*”, que vem a contribuir para uma nova imagem urbana, estes últimos foram chamados de projectos de requalificação ou regeneração urbana (Vaz, 2004).

Dadas as características das cidades europeias, é nelas que encontraremos soluções que resultarão na formação de critérios para o estabelecimento conceptual de novos termos do urbanismo e no processo de planeamento urbano para a renovação de cidades.

As experiências de renovação, reconstrução e reabilitação das cidades europeias, foram determinantes na elaboração destes documentos, destas abordaremos a seguir a de maior significado conceptual.

2.3.1 A reconstrução crítica – a experiência de Berlim.

A realização da IBA *Internationale Bauausstellung Berlim*²² a partir de 1979, com inauguração pública em 1987 em Berlim Oeste reúne diversas linhas de pensamento do movimento pós-moderno, decorreu em paralelo com a Campanha Europeia para o Renascimento das Cidades lançada pelo Conselho da Europa entre 1980 e 1982, teve um importante papel na sensibilização dos decisores políticos e do público em geral para a necessidade de melhorar de forma global a qualidade de vida das cidades, cujo lema era “*melhor vida nas cidades*”, abordava quatro temas principais: reabilitação dos edifícios habitacionais; melhoria do ambiente urbano; participação dos cidadãos e o lançamento de iniciativas sociais/culturais nas cidades e vilas (Pinho, A. C, 2009).

Neste contexto a realização IBA surgiu com o intuito de particularizar o tratamento do problema urbano enfrentando a realidade e não criando uma nova. A exposição deu

²² Até meados dos anos sessenta os planos de reconstrução de Berlim tinham como prioridade as infra-estruturas de transportes e a ocupação de áreas periféricas com implantação de conjuntos habitacionais de grande densidade sob os princípios do urbanismo moderno, cujas críticas residiam na falta de hospitalidade e na perda de identidade local, com a divisão em duas cidades a ocidental e a oriental, formaram-se duas ideologias urbanas opostas, prevalecendo o espírito alemão de vanguarda, sendo promovida a Exposição Internacional de Arquitectura e do Habitat.

margem a debates de questões e aplicações de ideias directamente relacionadas com as críticas mais influentes desde a arquitectura ao urbanismo moderno, houve ainda a oportunidade de confrontação de várias correntes do pensamento arquitectónico através de debates, seminários, concursos de projectos e construções (Passaro, L., 2002).

Constituída por dois sectores: o primeiro, destinado a coordenar as operações de renovação urbana (construções novas - *Nerbau*) a cargo de Josef Paul Kleihues e o e o segundo das intervenções de reabilitação urbana de áreas degradadas (recuperação de edifícios - *Altbau*) a cargo de Hardt-Walther Hamer, tendo inicialmente definidos os seguintes pontos directores:

- *Partindo da estrutura existente para criar um equilíbrio entre as distintas zonas, de maneira a regenerar zonas para criar novos pólos de atracção na cidade;*
- *O conceito da cidade na cidade deveria ser explorado, a particularidade de cada área deveria ser valorizada;*
- *Passado e Futuro conjugados;*
- *Relações entre normas sociais e espaços individuais ser redefinidas;*
- *A cidade como resgate de lugar de moradia;*
- *Descentralização entre arquitectos e comunidade deve ser fomentada criando nova relação (Passaro,L., 2002, p. 22).*

O resultado do confronto de variadas correntes de pensamento arquitectónico atestam a impossibilidade de criar um modelo único, apesar de ter o objectivo de padronização de soluções, ocorreu uma variedade de soluções de projectos e uma mescla de posturas (Passaro, L., 2002), o que vem confirmar a tendência do movimento pós-moderno ter de conviver com a diversidade de soluções estéticas, ficando sedimentado algumas posturas para o desenvolvimento das cidades conforme quadro abaixo:

Arquitectos	Intervenções
<p>Aldo Rossi (1931-1997 IT)</p>	<p>Planeou blocos residenciais em Friedrichstadt Sul e um edifício em Rouchtrosse, através da sistematização em relação a intervenção da cidade existente - a cidade é vista como construção colectiva, indissociável de sua história e arquitectura.</p>
<p>Colin Rowe (1920-1999 GB)</p>	<p>Participou do plano conceitual da IBA, através da reestruturação viária e espacial de trechos urbanos, com hierarquia no desenho de ruas e trechos urbanos; centro estruturador e eixo norte-sul, parkway.</p>

Oswald Mathias Ungers (1926-2007 DE)	Planeou em Lutzowplatz edifícios isolados e realizou intervenções urbanas em friedrichvorstadt, realiza um contraponto entre Rossi e Rowe.
Rob Krier (1938 - LX)	Planeou Ritterstrasse Schinckelplatz, um urbanismo miniatura e radicaliza a postura de Rossi.
John Hejduk (1929-2000 EUA)	Os planos de “ <i>Berlin Masque</i> ” e “ <i>Vítimas</i> ” representa a arquitectura como manifestação do pensamento, ocorrem a individualização de distintas estruturas autónomas e simbólicas: personagens-objectos-estruturas relacionam uma realidade própria. Composição geometrizada, monocromática e singela. Inexistência de consideração directa e explícita em relação ao contexto e lugar, não há uma teoria convencional.
Charles Moore (1925-1993 USA)	Realizou o plano de Tegel, onde a implantação recriou o contorno do próprio terreno, buscou um impacto visual a partir da variedade formal e das opções cromáticas. A composição é vernacular com referências históricas, sintonizado com a teoria de Robert Venturi e a “ <i>pop art</i> ”.

Quadro n.º: 4 – Intervenções da IBA a partir de Passaro (2002).

Segundo Passaro (2002) a IBA sedimenta um novo conceito de intervenção urbana, a partir da cidade existente, onde o traçado urbano e a sua arquitectura devem suplantar a prática de criação de modelos universais da realidade anterior.

Desta experiência permaneceram alguns princípios para uma “renovação” cautelosa, de forma a garantir o desenvolvimento urbano para uma sociedade emergente, que foram enumerados por Paiva, Aguiar e Pinto (2006, p. 25) a partir dos Extractos da IBA, conforme o quadro síntese, abaixo:

<ul style="list-style-type: none"> • A renovação deve ser planeada e levada a cabo com participação dos habitantes das zonas afectadas. Deverão ser conservadas as estruturas conserváveis, tendo como base um acordo amplo entre residentes e os promotores das operações.
<ul style="list-style-type: none"> • A insegurança e o medo são duas facetas que definem a situação nos bairros em que se realizam obras de remodelação. Confiança e garantias são o que desejam os residentes. Os contratos de inquilinato deverão estabelecer cláusulas que consignem princípios. Os danos e a anomalias que afectam substancialmente as estruturas vitais dos imóveis que deverão ser reparadas com carácter imediato, lançando-se programas expeditos.
<ul style="list-style-type: none"> • A renovação faz-se por etapas. Há que estudar as possibilidades de remodelação que admitam as habitações e criar com elas novos conceitos de residir e habitar. A situação melhora imediatamente se não demolirem mais partes verdadeiramente perigosas, se surgirem espaços verdes e pátios nos espaços interiores dos quarteirões e se as fachadas forem restauradas e embelezadas.
<ul style="list-style-type: none"> • Os equipamentos e instalações de serviços públicos indispensáveis deverão ser complementados e remodelados de forma adequada.
<ul style="list-style-type: none"> • A renovação urbana pressupõe a existência de legislação que regule claramente os direitos de

participação e os direitos materiais das pessoas afectadas.
<ul style="list-style-type: none"> • Para controlar e guiar a renovação será necessário encontrar formulas que fortaleçam a importância das posições dos moradores e apoiar a criação dos seus organismos representativos nos vários bairros.
<ul style="list-style-type: none"> • Só se consegue criar um clima de confiança se o financiamento de obras a realizar estiver garantido.
<ul style="list-style-type: none"> • Deve-se aproveitar da melhor forma a adjudicação de empreitadas a empresas de construção e projectistas locais e/ou de mérito reconhecido.

Quadro n.º 5 – Síntese do princípio de requalificação da IBA.

Estes princípios determinavam uma maior participação e protecção dos habitantes no processo de intervenção urbana das áreas degradadas, um resgate da identidade cultural do local, talvez como forma de conter o processo de “gentrification” sobre o qual faremos uma abordagem posterior.

Em continuidade, não obstante a diversidade que possa ter sido identificada, quanto a forma de intervenção sobre o espaço urbano, os princípios do urbanismo moderno permanecem válidos e totalmente incorporados no pensamento racional que dirige e está na base da utilização prática do desenho urbano. É o desenho urbano que conjuga a cidade e enquadra as dinâmicas que lhe estão subjacentes, Benevolo (2005, p.) destaca:

- Abordagem científica dos problemas do ambiente construído, mas propositadamente excluídos para conservar o equilíbrio de interesses imobiliários (instrumento do poder);

- Em relação a análise de funções urbanas, mantém-se separadas as funções urbanas através de zonas da cidade (são reduzidos os inconvenientes), mas não é mais aceite a hierarquia das funções:

1ª Moradia,

2ª Zona de recreação até formar um espaço verde unitário,

3ª Separação das redes de circulação para pedestres e tráfego de veículos.

Outras experiências ocorreram na Europa, tendo como exemplo a França que ao publicar a Lei Malraux em 1962, atribuiu prioridade à preservação de conjuntos urbanos com valores históricos e arquitectónicos como um objectivo nacional, além da Itália que sempre possuiu tradição na preservação do património arquitectónico, (Paiva, Aguiar e Pinho, 2006), mas a experiência de reabilitação urbana europeia mais marcante na

memória de todos devido a sua amplitude foi a realizada na “*Ciutat Vella*” em Barcelona durante a preparação dos Jogos Olímpicos de 1992.

Já em países em desenvolvimento, como o Brasil, cujas cidades sofreram um intensivo processo de aumento populacional, destacamos as intervenções realizadas na cidade de Curitiba no Estado do Paraná, a partir do desenvolvimento do Plano Director de 1966, considerado arrojado para a época.

Este plano estabeleceu a integração global dos sistemas de transporte público, tráfego, trabalho, lazer, acção social e habitação, como forma de controlar o crescimento da cidade. As soluções simples e inovadoras envolviam a classificação de áreas passíveis de serem urbanizadas em função dos serviços urbanos e sistemas de transporte colectivo, segundo Ruano (1999, p. 38) não só propiciaram efeitos ecológicos e sociais benéficos, como também levou a cidade à prosperidade económica e o mais importante a projecção e o êxito político, tornando-se um exemplo seguido mundialmente.

A integração das instalações desportivas nos projectos no início das renovações urbanas é pouco documentado, mas os projectos adotavam os preceitos da Carta de Atenas, assim faziam reservas de solo para as actividades de lazer e de desporto.

2.3.2 A Requalificação – uma nova estratégia urbana.

A primeira formulação do conceito de renovação urbana é baseada no âmbito da conservação do património urbano histórico, cuja preocupação era conservar o património arquitectónico com vista à sua salvaguarda para gerações futuras, o que resultaria na elaboração de documentos que buscavam princípios de conservação dos mesmos, principalmente do património histórico das cidades europeias, conforme quadro abaixo:

Ano	Documento
1931	Carta de Atenas do Restauro - OIM
1964	Carta de Veneza – Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios ²³
1975	Carta Europeia do património Arquitectónico.
1985	Convenção de Granada – para salvaguarda do património arquitectónico da Europa.
1987	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, ratificada pela assembleia do ICOMOS.

Quadro n.º: 6 – Cartas Europeias relativas a preservação do património histórico (Paiva, Aguiar e Pinho 2006).

²³ Apenas o art. 14º afirma de forma vaga, que os princípios enunciados se devem também aplicar aos trabalhos de restauro e conservação dos sítios históricos.

As décadas de sessenta e setenta dentro do conjunto de forças económicas destacam a actuação do Estado Providência que *“melhorou e alargou a cobertura territorial dos serviços levando a um aumento de consumo, em especial nas áreas da saúde, educação e acção social”* (Pinho, A. C., 2009, p. 87).

O papel regulador que este vinha exercendo em cada um dos países iria resultar na formulação e produção de documentos enquadradores, nas principais organizações do Governo e à escala global nos organismos das Nações Unidas e Comunidade Europeia.

Ano/publicação	Documento/Organização
1954	Convenção para protecção de bens culturais em caso de conflito armado ²⁴ – UNESCO; Convenção Cultural Europeia – Conselho da Europa.
1961	Carta Social Europeia – Conselho da Europa.
1962	Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e carácter das paisagens e sítios – UNESCO.
1963	Resolução 365 – Conselho da Europa.
1964	Resolução 44 - CPPLRE

Quadro n.º: 7 – Resoluções para Procedimentos de Renovações Urbanas. Fonte:Pinho, 2009.

Estas resoluções são vinculadas ao património cultural constituído e referem-se ao incentivo de preservação e reabilitação, o que faz despontar uma política de conservação, assim em 1975 o Conselho da Europa programou o ano europeu do Património Arquitectónico com o objectivo de sensibilizar a população para a necessidade de proteger e conservar o património histórico construído (Pinho, A.C., 2009).

Os anos oitenta caracterizavam-se pela consolidação da dimensão urbana da reabilitação, devido ao surgimento de novos problemas específicos nas áreas urbanas – abandono de antigas áreas industriais, desemprego, pobreza, insegurança, congestionamento de tráfego, má qualidade do ambiente urbano, etc.

Já não eram somente os edifícios dos tecidos antigos que necessitavam de intervenção, a cidade necessitava de renovação e reabilitação urbana, com o principal objectivo de atender à procura habitacional, o que veio a desencadear diversas experiencias de intervenção.

²⁴ Também conhecida como “Convenção de Haia” (Pinho, 2009, p. 53)

O estudo destes processos, resultou em novos conceitos de intervenção no espaço urbano, estando associados ao grau de alterações promovidas nas zonas degradadas, conforme o quadro conceptual abaixo apresentado:

Termo	Conceitos
Reabilitação	Restituir ao estado (situação) anterior, restituir à estima pública ou particular, readquirir a estima, regenerar-se (Luft Dicionário, p. 559).
	É um processo de transformação urbana que respeita a imagem global das áreas alterando as condições de uso e habitabilidade, de forma a actualizá-las (Moreira, 2007, p. 117).
	É um processo integrado sobre uma área que se pretende manter ou salvaguardar. No geral envolve o restauro e conservação de imóveis, a que alguns chamam de reabilitação física e revitalização funcional, ou seja a dinamização do tecido económico e social, uma vez que manter um bairro implica conservar suas características funcionais, aumentar sua capacidade de atracção, quer para os habitantes, quer para o exercício de actividades económicas e sociais compatíveis com a residência (Salgueiro, 1992, p. 390 citado por Moreira, 2007, p. 118).
	Conjunto de operações dirigidas a conservação e ao restauro das partes significativas – em termos históricos e estéticos – de uma arquitectura incluindo a sua beneficiação geral, de forma a permitir-lhe satisfazer níveis de desempenho e exigências funcionais actualizadas. (Paiva, Aguiar, Pinho, 2006, p. 16)
Requalificação	Dar nova qualidade ou novas características, promove a construção e valorização da zona urbana, sendo seus componentes: aspectos de carácter económico, social, ambiental e físico (Moreira, 2007, p. 120).
	Recuperar o sentido da ubicação residencial das populações através de múltiplas acções e medidas, que vão da infra-estruturação à valorização da imagem interna e externa, passando pela provisão dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego (VALIS – Valorização de Lisboa, 1990, citado por Moreira, 2007, p. 118).
Restauro	A reconstituição do traço primitivo de pelo menos das fachadas e coberturas utilizando eventualmente materiais originais (Moreira, 2007, p. 117).
Renovação	É a acção mediante a qual se procede à substituição das estruturas existentes; envolve a demolição de edifícios e a construção de novos imóveis (Salgueiro, 1992, citado por Moreira, 2007, p. 120).
Recuperação	É um conjunto de operações tendentes a reconstituição de um edifício degradado ou alterado. A renovação urbana é a passagem da fase industrial para a pós-industrial, onde são promovidas alterações físicas e funcionais delas decorrentes (Moreira, 2007, p. 117).

Quadro n.º: 8 – Quadro conceptual.

Consideramos o termo “requalificação” o mais apropriado para designar os espaços artificiais e naturais integrados ou que venham a ser integrados na cidade através de uma intervenção do planeamento urbano.

O processo de requalificação implica na existência de áreas urbanas degradadas, cuja origem se deve a diversos factores, tais como o envelhecimento de zonas centrais, o

declínio das indústrias portuárias, as migrações intensas, o grande aumento da população urbana, as mutações económicas e sociais, chegando mesmo a haver ausência de qualquer actividade económica.

Segundo Moreira (2007), a componente de carácter económico presente na requalificação está na passagem da economia industrial para a pós-industrial, da qual originou-se a construção do sector dos serviços.

A complexidade urbana deixa de ser restrita ao traço do arquitecto e urbanista, passando a ser produzida por todos, principalmente pela força económica e mudanças sociais, esta dinâmica irá estabelecer a necessidade de organização das intervenções urbanas por meio de documentos reguladores.

A Carta Urbana Europeia de 1992, veio a estabelecer a síntese dos trabalhos de regulação urbana até a data, instituída pelo Conselho da Europa e de maneira geral centra-se numa abordagem local aos problemas urbanos nos aspectos qualitativos do desenvolvimento urbano e dentre seus objectivos o de fornecer um instrumento prático e um manual de gestão urbana para as autoridades locais (Pinho, A. C., 2009, p.188).

Com a instituição das políticas territoriais, as instituições ligadas às disciplinas da arquitectura e urbanismo apresentaram documentos para expressar seus princípios e marcar a posição dos profissionais, quanto a formação do novo “modelo de cidade”. Destacamos a “*Nova Carta de Atenas*” redigida em 1998²⁵ pelo Conselho Europeu dos Urbanistas, cujo modelo de cidade “*integra muitos dos valores e princípios que tinham vindo a ser consolidados nas décadas anteriores ao nível da produção e gestão das cidades, nomeadamente os valores históricos, culturais, sociais, ambientais e de sustentabilidade*” (Pinho, A. C., 2009, p.193).

2.3.3 O processo de “Gentrification” ou a expulsão das cidades.

Quando as zonas degradadas de uma cidade sofrem um processo de requalificação urbana, podem ter como resultado duas soluções:

1º A ocorrência do processo de “gentrificação” onde as populações desfavorecidas serão “expulsas” para outra marginalidade, normalmente por motivos económicos;

2º A inserção de actividades económicas ou a recuperação das actividades já existentes no local, que levem à apropriação das populações residentes e assim

²⁵ O CEU realizou sua revisão em 20 de Novembro de 2003.

geradoras de nível económico com a consequente inclusão social e realização da auto-estima colectiva, como forma de combater o processo anterior.

O termo “gentrification” é utilizado pela primeira vez por Ruth Glass nos anos sessenta para descrever o processo de transformação da cidade de Londres, quando famílias de classe média povoaram antigos bairros desvalorizados do centro da cidade ao invés de se instalarem nos subúrbios, o que era comum até então (Bidou-Zachariassen, 2006, p. 22).

“A gentrificação envolve a transformação da composição social dos residentes e certos bairros centrais num processo de investimento, reabilitação e apropriação por camadas de classe média de um estoque de moradias e de bairros operários ou populares, é um processo de evolução urbana, que não descarta a desconcentração e suburbanização” (Bidou-Zachariassen, 2006).

Ao analisar as transformações dos bairros centrais de Nova Iorque, Neil Smith (2006, p.33) destaca a gentrificação como um elemento nas transformações dos centros urbanos e identifica três fases de evolução deste processo:

- a primeira ocorreu de uma forma “esporádica” com artistas instalando-se em bairros como o Greenwich Village e Soho;
- a seguir ocorre a participação dos promotores imobiliários no processo, que obtém enormes lucros nos anos setenta e oitenta gerando o seu “enraizamento”;
- por último o processo é “generalizado” tornando-se uma estratégia da própria cidade para reabilitar áreas centrais degradadas.

A transformação social com o crescimento do número de executivos e outros profissionais prestadores de serviço, o aumento de casais com dupla renda, o modo de vida e de consumo decorrentes da sociedade pós-industrial e é apontado como factores que favoreceram o processo de gentrificação.

“A gentrificação é um fenómeno ao mesmo tempo físico, económico, social e cultural. Ela implica não apenas uma mudança social, mas também uma mudança física do estoque de moradias na escala de bairros; enfim, uma mudança económica sobre os mercados fundiários e imobiliários. É esta combinação de mudanças sociais, físicas e económicas que distingue a gentrificação como um processo ou conjunto de processos específicos” (Hamnet, 1984, citado por Bidou- Zachariassen, 2006, p.23).

A gentrificação não é simplesmente a revitalização dos antigos bairros centrais, mas sim a mudança funcional destes locais e a sua transformação sociológica, com a saída das classes sociais menos favorecidas, devido à valorização imobiliária do local após o processo.

Antes considerada como consequência da política social e urbana, a “gentrificação” se torna a “Política” em numerosas cidades para a revitalização de zonas centrais degradadas dos centros urbanos, assumindo-se como o contraponto da política de inclusão e valorização social.

“Os processos de reabilitação urbana têm hoje de responder a um crescente número de objectivos. Para além de preservar, conservar e aproveitar os recursos disponibilizados pelo património construído, têm de conseguir dotá-lo de capacidade de resposta perante as exigências da vida contemporânea, têm de integrar objectivos e princípios sociais, ambientais, culturais e de sustentabilidade, e têm de conseguir impulsionar a dinamização económica das áreas urbanas em declínio” (Pinho, 2009).

Foi a partir da “Política de Inclusão Social” que são pensados os processos de revitalização dos bairros urbanos mais desfavorecidos (Moura, Guerra, Seixas, Freitas, s/d). As áreas da periferia da cidade são ocupadas por populações de baixa renda, carentes de equipamentos sociais e recursos financeiros, nesta paisagem urbana não existem elementos urbanísticos que a qualifiquem, resultando em bairros com baixa ou nenhuma qualidade de vida, principalmente para a juventude, que não dispõe de locais de lazer desportivo, ficando restritas às actividades físicas escolares.

Ao final da década de oitenta e início dos anos noventa a sociedade urbana já se reconhecia como uma sociedade caracterizada pelo “consumo”, sendo o lazer o produto/serviço em maior expansão no mercado.

Vejamos a seguir como o território desportivo foi estabelecido neste período de transição económica e conceitos do urbanismo.

2.4 O Território Desportivo.

2.4.1 O “Genius Loci” Desportivo.

A homogeneização e monotonia do movimento moderno que tratou as necessidades humanas como um padrão capaz de ser instalado em qualquer localidade, levou à perda da identidade do “*lugar*”, principalmente quando ocorreram as renovações urbanas do pós-guerra, assim o homem perdeu suas referências.

As referências são estabelecidas pela arquitectura, que é a pluralidade formal do ambiente construído e nesta pluralidade estão estabelecidas as memórias urbanas de uma população que se identifica com o local. Na paisagem urbana a arquitectura é o resultado do espaço contido, do espaço interior, limitando vazios, com a criação de espaços fechados, o que não significa a vedação visual dos mesmos (Zevi, 1977).

O local é definido pelo espaço. Não pretendemos aprofundar neste conceito que passa pelas mais variadas correntes de pensamento e disciplinas, mas segundo Cunha (1997) ao nível da filosofia os conceitos de Platão e Aristóteles traduzem o significado da ligação do homem com o espaço:

“ Para o primeiro, o espaço é o receptáculo das coisas:

“O espaço enquanto receptáculo puro é um «contínuo» sem qualidades, é um habitáculo e nada mais; (...) é eterno e não susceptível de destruição, constitui o habitáculo das coisas criadas, é apreendido por uma razão espúria e é apenas real: é o espaço.”²⁶

Aristóteles identifica o espaço como lugar. Neste, as coisas que contêm são particularidades desse mesmo espaço, a ele pertencem e com ele estão em ligação. Os objectos ou as coisas são daquele espaço, estão ligados a ele como elementos constituintes” (Cunha, 1997, p. 81).

É esta ligação com o lugar que Noberg-Schulz (1926-2000) reporta-se para retomar o conceito do “*genius loci*”²⁷, como maneira de apresentar os fenómenos concretos e

²⁶ Mora, J. Ferrater; (1974), *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, D. Quixote, 1991, p. 128; citado por Cunha, 1997, p.81.

²⁷ O termo “*Genius Loci*” é uma concepção romana antiga, a crença do espírito guardião da vida das pessoas e lugares que acompanha do nascimento a morte e determina o carácter e a essência do local, também compreendido como um conjunto de características socioculturais, arquitectónicas, de linguagem, de hábitos, que caracterizam um lugar, um ambiente, uma cidade e indica o carácter do lugar (Noberg-Schulz, 1979).

Este termo é utilizado por Aldo Rossi (1966) quando se refere a preocupação com o local e os arredores do terreno das suas futuras construções.

intangíveis ou a emoção que o ambiente construído desperta nas pessoas para justificar a protecção da cidade histórica.

A interpretação físico-psicológica baseia-se na emoção artística que consiste na identificação dos espectadores com a forma e o simbolismo do edificado (Zevi, 1977), esta emoção pode causar um grande êxito, ao ficar registado na memória colectiva e este êxito pode ser decorrente de emoções positivas ou negativas, estabelecendo as relações de uso ou não do local.

Para Bale (1993) o desporto tem a capacidade de produzir o seu próprio espaço e o código de conduta dos espectadores. Este território garante *“uma liberdade colectiva onde o Espaço, também desportivo, é um palco de afirmação e expressão das individualidades, das colectividades, das comunidades e dos fenómenos que o desporto arrasta (Callède, J.; 1988, citado por Cunha, 2007).*

A arquitectura de uma Instalação Desportiva destaca-se na paisagem urbana pelas suas características e dimensões, altamente codificadas e padronizadas, cuja vocação irá estabelecer o seu “papel” ou o seu “carácter” para os espectadores. Qual será a relação que se estabelece?

A emoção diante de uma Instalação Desportiva remete-nos às experiências que o local registou na memória colectiva, pois “o território desportivo possui referências de codificação onde o recinto do jogo demarca a actuação dos praticantes” (Cunha, 2007), mas a vocação e os objectivos políticos e sociais que se pretende alcançar será o factor determinante para estabelecer o “carácter” do local.

Podemos afirmar que as Instalações Desportivas nunca perderam o seu “carácter agonístico” para o homem, apesar de definir novas vocações políticas e sociais ao longo da sua evolução.

Assim, o “genius loci” das Instalações Desportivas possui uma autonomia em relação à paisagem urbana, que podem ser representadas pelas imagens a seguir, que despertam memórias colectivas ligadas ao desporto, tais como:

- Os combates ferozes realizados na antiguidade entre os homens e as “feras”, não somente os animais, mas as “feras” do poder (figura nº 17);

- A supremacia da tecnologia arquitectónica a cada edição dos Jogos Olímpicos, para representar o poder da nação (figura nº 18).



Figura n.º: 17 – Coliseu de Roma do Pássaro”) Fonte: www.google.com



Figura n.º: 18 – Estádio Olímpico de Beijim (“O Ninho do Pássaro”)

2.4.2 A Popularização do Desporto

Em 1966 o Conselho para a Cooperação Cultural do Conselho da Europa lançou pela primeira vez a ideia do “Desporto para Todos” e em 1968 na reunião de Bruges é elaborado um documento que será o ponto de partida para a matéria, considerando-o um movimento destinado a *“criar as condições para que as mais largas camadas da população possam praticar regularmente, quer o desporto propriamente dito, quer as mais diversas e variadas actividades físicas, exigindo um esforço adaptado a condição física de cada um”* (ME/DGD, s/d, p. 19).

O movimento foi difundido mundialmente pela UNESCO e entendia o *“desporto como exercitação corporal voluntária e como meio de promoção da condição física e de indução da saúde pessoal”*, procurou atender à diversidade dos motivos para a prática do desporto e difundir o conceito como todas as possibilidades de actividade motora humana capaz de promover o lazer, o prazer e a satisfação, ocorre a pluralidade desportiva.

O Comité de Ministros do Conselho da Europa definiu que o *“desporto significa todas as formas de actividade física que, através da participação ocasional ou organizada, visa exprimir ou melhorar a condição física e o bem-estar mental, constituindo relações sociais ou obtendo resultados nas competições a todos os níveis”*.

A partir da consolidação deste conceito, o desporto passou a integrar políticas públicas do Estado, como consequência o espaço destinado a instalação de equipamentos desportivos faz parte das zonas destinadas aos equipamentos sociais públicos no parcelamento urbano. Razão pela qual foi feita a inclusão do desporto nas políticas públicas de desenvolvimento social e urbano.

A partir da década de setenta, em razão do movimento “*Desporto para Todos*” são realizados diversos programas para dotar as cidades europeias de instalações desportivas destinadas à toda população, este movimento ampliou as actividades desportivas e disseminou a prática não competitiva, possibilitando maior participação universal no desporto e influenciando costumes e hábitos (Held, 1990, citado por Alves e Pieranti, 2007).

O desporto tornava-se um fenómeno social e mundial, graças à comunicação social. Tanto que, é estabelecido o direito fundamental à sua prática, como na Constituição da República Portuguesa em seu artigo 79º (ano de 1974).

Para Jorge Bento (1991), “*o desporto alcançou a valorização social e cultural a partir de suas promessas de saúde e bem-estar, e as suas funções de recuperação do stress*”...e da própria compensação das insuficiências, transmite à sociedade a ideia de “*um espaço de acção livre, isolado e preservado dos malefícios da vida moderna*”, mas salienta que somente a prática do desporto não garante o bem-estar, “*o desporto traz benefícios, mas a sua prática de forma indiscriminada prejudica a saúde visto as especificidades e particularidades de cada indivíduo praticante e da prática*”.

O projecto Parques “Esportes para Todos” do Ministério da Educação e Cultura do governo Brasileiro desenvolvido pela Secretaria da Educação Física e Desporto, nos moldes do movimento “Desporto para Todos” estabelecia a necessidade valorizar e preservar as áreas verdes, parques e bosques, florestas, praias, rios, lagos, etc. Segundo Luciano Bernini (s/d) o principal objectivo era despertar nos administradores públicos a consciência para a promoção, recuperação e utilização das áreas verdes de suas regiões, dotando-as de instalações compatíveis com as práticas desportivas propostas.

Na década de 80 a prática do desporto era para aliviar o stress do trabalho quotidiano e os espectáculos desportivos eram frequentes nos meios de comunicação social para apreciar a emoção, o prazer, a alegria e a beleza. Terapia, reeducação, reabilitação, contra o isolamento e o ostracismo, obtendo a alegria do contacto social e da comunicação (Bento, 1991).

Na década seguinte o individualismo é acentuado pelo avanço da tecnologia de informação, ocorre uma e o desporto estará a serviço da construção desta nova imagem (novos valores culturais). O espírito de aventuras é canalizado para a aventura desportiva, que uma maneira diferente de estar no desporto, esta prática personalizada deve ser entendido como um direito que assiste a todos (Pires, 1990).

O desporto de aventura foge ao padrão das práticas formais patrocinadas pelo estado, vivido em plena natureza, mas é interessante observar que esta prática foi interpretada nas cidades, com construção de paredes de escalada em parques públicos, o rappel praticado em construções urbanas abandonadas ou não.

Para os jovens e as crianças absorverem os princípios, valores e normas e ideais inerentes ao processo de educação e socialização – a diversidade dos motivos para a prática desportiva: alegria, prazer na prática, saúde, recreação e contacto social.

Segundo Martinez (2004), o fenómeno desportivo é entendido pela sociedade como promotor de benefícios educativos e saudáveis, o trabalho de equipa, a solidariedade e a divulgação do “fair-play”, sendo relevante em diversos sectores e afecta a totalidade da população.

Assim, o conceito do desporto alarga-se e Gustavo Pires (2007) a partir de definições de diversos autores chega a uma sùmula destas definições: *“decorre que o desporto envolve exercício físico, competição, desafio, esforço, luta, apetrechos, estratégia e tática, princípios, objectivos, instituições, regras, classificações, tempo livre, jogo, vertigem, aventura, investigação, dinheiro, lazer, sorte, rendimento, simulação, códigos, resultados, prestações, treino, força, destreza, medição, tempo, espaço, beleza, medida, voluntarismo, morte, etc.”* (Pires, 2007, p.116).

2.4.3 O Desenvolvimento do Desporto pelas Instalações Desportivas.

A política para o desenvolvimento desportivo passa pelo estabelecimento de relações lógicas e hierárquicas, num conjunto de objectivos e de meios (Castejon Paz, 1973, citado por Cunha, 2007, p.), mas o principal objectivo é aumentar o número de praticantes e consequentemente o nível desportivo.

Os perfis de política poderão ser organizados em torno de dois pólos: o desporto de competição e o desporto para todos ou de base.

A política para o desporto de competição ou de elite tem por objectivo apurar um conjunto de atletas de alto nível, como um processo de detecção de talentos, promoção e canalização para os altos níveis de competição; contribuindo para a formação e aperfeiçoamento desta elite desportiva.

Pires (2007), lembra que os objectivos devem estar centrados numa óptica de desenvolvimento, continuidade e sustentabilidade, pois para “*obter determinado número atletas de elite haverá uma relação com o número de praticantes de base*”²⁸.

A políticas de desporto de base tem por objectivo criar oportunidades de práticas desportivas adequadas ao maior número possível de cidadãos, preocupações em generalizar a prática desportiva, enquanto a elite exclui, este utiliza o desporto como instrumento de qualidade de vida, de formação de praticantes.

Integram os instrumentos políticos os factores de desenvolvimento do desporto que são um “*conjunto das actividades que, combinadas em programas tendem a desenvolver os diversos elementos de situação e a melhorar assim, directa ou indirectamente, o nível desportivo existente*” (Paz, 1973, citado por Cunha, 2007).

Para Gustavo Pires (2007), estes factores devem ser combinados de forma a complementar-se e não serem tratados individualmente.

O desenvolvimento desportivo da comunidade é também uma forma de disposição, que aborda as preocupações sociais e políticos sobre a natureza e o grau de desigualdade, de forma significativa novas redes de desporto da comunidade estão a ser criadas em uma tentativa de racionalizar a estrutura fragmentada do desporto em um novo sistema (Hylton, K; Totten, M., 2001 p. 77).

Alguns modelos de políticas são identificados por Hylton e Totten (2001) para serem aplicados nas comunidades mais desfavorecidas:

- 1- Controle social para a redução de conflitos e no combate ao crime;
- 2- Bem-estar social;
- 3- Democratização da cultura;
- 4- Democracia cultural inclusão social;
- 5- Política de motivações para a prática desportiva da comunidade.

A recreação produtiva contribui com o desenvolvimento da cidade, com a integração dos espaços públicos, Frederico Mayor fala da criação de vínculos, sem os quais a cidade

²⁸ A Pirâmide de Pierre de Coubertin diz: “*Para que cem se entreguem à cultura física é necessário que cinquenta pratiquem desporto. Para que cinquenta pratiquem desporto, é necessário que vinte se especializem. Para que vinte se especializem, é necessário que cinco sejam capazes de proezas espantosas.*” (Coubertin, 1931; citado por Pires, 2007, p. 21).

desmorona (Ziperovich, 2007), entretanto para Eduardo Galeano existem mais consumidores que criadores, as pessoas não jogam, mas assistem os outros jogarem, como exemplo o futebol.

Integram os instrumentos políticos os factores de desenvolvimento do desporto que são um *“conjunto das actividades que, combinadas em programas tendem a desenvolver os diversos elementos de situação e a melhorar assim, directa ou indirectamente, o nível desportivo existente”* (Paz, 1973, citado por Cunha, 2007). Para Gustavo Pires (2007) estes factores devem ser combinados de forma a complementar-se e não serem tratados individualmente.

“Os espaços públicos e particulares requeridos directa ou indirectamente para a realização das mais diversas actividades desportivas afecta as superfícies e destinos do solo durante o planeamento urbano das cidades, assim, a realização de qualquer evento desportivo é condicionado, pela utilização de ferramentas do urbanismo e arquitectura como criadores de espaço “imagem” para a cidade que os organiza” (Cunha, 2007, p.).

“O uso do espaço urbano e a construção e animação dos equipamentos de lazer constituem eixo fundamental de uma política de lazer, no campo dos interesses físico-desportivos, assim como de qualquer dos seus conteúdos culturais” (Babuy, 1980; Marcellino, 2002c; Santos, 1982; Wilhelm, 1976; Yurgel, [s/d.])

Além da importância qualitativa, existe uma importância quantitativa nas construções de Instalações Desportivas nas cidades, talvez pelo facto de qualificar o espaço urbano, há uma tendência a proceder a construção de forma desmedida em algumas cidades, desconsiderando a política de uso e manutenção por parte da população (Cunha, 2007).

O tecido urbano possui elementos que geram hierarquia, cujos pólos de atracção tem por finalidade criar marcas de imagem para a cidade, mas em qualquer tipo de planeamento realizado dever-se-á ter em conta a topografia, o clima, a mobilidade, a propriedade do solo, e mesmo o zoneamento funcional urbano (princípio do urbanismo moderno aceite).

Não é possível conceber um plano urbanístico sem pensar nas Instalações Desportivas, as quais serão necessárias para o aumento da qualidade de vida da população, assim os estádios de futebol, pavilhões e centros desportivos surgem no quotidiano das cidades modernas, como elementos que integram a paisagem urbana.

Assim, a Carta Urbana Europeia de 1992 na linha destas preocupações foi constituída por treze temas relativos à estrutura urbana, onde se destaca o item dedicado ao “Desporto e Lazer nas Áreas Urbanas” que determinava:

1. *Todos os habitantes têm direito de tomar parte em actividades desportivas e recreativas;*
2. *Os equipamentos desportivos devem ser seguros e bem desenhados;*
3. *Todos os habitantes devem desenvolver suas capacidades desportivas na medida do seu potencial.*

Também, a Declaração Europeia dos Direitos Urbanos de 1992, reafirmava o direito de todos “(...) os cidadãos das cidades europeias tem direito a:

7- Desporto e lazer – ao acesso para todas as pessoas independente de idade, capacidade ou rendimento, a um amplo leque de equipamentos de desporto e lazer”.

Estas determinações asseguram que o planeamento urbano deverá reservar territórios na cidade para a prática desportiva da população. O que era um estado declarativo de intenções normativas, toma forma no território urbano com a implantação das instalações desportivas, que percorreu um caminho civilizacional.

Abaixo, quadro demonstrativo da evolução ao longo da história das instalações desportivas urbanas:

Período	Ano	Instalações	Características
Antiguidade clássica	776 a.C.	Estádios	O 1º complexo desportivo conhecido na história.
Grécia antiga	331 a.C.	Estádio Olímpico	O precursor das instalações modernas.
Roma antiga	6 a.C.	“Circus Maximus”	Utilizado para grandes eventos
Idade Antiga	Antes da idade média	Declínio de instalações comparadas a Roma e Grécia, excepto igrejas	Tensões entre o mundo divino e o mundo mortal.
Idade média tardia	1300-1800	Algumas instalações, mas pouco significativas.	Instalações usadas nos festivais religiosos
Idade Moderna	1862	Union Ground	Primeiro estádio construído nos USA.
	1896	Estádio Panathinaiko	A instalação sede dos primeiros

Período	Ano	Instalações	Características
			Jogos Olímpicos da era moderna
	1912-1930	Stadium Yale Fenway Park Stadium Yankee	Desenvolvimento das instalações desportivas.
Idade contemporânea	1960-1970	Instalações Multiuso	Tendência de economizar dinheiro após a 2ª guerra mundial.
	1980-2000	Estádios de uso único	Foco em lugares sentados, luxo e concessões de camarotes.
	2002-2008	Gillete Stadium/Patriot Place Xanadu Meadowlands.	Tendência de integração do ambiente com a tecnologia de ponta ao serviço dos espectadores Desenvolvimento do local de implantação.
O autor utiliza os exemplos de instalações desportivas dos EUA, não considerando a evolução ocorrida na Europa, já que os estádios de futebol da Inglaterra não são citados.			

Quadro n.º 9 – Evolução da tipologia de Instalações Desportivas. Fonte: Fried, G. (2010, p. 6).

2.4.4 A Requalificação Urbana e os Eventos Desportivos.

Os jogos Olímpicos modernos concebidos por Pierre de Coubertin tornaram-se no evento desportivo de maior projecção mundial. Tudo que os envolvem é precedido de atenção mundial: da escolha da cidade anfitriã aos preparativos das infra-estruturas desportivas necessárias, tudo é notícia.

Os Jogos Olímpicos são cercados pela atenção dos meios de comunicação social, tornando-se um meio de promoção da cidade e do país. O espectáculo é associado ao marketing da cidade e do país, que marca uma posição no cenário mundial o que transforma a política urbana menos burocrática e mais empreendedora (Androvich, Burbank e Heying, 2001).

Segundo, Matheson e Baade (2002) as cidades buscam a realização de mega eventos para valorizar a imagem e movimentar a economia local. Assim, muitas vezes, os promotores exageram no impacto económico para obter maior apoio, mesmo com estudos independentes a demonstrarem que os valores são menores que os estimados e que, a realização dos Jogos Olímpicos pode constituir-se mais num fardo do que numa honra.

2.5 A nova cidade

2.5.1 A Sustentabilidade do Planeta.

O aumento da população das grandes cidades nos anos oitenta desponta como o principal responsável pelos problemas de meio ambiente, pois utilizamos hoje 70% da energia consumida pelo homem, então a natureza deixa de ser um pano de fundo para o urbanismo onde as zonas verdes desempenhavam um papel depurador do ambiente proporcionando bem-estar à população (Ruano, 1999, p.7) e passa a integrar os critérios de desenvolvimento urbano.

A tecnologia e a ciência são aplicadas na exploração de novos recursos naturais renováveis – energia solar, eólica, térmica, etc, desde o fim da segunda guerra mundial, mas a partir da crise do petróleo em 1973 (2ª onda de consciência ambiental), segundo Romero (1988) este “*status quo*” motivou estudos que juntaram a preocupação com a economia de energia convencional às preocupações pela incorporação dos factores ambientais ao desenho urbano (Stein, 1978; Steadman, 1978; CETEC, 1978).

Surgem estudos que procuram utilizar energias de fonte natural (água, sol e vento) na construção e climatização das edificações (Fitch, 1971; Anderson, 1976; Koenigsberger, 1977; Crowther, 1977; Vale, 1978; Wrigth, 1978; Bustos, 1978). Estes autores propõem novas concepções arquitectónicas e urbanísticas onde exista uma inter-relação efectiva entre os factores ambientais e os espaços construídos, proporcionando o conforto térmico necessário às suas actividades.

A renovação dos recursos naturais torna-se uma preocupação comum no que diz respeito a sobrevivência do homem no mundo globalizado em crise devido a superpopulação e a escassez de fontes de energia na segunda metade do século XX, tornando-se mais evidente no início dos anos noventa.

A Conferência das Nações Unidas em 1972 adopta a Declaração do Meio Ambiente e instaura a Comissão Bruntland²⁹. Sendo que, o Relatório Bruntland foi o primeiro documento internacional a utilizar e defender o conceito síntese de “*desenvolvimento sustentável entendido como aquele que satisfaz as necessidades das gerações actuais sem comprometer a capacidades das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades*”.

²⁹ Que recebeu este nome por ter sido presidida pela Ministra Grö Harlem Bruntland, da Noruega. Foi integrada por vinte membros, sendo 10 (dez) representantes de países desenvolvidos e 10 (dez) representantes de países em desenvolvimento.

Para Ruano (1999, p. 10), o conceito anterior é um tanto ambíguo e argumenta que “o desenvolvimento sustentável mantém a qualidade geral de vida, assegura um acesso continuado aos recursos naturais e evita a continuidade de danos ambientais”.

Em 1992 a 1ª Cúpula Mundial do Meio Ambiente ECO 92 (também conhecida por “Conferência da Terra”), realizada na cidade do Rio de Janeiro no Brasil, com a participação de líderes de 172 países para discutir os problemas do meio ambiente, o termo “sustentabilidade” é divulgado pelos meios de comunicação social gerando uma onda de consciência mundial nas diversas atividades humanas.

A Agenda 21, resultante da ECO 92, deveria por em prática um modelo de urbanismo sustentável, mas não resultou em ações práticas. A sua contribuição materializou-se na melhoria de atitudes conscientes em certas áreas (Ruano, 1999, p. 21) e na criação da “agenda 21 local”, ou seja no compromisso de cada país desenvolver e por em prática planos de desenvolvimento sustentável.

Assim, o processo iniciado com a Conferência do Rio de Janeiro, resultou em sucessivas conferências na Europa, onde destacamos:

- “Iª Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis” Aalborg – 1994;
- “IIª Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis” Lisboa – 1996;
- “IIIª Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis” Hanôver – 2000;
- “IVª Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis” Aalborg – 2004 (Aalborg+10);
- Vª Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis” Sevilha – 2007;
- VIª Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis” Dunquerque - 2010.

Na Europa, a elaboração das agendas locais estiveram associadas à Carta e aos Compromissos de “Aalborg”, resultantes da “Primeira Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis”, realizada em Maio de 1994. Estes documentos estabeleceram valores básicos e opções estratégicas para o desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas³⁰.

³⁰ A Carta de Aalborg definiu os procedimentos para preparar os Planos de Acção Local (A21L), tais como:

- Conhecer os métodos de planificação e os mecanismos financeiros existentes, bem como os outros planos e programas;
- Identificar sistematicamente os problemas e as suas causas, através da consulta ao público;
- Definir o conceito de colectividade sustentável, com a participação de todos os seus membros;
- Examinar e avaliar as estratégias alternativas do desenvolvimento;

O planeamento e desenho urbano não ficaram indiferentes a estes acontecimentos e *“as cidades passam a ser consideradas complexos ecossistemas artificiais, construídas primeiramente para satisfazer as necessidades humanas, mas também com a capacidade de proporcionar um biotopo a outras espécies, cujo impacto sobre o entorno natural deve ser rigorosamente gerido”* (Ruano, 1999, p. 9), daí surge o *“Eco urbanismo”* uma nova disciplina que articula as múltiplas e complexas variáveis que intervêm em uma aproximação sistemática do desenho urbano para o desenvolvimento sustentável das comunidades urbanas.

Ruano (1999) relacionam alguns aspectos desta nova disciplina, ver quadro abaixo:

Aspectos	Características
Mobilidade	Redução da emissão de poluentes através do transporte público, circulação de pedestres e ciclistas, por meio da diversidade de usos e densidade
Recursos	Reduzir o consumo dos recursos naturais – água, energia, materiais de construção.
Participação	Interacção entre os habitantes e os técnicos que planeiam a cidade.
Comunidade	Criar tecidos urbanos para apoiar, fomentar e nutrir laços sociais e estimular o contacto pessoal cara a cara.
Ecoresorts	Incorporar o sector turístico na responsabilidade com o meio natural
Revitalização	Incorporar as áreas degradadas nos projectos urbanos
Telecidades	Verificar o impacto não visível das TCIs e permitir a integração global

Quadro n.º: 10 – As preocupações do Eco urbanismo, a partir de Ruano (1998).

O desenvolvimento sustentável, também não ficou indiferente ao desporto, principalmente no que diz respeito às instalações desportivas para a realização dos mega-eventos, dada às suas dimensões e *“carácter”*.

O IOC consciente da responsabilidade do *“Movimento Olímpico”* institui a *“Agenda 21 do Movimento Olímpico”*, como iremos tratar mais a frente, constituindo o meio ambiente no terceiro pilar do *“Movimento Olímpico”*, junto com o desporto e a cultura.

-
- Estabelecer um plano local de acção a longo prazo para a sustentabilidade, o qual deverá incluir objectivos avaliáveis;
 - Planificar a implementação do plano, preparando um calendário e precisando a repartição de responsabilidades entre os membros. Fonte: Carta de Aalborg (AAVV, 1994).

2.5.2 A Cidade Global

A descentralização da produção em função dos custos de mão-de-obra e impostos, com o desenvolvimento dos sistemas de comunicação informatizados demonstram que o poder está na condução dos processos de produção. O conceito do produto, as ideias e imagens são o que realmente se compra e vende na nova economia e cuja produção é segmentada no planeta de modo a conseguir os menores custos e obter os maiores lucros (Muxí, 2004)

A dispersão territorial da produção exige lugares centrais e emblemáticos de onde se possam dirigir as operações, sendo este o papel das cidades globais, segundo Sassen (2000) a cidade global é um local estratégico para gerir a economia global, a produção de serviços e operações financeiras - a chave está nos serviços e no desenvolvimento de facilidades de comunicações necessárias para a implantação e gestão de operações globais económicas.

“A cidade global é uma rede de nós urbanos de distintos níveis e com distintas funções que se estende por todo o planeta e funciona como um centro nervoso da nova economia, num sistema interactivo de geometria variável a qual deve constantemente adaptar-se de forma flexível as empresas e cidades.” Castells (2004, p. 43)

Muxí (2004) aponta como características da cidade global três elementos:

- A acessibilidade (comunicação real e virtual);
- A imagem com duas vertentes a nostálgica e a tecnológica;
- O “emblema” que são elementos dinamizadores que aglutinam empresas.

As grandes cidades encaixam-se neste perfil, o que não impede que as cidades médias possam, também atender o perfil exigido pela economia global.

Na economia pós-industrial a tendência é o desaparecimento de grandes áreas industriais integradas na cidade. As áreas urbanas terão uma ocupação multifuncional, com edifícios que permitam uma maior flexibilização de usos, enquanto, os pequenos espaços individualizados para actividades de serviços tendem a aumentar a diferença na tipologia dos espaços e a tentativa de diminuir a importância do zoneamento - a cidade é consumida e não apenas produzida e organizada (Moreira, 2007).

Tal como a cidade, a arquitectura é consumida. A estética e a tecnologia arquitectónica tornam-se “griffes”, ou seja o impacto das “*marcas inovadoras*” da arquitectura é desejado para diferenciar a imagem da cidade global. As obras de arquitectos, como: Frank Gehry, Santiago Calatrava, Norman Foster ou Zaha Hadid são productos a serem “*consumidos*”.



Figura n.º: 19 – Walt Disney Concert Hall em Los Angeles, projecto de Frank Gehry. Fonte: www.studio-internacional.co.uk



Figura n.º: 20 – Projecto de Zaha Hadid para o concurso dos Jogos Olímpicos de Londres 2012. Fonte: www.worldpress.com

Acreditamos que esta arquitectura inovadora teve origem no grupo de arquitectos conhecidos por “*Archigran*”³¹, que pretendiam resgatar as premissas da arquitectura moderna através da tecnologia, defendendo uma abordagem *high-tech*, com infra-estrutura leve, explorando o universo das estruturas insufláveis, computadorizadas, ambientes descartáveis, cápsulas espaciais e imagens de consumo de massas. Para Gravagnuolo (1998), este grupo utilizava um método projectual sustentado por uma consciente relação

³¹ Na década de sessenta um jovem grupo de arquitectos ingleses se reuniram para publicar uma revista de arquitectura ilustrada que reproduziriam seus projectos, ficando conhecido por este nome. “*Walking City*” (*cidade móvel*) de Ron Herron (1964), “*Plug-in-City*” (*cidade “plugável”*) de Peter Cook, (1964-66) e “*Instant City*” (*cidade instantânea*) de Cook, Crompton e Herron, (1969-70) são alguns exemplos “futuristas” para a época, mas actuais em termos tecnológicos.

de memória histórica e apresentava ainda uma visão sedutora de um futuro da “era da máquina”, de uma sociedade orientada para o consumo, altamente informatizada e nómada.



Figura n.º: 21 – “Kunsthaus” na cidade de Graz na Austria, projecto de Peter Cook e Colin Fournier, concluído em 2003. Fonte: www.nature.com

É neste aspecto que a arquitectura se coloca ao serviço do desporto, pois as instalações desportivas irão beneficiar-se da tecnologia construtiva e da estética inovadora para garantir o seu desenvolvimento sustentável para a comunidade. Além de gerar uma imagem sedutora para os “espectadores”.

2.6 A Cidade Olímpica.

2.6.1 A Motivação e os Custos.

A transformação da economia industrial para a pós-industrial alterou o desenvolvimento urbano com a formação de novas dinâmicas sociais e espaciais (Andranovich, Burbank e Heying, 2001; Muxí, 2004), as cidades necessitam de estratégias para atrair investidores que possam incrementar a economia local.

Assim, os mega-eventos surgem como estratégia de políticas urbanas para incrementar a economia, mas envolvem altos riscos no turismo urbano (Einsinger, 2000; Gladstone, 1998; Judd e Fainstein, 1999; citados por Burbank, Andronovich e Heying, 2001), estas políticas incluem o desenvolvimento de centros de convenção, grandes hotéis, restaurantes, shopping centers e serviços de comunicação de forma a colocar a cidade na rede global da economia.

A limitação de recursos financeiros destinados a novas obras de infra-estruturas nas grandes cidades tem sido uma das motivações para a candidatura aos “Jogos Olímpicos”, como forma de catalisar recursos financeiros para o desenvolvimento de programas de requalificação urbana, além da promoção da imagem da cidade associada ao “símbolo olímpico” reconhecido em todo o mundo, o que se torna muito atractivo para as grandes empresas que terão seus nomes associados ao patrocinar a realização dos “Jogos Olímpicos” (Essex e Chalkley, 1999; Andranovich, Burbank e Heying, 2001).

Os custos financeiros que envolvem a realização dos Jogos Olímpicos são de valores astronómicos podendo colocar em risco a saúde financeira da cidade, caso o seu planeamento não adequar correctamente os custos previstos para as intervenções necessárias para a sua realização, entretanto a cada processo de candidatura mais cidades demonstram o interesse em organizá-los.

Isto decorreu, principalmente, após o sucesso financeiro dos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984, quando os países despertaram para o potencial económico dos mesmos (Essex e Chalkley, 1999; Matheson e Baade, 2002), juntamente com as transformações urbanas da cidade de Barcelona em 1992, consideradas legados positivos e que determinaram o aumento da disputa para sediar os Jogos Olímpicos.

Segundo Cashman (2002), o que está em debate permanente e rodeado de controvérsias é o legado dos jogos para as cidades sedes. O impacto da realização dos Jogos Olímpicos ocorre durante quatro fases durante os períodos:

- Preparação da candidatura;

- Organização por 7 anos;
- Competição por 16 dias;
- Posterior aos jogos.

Ainda para este autor (Cashman, 2002), é impossível saber o verdadeiro custo de uma cidade sede, pois os orçamentos são políticos e pouco confiáveis, cita Lensky (2002), que afirma que *“os legados dos jogos ocorrem apenas para os sectores já favorecidos da sociedade, enquanto as classes desfavorecidas ficam com o ónus”*.

Mesmo assim, existe uma motivação superior capaz de levar os Presidentes dos Estados Unidos e do Brasil a estarem presentes na última Sessão do IOC em 2009 para a escolha da cidade sede para os XXXI^o Jogos Olímpicos de 2016.

A escolha do Rio de Janeiro para sediá-los foi muito comemorada, não só pelo Governo (Municipal, Estadual e Nacional) e Organismos Desportivos Nacionais, mas pela população da cidade, que demonstra uma grande expectativa quanto aos benefícios que poderão advir desta realização. A alegria durante a comemoração expressou a conquista da honra torna-se uma “Cidade Olímpica”

2.6.2 Os Critérios

A Carta Olímpica é a codificação dos princípios fundamentais do Olimpismo onde estão definidas as regras e as normas adoptadas pelo IOC para a organização dos Jogos, ela:

- Define a acção e o funcionamento do *“Movimento Olímpico”*;
- Estabelece as condições para a celebração dos Jogos e o processo de candidatura da cidade sede;
- Encarrega o Comité Executivo do IOC das directrizes para a celebração, a organização e a administração dos Jogos Olímpicos. (Olympic Charter, 2010, p. 9).

A candidatura de uma cidade para sediar os Jogos Olímpicos envolve o comprometimento das autoridades públicas locais e nacionais e o IOC, que exige do Governo Nacional a apresentação de um instrumento jurídico vinculativo, onde se compromete e garante que o país e as autoridades públicas vão respeitar as determinações do IOC. O Comité Executivo do IOC é que define os regulamentos e requisitos para a

candidatura e instituirá uma Comissão de Avaliação³² para aferir as condições das cidades candidatas (Olympic Charter, 2010).

O processo de candidatura é iniciado quando a autoridade pública local submete à candidatura ao CON e é ele que decidirá pela apresentação ou não do projecto ao IOC. Apenas uma cidade por país pode ser candidata, cabendo ao CON a definição da candidatura a ser apresentada ao IOC.

Como as novas construções e ampliações propostas pelas cidades irão integrar a malha urbana modificando-a, o IOC exige que as autoridades ou os proprietários devam fornecer garantias que o local da “*Vila Olímpica*” esteja em sintonia com o plano de desenvolvimento da cidade e as normas de licenciamento de obras, bem como apresentar estudos ambientais quanto a catástrofe, segurança, saúde, hotéis e transportes.

Esta é uma forma de garantir que não ocorram atrasos inconvenientes devido a inexistência de licenciamentos para a execução das obras, demonstrando o comprometimento no cumprimento rigoroso do prazo estipulado para a abertura dos Jogos Olímpicos, mas sem descuidar dos compromissos com o desenvolvimento sustentável.

Como é avaliada uma cidade? O que deverá possuir para merecer a honra de realizar o evento desportivo mais importante da actualidade?

A realização dos Jogos Olímpicos requer uma infra-estrutura urbana capaz de atender às exigências de todos os eventos desportivos, num curto espaço de tempo, devendo a cidade planear a logística e os altos investimentos de forma a promover benefícios à população local.

O Comité Executivo do IOC definiu critérios técnicos de avaliação e o seu grau de importância para a escolha da cidade sede é estabelecido a partir de visitas e informações locais por um grupo de trabalho do IOC.

Para Bittencourt (1997, p. 300) “*os critérios não são muito bem definidos, demarcados ou mensuráveis*”, existindo um “*conceito genérico de um padrão a ser alcançado*”.

Desde 1983, foi desenvolvido o programa “*olymplogic*” através de uma matriz de decisão, onde os critérios de avaliação técnica da cidade requerente são pontuados de 1 a 5, de 0,1 a 1 e de 1 a 10 (conforme quadro nº 18). A análise é efectuada a partir de

³² A partir de 11 de Fevereiro de 2010 a Comissão de Avaliação é constituída por membros do IOC, representantes do fundo de investimento, COM, Comissão de Atletas, CPI e Carta Olímpica.

interfaces de gráficos para exibir os resultados de forma a facilitar a interpretação dos mesmos.

A partir do “Relatório de Aceitação de Candidatura para os XXIX^o Jogos Olímpicos de 2008” produzido pelo grupo de trabalho do IOC em 18 de Agosto de 2000, organizámos um quadro descritivo dos critérios técnicos, com as respectivas pontuações para percebermos o padrão de avaliação das cidades candidatas.

Relatório de Aceitação de Candidatura para os XXIX Jogos Olímpicos de 2008		
Critérios Técnicos	Subcritérios	
Apoio do Governo e Opinião Pública (peso 1)	Apoio do Governo (peso 1)	
	Compromisso do governo com aspectos financeiros (peso 1)	
	Aspectos legais (peso 1)	
	Opinião pública (peso 2)	
Infra-estrutura geral (peso 5)	Infra-estrutura de transportes existente (0-10)	
	Infra-estrutura de transportes planeada (0-10)	Factor de viabilidade (0,1-1,0)
Infra-estrutura desportiva (peso 4)	Existente	Qualidade (1-10)
		Conceito Desportivo (1-10)
		Viabilidade (0,1-1,0)
	Planeada	Qualidade
		Conceito Desportivo
		Viabilidade
	Adicional	Qualidade
		Conceito Desportivo
		Viabilidade (50Km da VO)
Vila Olímpica (peso 4)	Localização quanto ao deslocamento - alta ponderação (1-10)	
	Uso pós Jogos Olímpicos - baixa ponderação (1-10)	
	O conceito de aldeia global - média ponderação (1-10)	
	Financiamento - baixa ponderação (1-10)	

Relatório de Aceitação de Candidatura para os XXIX Jogos Olímpicos de 2008	
Critérios Técnicos	Subcritérios
Impacto e condições ambientais (peso 2)	Condições do Ambiente - peso 1 (1-10)
	Impacto Ambiental - peso 3 (1-10)
	Projectos e organização - peso 2 (1-10)
Acomodações (peso 5)	Existentes + planeados (x coeficiente de viabilidade) = totais proposto
Transporte (peso 4)	Quantidade e valor para a operação dos Jogos
	Eficiência e agrupamentos
	Ligação entre as instalações desportivas
	Performance do aeroporto durante os jogos
Segurança (peso 3)	Nível de controlo de crime
	Nível de controlo de terrorismo
	Nível do aparelho de segurança
	Qualidade de informação no documento
Experiência anterior com realização de eventos desportivos (peso 2)	
Financeiro	Na fase I não há classificação de valores pela Comissão de Avaliação.
Conceito geral (peso 3)	Compreensão das necessidades olímpicas
	Infra-estrutura desportiva na cidade
	Legado pós-Jogos Olímpicos

Quadro n.º: 11 – Critérios de Avaliação do Comité Executivo do IOC para as cidades candidatas aos Jogos Olímpicos.

Observámos que dos critérios abordados pela Comissão de Avaliação³³ em 2000, as infra-estruturas urbanas e desportivas, juntamente com as acomodações e transportes possuem um maior peso na classificação técnica da cidade.

³³ Para os Jogos de 2012 são estipulados novos valores ao apoio do governo (2), Transportes (3) e o financeiro é classificado com peso (3) fonte: Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group /Games of the XXX Olympiad 2012, p. 8. Para os jogos de 2016 o peso da Vila Olímpica cai para (3) fonte: Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group /Games of the XXXI Olympiad 2016, p. 9.

O processo final de candidatura para a escolha da cidade sede dependerá de outros critérios e motivações, que no momento, não nos cabe abordar.

Observamos algumas recomendações do IOC, contidas na “Carta Olímpica” que poderão estabelecer alguns critérios de avaliação das candidaturas.

O IOC recomenda atenção à arquitectura, design e paisagem, com a implantação de instalações sempre que aplicável na restauração de áreas degradadas. Destaca a importância da participação de empresas locais na construção das Instalações Olímpicas para promover a cultura, divulgando as características e técnicas de construção da arquitectura local (Olympic Charter, 2010).

As cidades candidatas que pretendam sediar os Jogos, também deverão desenvolver um plano com estratégias urbanas que permitam uma integração com o plano director local, principalmente no que diz respeito à Vila Olímpica que sendo o “*coração dos Jogos Olímpicos*” acomoda aproximadamente 16.000 pessoas entre atletas e dirigentes, sendo este um dos maiores projectos do COJO, que deve respeitar os requisitos previstos nos:

- Contrato entre a cidade sede e o IOC;
- Orientações do IOC;
- Requisitos do CON e da Carta Olímpica.

O “*Movimento Olímpico*”³⁴ está comprometido com o desenvolvimento sustentável e os esforços para contribuir para a protecção do meio ambiente, o que resultou na elaboração de uma “*Agenda 21 - Sport for Sustainable Development*” adoptada a partir de 1999 na Sessão realizada em Seoul.

Nela, estão contidas as recomendações ambientais e estudos obrigatórios ecológicos que devem constar no processo de avaliação da cidade candidata, conforme regra estabelecida na Carta Olímpica de nº 13, (Charter Olympic, 2010, p. 15), apesar disto, observamos que o peso dado a este critério no quadro nº 11 é menor do que dado aos demais.

Quanto às Instalações Olímpicas, segundo Millet (1997) a superfície territorial mínima exigida para a implantação das mesmas corresponde a 1.000 hectares (quadro nº

³⁴ O movimento olímpico é constituído pelas entidades que coordenam as actividades relacionadas com os Jogos Olímpicos relacionadas na Carta Olímpica, são IOC, Federações Desportivas Internacionais, Comitês Olímpicos Nacionais e o Comité Organizador dos Jogos.

12), sugerindo que as cidades de pequeno e médio porte terão maiores dificuldades em conseguir encontrar superfícies livres nas zonas urbanas.

Este mesmo autor, ao analisar as cidades nomeadas nos últimos anos constata que todas possuíam uma população superior a 2.500.000 habitantes (ver gráfico 4), o que demonstra uma tendência quanto à dimensão da cidade sede dos Jogos Olímpicos.

Tipologia das Instalações	Área (Hectares)	Percentual
Competições “outdoor”	81 ha	8,1 %
Competições “indoor”	32 ha	3,2 %
Competições especiais	445 ha	44,5 %
Instalações de treino	20 ha	2,0 %
Instalações de acomodação	82 ha	8,2%
Instalações de Serviço	11 ha	1,1 %
Áreas livres e circulação	329 ha	32,9 %
Total	1.000 ha	100 %

Quadro n.º: 12 – Dimensionamento do Complexo Olímpico, segundo Millet (1997).

Liao e Pitts (2006) analisam a implantação das instalações desportivas nas cidades sedes dos Jogos Olímpicos sob o ponto de vista da distribuição no território urbano, baseiam-se na formação de agrupamentos de equipamentos em relação a zona central e a periferia da cidade.

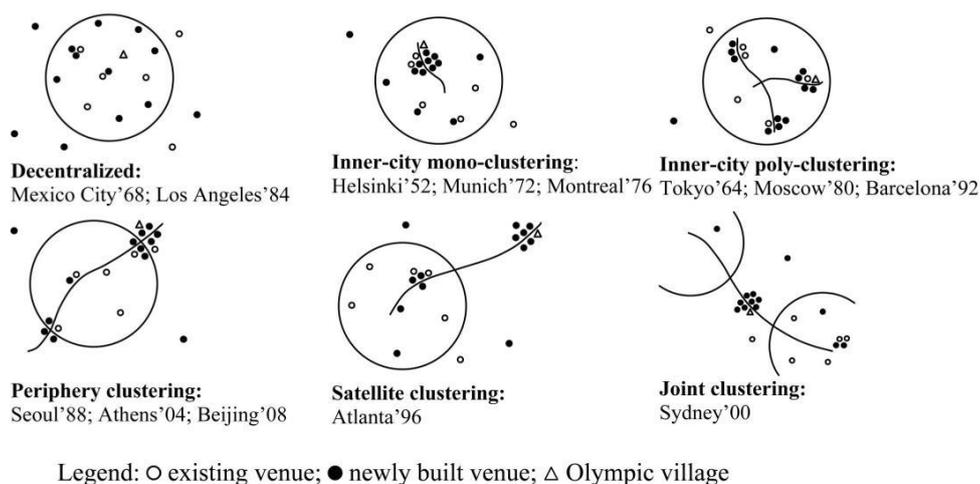


Figura n.º: 22 - Os seis modelos teóricos de integração das instalações Olímpicas nas cidades sede.
Fonte: Liao e Pitts (2006).

Assim, estes autores identificam seis modelos de disposições dos locais de competição (figura nº 19), mas não realizam uma avaliação do plano das intervenções e das tipologias urbanas dos modelos; limitam-se em caracterizar as cidades sedes dentro dos modelos identificados.

Holger Preuss (2008) no Seminário de “Gestão de Legados e Mega-eventos Esportivos” promovido pelo Ministério do Esporte e pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) no Rio de Janeiro de 01 a 04 de Maio de 2008, afirma que as cidades que adoptarem o modelo da concentração terão mais sucesso na concorrência pela disputa para a realização dos Jogos Olímpicos, devido a facilidade logística indicada pelo próprio IOC.

Os critérios de avaliação desta logística dizem respeito às infra-estruturas de transportes e às condições de acessibilidade aos locais de competição; onde o tráfego, os sistemas de transportes públicos e as infra-estruturas aeroportuárias irão determinar a qualidade desta mobilidade pela cidade. Assim, o modelo de concentração parece causar menos impactos, tornando-se o mais indicado para a realização dos Jogos Olímpicos.

Durante a 115ª Sessão da Comissão de Estudos dos Jogos Olímpicos realizada em 2003 na cidade de Praga, fica registada a conclusão que o aumento do nº de desportos era o principal motivo de aumento no tamanho dos jogos e apoiava a decisão do IOC em conter o número de atletas, desportos e eventos – *“o gigantismo poderia comprometer o futuro dos jogos, desencorajando a candidatura de cidades”* (Relatório da 115ª Sessão da Comissão de Estudos dos Jogos Olímpicos – IOC)

2.6.3 A Evolução do Património Construído.

As intervenções urbanas promovidas para a realização dos Jogos Olímpicos foram de formas e intensidades diferentes, ao longo da história, na preparação da cidade sede para receber todas as competições desportivas em instalações apropriadas e acomodar todos os profissionais envolvidos – juízes, árbitros, delegados das federações internacionais, jornalistas e profissionais da comunicação social e é claro os atletas e visitantes.

Os Jogos Olímpicos tornam-se catalisadores de investimentos³⁵ e de força política para a realização de grandes intervenções urbanísticas na cidade sede, para estar na vitrina do mundo, promovendo a:

³⁵ Andranovich, Burbank e Heying (2001) apontam para as oportunidades e desafios da utilização dos Jogos Olímpicos como catalisadores de investimentos financeiros para a cidade sede, a partir do processo de

- Requalificação de áreas centrais e/ou portuárias degradadas;
- Preservação de edifícios históricos;
- Expansão de zonas urbanas;
- Reestruturação dos transportes e vias de circulação.

São investimentos que poderão fomentar o turismo local, com o surgir de um novo território urbano.

Os investimentos em Instalações Desportivas e infra-estrutura de apoio necessários tornam-se legados para a cidade sede. Apesar de os seus custos serem altos, justificam-se quando envolvem a requalificação ou reabilitação de regiões, que deve ter um carácter empreendedor, pois as transformações urbanas irão resultar em qualidade de vida para a população (Essex e Chalkley, 1998).

Devido à importância e às dimensões do evento, cada vez mais se tem estudado as consequências da realização dos Jogos Olímpicos para a cidade sede. Segundo Mazo e Rolim (2008, p. 117), o legado é definido *“no senso comum como algo que se recebeu, ou melhor, que deixou a outrem, ou a posteridade.”*

Os legados serão detectados nas diferentes fases de realização dos Jogos Olímpicos, a curto e a longo prazo. Nem sempre são detectáveis, mas podemos identificar os possíveis legados, que para Lensky (2002, citado por Cashman, 2002) apenas ocorrem para os sectores já favorecidos da sociedade, enquanto a classe desfavorecida fica com o ónus, ou têm apenas benefícios indirectos detectáveis a longo prazo.

No Seminário de “Gestão de Legados e Mega-eventos Esportivos” promovido pelo Ministério do Esporte e pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) no Rio de Janeiro de 01 a 04 de Maio de 2008, foram apresentadas cinco categorias:

Legados da Candidatura.	Aprendizado do processo de candidatura (elaboração de projectos e organizaçã de eventos); Planeamento urbanístico, independente da realização do evento.
Legados do Evento.	Instalações Desportivas; Infra-estruturas urbanas; Equipamentos Desportivos;

licitação, período de organização e os legados para as cidades de Los Angeles, Atlanta e Salt Lake City nos Estados Unidos.

	Empregos temporários ou permanentes; Novas oportunidades; Promoção de novos eventos; Aumento na prática desportiva da população.
Legados da Imagem.	Projecção do país, da região e da cidade no cenário mundial; Projecção de oportunidades económicas e de serviços a oferecer; Nacionalismo e orgulho cívico.
Legados da Governança.	Planeamento participativo; Cooperação de diferentes órgãos administrativos; Parceria público-privada; Liderança do poder público local.
Legados do Conhecimento	Treinamento e capacitação de recursos humanos; Transmissão de conhecimentos adquiridos; Transferência de conhecimento para futuros eventos.

Quadro n.º: 13 – Categorias de legados dos mega-eventos. Fonte: Da Costa, (2008, p. 49).

Cada categoria terá um grau de interferência, que poderá ser negativo ou positivo de acordo com suas especificidades.

Existem vários estudos com o propósito de estabelecer os possíveis legados dos Jogos Olímpicos para as cidades sedes, dos quais destacaremos, inicialmente Essex e Chalkley (1999) e Liao e Pitts (2006), que estabelecem quatro fases ao longo da história da realização dos Jogos Olímpicos.

O estudo de Essex e Chalkley (1999) tratam destas intervenções em função do nível da organização do evento, a tipologia das instalações desportivas e as infra-estruras realizadas nas cidades sedes, conforme quadros a seguir:

Essex e Chalkley (1999)	
1ª Fase	
1896 – Atenas 1900 – Paris 1904 – Sant-Louis	<ul style="list-style-type: none"> • Tiveram pequena escala; • Foram mal organizados; • Tiveram impacto urbano mínimo.
2ª Fase	
1908 – Londres 1912 – Estocolmo 1920 – Antuérpia	<ul style="list-style-type: none"> • Tiveram maior escala; • Foram melhor organizados; • Construíram novas instalações para fins desportivos.

1924 – Paris 1928 – Amesterdão 1932 – Los Angeles	
3ª Fase	
1936 – Berlim 1948 – Londres 1952 – Helsínquia 1956 – Melbourne	<ul style="list-style-type: none"> • Tiveram maior escala; • Foram melhor organizados; • Construíram novas instalações para fins desportivos; • Instalações desportivas simbolizam a "bandeira do navio 'da sociedade de acolhimento; • Tiveram pouco impacto urbano; • Tornaram-se mais atractivos.
4ª Fase	
A partir de 1960 - Roma	<ul style="list-style-type: none"> • Tiveram maior escala; • Foram melhor organizados; • Construíram novas instalações para fins desportivos; • Tornaram-se mais atractivos; • Estimulam programas e políticas urbanas; • Tornaram-se um impacto muito mais importante no ambiente urbano das cidades de acolhimento.

Quadro n.º: 14 – Classificação do estudo de Essex e Chalkley (1998).

A partir de 1960, quando os Jogos são transmitidos pela TV, consideram que as intervenções tiveram maior amplitude. No entanto não avaliam os princípios urbanísticos utilizados pela cidade sede para ganhar a visibilidade mundial oferecida pelos meios de comunicação.

Na mesma linha de pensamento, Liao e Pitts (2006), classificam as fases dos Jogos Olímpicos com delimitação da 2ª para a 3ª fase diferente do estudo anterior. Consideram que os Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1932, foram o marco de delimitação para a construção de grandes instalações desportivas e alojamentos definitivos.

Liao e Pitts (2006)	
1ª Fase	
1896 a 1904	<ul style="list-style-type: none"> • Tiveram intervenções mínimas; • Realizaram eventos modestos; • Realizaram provas desportivas em locais adaptados.
2ª Fase	
1908 a 1928	<ul style="list-style-type: none"> • Atraem o interesse mundial; • Intervêm nas cidades a nível de construção de instalações desportivas; • Improvisam alojamentos para as delegações dos países participantes.
3ª Fase	

1932 a 1956	<ul style="list-style-type: none"> • Preocupam com a grandiosidade das instalações desportivas; • Edificam os alojamentos dos atletas para uma utilização posterior, perdendo o carácter de improvisado ou provisório³⁶.
4ª Fase	
A partir de 1960 - Roma	<ul style="list-style-type: none"> • Realizam intervenções urbanísticas de maior amplitude; • Constroem grandes instalações desportivas; • Realizam sistemáticas intervenções nas infra-estruturas urbanas para a realização do evento; • Realizam interferências na estrutura urbana, de modo a modificar a sua paisagem urbana e divulgar para o mundo a “imagem” da “cidade sede”, através dos meios de comunicação.

Quadro n.º: 15 – Classificação do estudo de Liao e Pitts (2008)

Outro autor que classifica em fases os Jogos Olímpicos é Holger Preuss (citado por Poynter, 2007), que os analisa sob o aspecto económico e a sua relação com a cidade sede, entretanto a última fase identificada não está relacionada com o período de preparação dos Jogos ou mesmo com as Olimpíadas, visto que a 3ª fase se encerra um ano antes da realização dos Jogos Olímpicos de Atenas de 2004.

Este autor defendeu no Seminário de “Gestão de Legados e Mega-eventos Esportivos” anteriormente citado, que o impacto financeiro da realização dos Jogos Olímpicos para um país é menor do que para a cidade, o mesmo é beneficiado por legados que justificam a participação do Governo Nacional no financiamento dos Jogos.

Holger Preuss (2002)³⁷	
1ª Fase	
1896 a 1968	<ul style="list-style-type: none"> • Efeito económico pouco documentado e pequeno para as cidades.
2ª Fase	
1969 a 1980	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos de televisão e patrocínios tornam-se importantes; • O gigantismo dos jogos cria oportunidades e riscos.
3ª Fase	
1981 a 2003	<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização dos Jogos de Los Angeles: financiados pela iniciativa privada e a combinação de parcerias pública/privada • Comercialização com exploração de direitos e patrocínios.
4ª Fase	

³⁶ Helsinque – 1952 e Melbourne – 1956 construíram as vilas olímpicas para tornarem-se bairros permanentes destinados a população carente.

³⁷ Citado por Poynter (2007) Holger Preuss faz uma classificação temporal baseado nos aspectos económicos da realização dos Jogos Olímpicos.

A partir de 2003	<ul style="list-style-type: none"> • Protecção dos valores olímpicos da comercialização. • O IOC desenvolve um plano para proteger os Jogos do excesso de comercialização estabelecendo um núcleo de valores Olímpicos (protecção legal).
-------------------------	---

Quadro n.º: 16 – Classificação do estudo de Holger Preuss, a partir de Poynter (2008)

Francesc Muñoz (1997) realiza um trabalho de análise das interferências das intervenções urbanas decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos modernos e estabelece três categorias para estas intervenções:

- As intervenções de baixo impacto;
- A adição de grandes instalações desportivas nas cidades;
- As intervenções que estimulam a transformação do ambiente urbano (após o ano de 1960).

Apoiado nos estudos de Francec Muñoz (1997) Gilmar Mascarenhas (2008), realiza uma classificação sob o ponto de vista das intervenções urbanísticas e a relação do capital público/privado.

Nesta classificação, fazemos a ressalva que as intervenções urbanas realizadas na cidade de Los Angeles, não foram significativas, pois a organização optou em maximizar o uso de instalações existentes para minimizar os custos de investimento em construções, o que segundo Preuss (2007), foi a principal estratégia para controlar os custos e evitar o deficit financeiro.

Gilmar Mascarenhas (2007, p. 199)	
1ª Fase	
1896 a 1932	<ul style="list-style-type: none"> • Insipiência e amadorismo; • Impactos urbanísticos mínimos.
2ª Fase	
1932 a 1952	<ul style="list-style-type: none"> • Afirma-se como fenómeno social; • Identifica-se com o nacionalismo; • Recebe o apoio estatal; • Começa a intervir efectivamente nas cidades sedes.
3ª Fase	
1952 a 1980	<ul style="list-style-type: none"> • “Guerra fria” – importância política dos Jogos; • Legados sociais; • Vilas olímpicas inserem-se em programas de habitação popular.

4ª Fase	
A partir de 1984	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento com grandes empresas privadas; • Promovendo um urbanismo de feição neoliberal.

Quadro n.º: 17 – Classificação de Gilmar Mascarenhas (2007)

Quanto ao facto dos Jogos terem sido financiados pela iniciativa privada, não retira o carácter social dos investimentos realizados nas “Vilas Olímpicas” integradas ao património das Universidades USC, UCLA e UCSB para a posterior utilização dos estudantes, segundo o Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles 1984, todos os equipamentos desportivos foram doados ao município e às instituições de ensino.

Os estudos de Essex e Chalkley (1998) e Liao e Pitts (2002) indicam que as intervenções urbanas na cidade sede foram mais significativas a partir dos Jogos Olímpicos de Roma em 1960, entretanto não avaliaram os critérios urbanísticos utilizados nestas intervenções.

O comum a todos estudos é a preocupação em estabelecer os legados dos Jogos Olímpicos para a cidade sede, para Cashman (2002), *“legado é algo recebido do passado que possui valor presente e certamente valor futuro”* permanecendo após o evento.

Poyter (2008, p. 129) afirma que o conceito de legado está focado em resultados não desportivos como importante fonte de legitimar a cidade para receber os Jogos Olímpicos.

Veja o exemplo das Vilas Olímpicas que tornaram-se um dos elementos de grande importância logística durante os jogos. No início eram destinadas às populações carentes, mas a grandiosidade do evento e a especulação imobiliária crescente nas cidades, transformaram estas habitações em alvo de valorização do solo urbano³⁸. Mas, é na construção do “Estádio Olímpico” que está o simbolismo da força da cidade, com o uso cada vez maior de tecnologias construtivas para garantir o impacto arquitectónico do mesmo.

Deve ter-se em conta, que as ocorrências de impactos e legados positivos ou negativos estão normalmente ligados à existência ou não de um planeamento global dos mesmos, que deverá estar definido numa perspectiva de clareza e durabilidade das intervenções urbanas, pois ao se construir para o futuro os custos financeiros terão impactos negativos menores.

³⁸ O projecto do Rio2016 irá construir a Vila Olímpica em uma área de 75 hectares, num padrão de alta qualidade na região da Barra da Tijuca, zona de classe alta da cidade do Rio de Janeiro, apesar das favelas serem um problema habitacional e de segurança pública.

3 Hipóteses de Estudo:

Após a realização da revisão de literatura, avançamos para o estabelecimento das hipóteses de estudo. O objectivo de criar a hipótese zero é justamente negá-la, pois assim poderemos avançar com as demais hipóteses, que se relacionam com esta negação.

(0 - Zero) – Os Jogos Olímpicos, como expressão máxima desportiva e global da humanidade, não permitem o desenvolvimento da cidade, região ou país, através dos seus legados, não requalificando assim as suas zonas urbanas degradadas e não expressam a conflitualidade inerente através das acções, dos seus agentes, na busca dos respectivos interesses.

- (1) - A cidade utiliza os grandes eventos desportivos como estratégia de requalificação urbana, tendente a uma dinâmica catalisadora de recursos financeiros do sector público e privado, para aplicação nas infra-estruturas urbanas, alterando assim a sua imagem;
- (2) - A requalificação urbana pode ser medida através das alterações das funções urbanas e dos legados à população;
- (3) - A concentração dos equipamentos desportivos em grandes espaços e a sua não flexibilização, não permite a utilização dos mesmos pela população desfavorecida;
- (4) - O urbanismo ou planeamento urbano, não diferencia o desporto de competição e de recreação quanto às respectivas características, incluindo-os na mesma tipologia de uso e espaço, inviabilizando as utilizações vocacionadas;
- (5) - A standardização do Parque Olímpico traduzido na implantação das instalações desportivas para os Jogos Olímpicos, não oferece flexibilidade e diversidade para o seu uso “*a posteriori*” pela população.

4 Metodologia

4.1 A Construção do Modelo de Análise.

Após a análise e uma breve reflexão teórica dos conceitos urbanísticos, desportivos e baseados nos estudos anteriores torna-se necessário estabelecer a delimitação e os pressupostos que orientaram o nosso trabalho.

Os estudos que tratam dos legados dos mega-eventos desportivos para as cidades sedes em sua maioria dizem respeito aos Jogos Olímpicos, que serão a base para o desenvolvimento do nosso método de exploração para equacionarmos as questões inicialmente propostas.

Com este propósito definimos uma nova classificação de fases de intervenções urbanas para a realização dos Jogos Olímpicos a partir de 1960, de modo a relacionar a teoria do urbanismo com o grau de intervenção das Instalações Olímpicas nas cidades sedes.

A partir da revisão de literatura tentámos estabelecer a relação entre os acontecimentos que influenciaram o modelo do urbanismo e os factos desportivos de uma forma cronológica, a fim de estabelecer períodos de influência nas interferências urbanas dos Jogos Olímpicos de Verão de 1960 a 2008 para estabelecermos o modelo de requalificação empregado.

A preparação dos Jogos Olímpicos é iniciada na elaboração da proposta à candidatura de realização dos jogos, mas para facilitar a identificação temporal utilizaremos o ano de realização dos Jogos Olímpicos tendo sempre em mente o período que precedeu a sua preparação³⁹ para classificá-los.

A primeira fase corresponde de 1960 (Roma) a 1976 (Montreal) com a transição do urbanismo funcionalista moderno para o movimento pós-moderno do urbanismo, apesar da ruptura ocorre um dualismo entre estas correntes nas intervenções das cidades sedes.

A segunda fase corresponde de 1980 (Moscou) a 1992 (Barcelona) quando a reabilitação e/ou requalificação urbana tornam-se uma das estratégias mais empregadas pelas grandes cidades na recuperação de áreas urbanas degradadas.

A terceira fase de 1996 (Atlanta) a 2008 (Beijing) que além de incorporar as características anteriores irá ser caracterizada pela preocupação com a sustentabilidade do ambiente e o “marketing da arquitectura” como estratégia para a globalização da cidade.

³⁹ Os critérios de definição das fases que propomos estão ilustrados no quadro de nº 19.

Estas fases representam a delimitação do nosso trabalho e podem ser representadas da seguinte maneira:

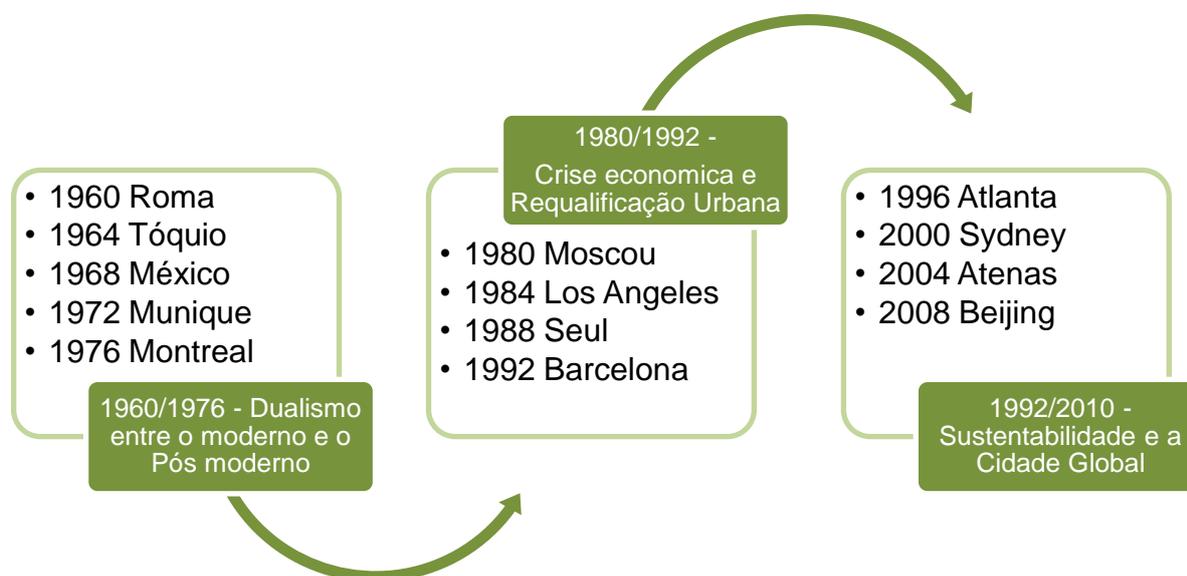


Figura n.º: 23 – Proposta de Evolução das Intervenções urbanas dos Jogos Olímpicos (1960/2008).

Após esta delimitação é necessário reflectir sobre como medir a requalificação urbana pelo desporto?

Tentaremos estabelecer critérios para atingir nossos objectivos, o que não será fácil, pois segundo Lamartine da Costa (2008, p. 42) a inexistência de uma teoria sobre legados dos mega-eventos determina que os pesquisadores façam:

“(...) uso extensivo de boas práticas - opções de gestão ou de procedimentos técnicos que se tornam modelo para actividades diversas das originais - encontradas nos Jogos Olímpicos ou mega-eventos esportivos em geral como metodologia para analisar legados. Outro método bastante corrente entre os principais autores internacionais é o benchmarking (busca das melhores práticas que conduzem a um desempenho superior em distintos lugares ou áreas de actuação)” (Da Costa, 2008, p. 42).

Poyter (2007, p. 129) afirma que o conceito de legado está focado em resultados não desportivos como importante fonte de legitimar a cidade para receber os jogos, mas as instalações desportivas têm sido apontadas como um legado negativo para as cidades devido aos custos e ao facto de não ter utilização após o evento.

A medição dos impactos primários e secundários dos Jogos Olímpicos nas cidades sedes é complexo, o próprio IOC introduziu em 2001 seu programa de Impacto Global dos

Jogos Olímpicos OGGI – onde identifica uma série de medidas para avaliar o impacto do evento, o estudo é iniciado dois anos antes do evento e prolonga-se por 9 anos após o mesmo. As modificações ambientais são estimadas em 9 anos com 159 indicadores de sustentabilidade e 1.726 variáveis operacionais nas categorias económica, ambiental e social (Da Costa, 2007, p. 241).

Somente em 2013 ou 2014 serão apresentados os resultados deste programa pelo IOC, quando poderá ser avaliada a metodologia empregada. Assim propomos a análise da requalificação urbana pela evolução histórica das intervenções urbanas nas cidades sedes, sob a óptica do urbanismo, com a comparação de critérios sugeridos pela nossa revisão de literatura, que poderá mostra-se frágil devido a dificuldade na obtenção de dados.

A metodologia que utilizámos foi concebida a partir do exame sistemático de documentos sobre os estudos e as pesquisas relativos ao tema: relatórios oficiais de entidades desportivas, publicações em “sites” de organismos desportivos internacionais com o intuito de realizar e/ou estabelecer a aproximação da teoria urbana com a implantação das infra-estruturas dos Jogos Olímpicos a partir de 1960 em Roma quando ocorreram as primeiras intervenções urbanas significativas.

A necessidade de obter dados ou informações que possam ser comparados e utilizados para a construção de indicadores, a serem aplicados na análise de requalificação urbana, exigem confiabilidade o que determinou a utilização dos Relatórios Oficiais elaborados pelos Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos (COJO) das cidades sedes a partir de 1960 disponíveis no www.olympic-museum.de e os documentos produzidos pelo IOC como base para responder as questões desta pesquisa.

O OCOG é responsável pela elaboração, produção, edição e distribuição do relatório completo sobre a celebração dos Jogos Olímpicos conforme determinação da regra 50, sendo seu conteúdo apresentado para o IOC para uma aprovação prévia (Charter Olympic, 2010, p. 97 e 98), mas percebemos que não há um padrão de elaboração e sistematização de informações, pois cada relatório apresenta sua própria estrutura de divulgação de dados.

Não será possível abranger a delimitação do estudo proposta devido o Relatório Oficial produzido pelo Comité Organizador dos Jogos de Beijing de 2008 não se encontrar disponível.⁴⁰

⁴⁰ O compromisso é finalizar e entregar o relatório até dois anos após o fim dos Jogos, o que provavelmente ocorrerá no segundo semestre de 2010.

4.2 As Conflitualidades de Informação

Verificamos que os Relatórios Oficiais dos Jogos Olímpicos elaborados pelos Comitês Organizadores não possuem uma estrutura de informação padronizada referente às condições físicas da cidade sede, ou seja das infra-estruturas desportivas e não desportivas.

Cada OCOG informa o que considera relevante durante o período de organização dos jogos, o que torna difícil efectuar comparações entre as condições existentes e as intervenções realizadas para a realização dos mesmos na cidade sede. Ocorrendo, inclusive informações contraditórias entre os relatórios subsequentes e dados disponibilizados em sites oficiais.

Assim como forma de estabelecer as possíveis requalificações ocorridas na cidade sede reportamos ao quadro nº 11 referente aos critérios de avaliação para a escolha da cidade sede, para sistematizar e analisar os dados obtidos nos relatórios Oficiais.

4.3 Os critérios adoptados.

Para a recolha de dados nos Relatórios Oficiais serão utilizados os seguintes critérios:

- Apoio do Governo e Opinião Pública;
- Infra-estrutura Geral;
- Infra-estrutura Desportiva;
- Vilas Olímpicas;
- Impacto e Condicionantes Ambientais;
- Acomodações;
- Transportes;
- Segurança;
- Experiências anteriores na organização de eventos desportivos;
- Financiamento;
- Conceito Geral.

Assim, teremos um fio condutor para avaliar a “Cidade Olímpica”, com os parâmetros técnicos que justificaram a escolha das cidades anfitriãs.

5 Análise dos Resultados

5.1 Reflexão quanto ao Modelo

Retomanos às classificações de estudos anteriores da evolução dos Jogos Olímpicos (quadro nº 18) para justificar a nossa classificação das intervenções urbanas das cidades sede dos Jogos Olímpicos de Verão a partir de 1960.

Quadro Comparativo dos Indicadores dos Jogos Olímpicos		Fases	1896-1904	1908-1932	1936-1956	1960 -
			Indicadores			
Essex e Chalkley (1998)	Fases	1896-1904	1908-1932	1936-1956	1960 -	
	Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Escala de Intervenção • Nível de Organização • Impacto Urbano 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Instalações Desportivas 	<ul style="list-style-type: none"> • Simbolismo • Interesse Público 	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de Intervenção Urbana 	
Holger Preuss (2002)	Fases	1896-1968	1969-1980	1981-2003	2003-	
	Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade de Documentação • Efeito económico 	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos Televisivos • Financiamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização • Exploração 	<ul style="list-style-type: none"> • Restrição a Comercialização 	
Liao e Pitts (2006)	Fases	1896-1904	1908-1928	1932-1956	1960-	
	Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Escala de Intervenção • Construção de Instalações Desportivas 	<ul style="list-style-type: none"> • Interesse do Público • Tipo de Alojamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Instalações Desportivas • Tipo de Alojamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas Urbanas • Divulgação nos meios de comunicação 	
Gilmar Mascarenhas (2007)	Fases	1896-1932	1932-1952	1952-1980	1984-	
	Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Amadorismo Desportivo • Impacto Urbanístico 	<ul style="list-style-type: none"> • Fenómeno social 	<ul style="list-style-type: none"> • Importância Política 	<ul style="list-style-type: none"> • Legados Sociais 	

Quadro n.º: 18 – Quadro Comparativo dos Indicadores dos Jogos Olímpicos.

Nestes estudos a evolução dos Jogos Olímpicos é classificada sob diversos aspectos, que comparados nos permitem constatar:

- Os indicadores não são estabelecidos ou avaliados em todas as fases;

- O impacto das construções desportivas na cidade, a escala de intervenção na cidade sede e a importância dos meios de comunicação para a organização dos Jogos Olímpicos, são indicadores comuns a todos os autores;

- As teorias do urbanismo não são consideradas nestes estudos.

Para o efeito deste estudo, elaboramos o quadro nº 19 onde foi estabelecida a nossa proposta de evolução das intervenções urbanas promovidas nas cidades sede.

A partir de 1960 subdividimos o período em três fases, onde estabelecemos o paralelismo cronológico dos acontecimentos desportivos, dos conceitos que constrói a cidade e dos conflitos relacionados para dar suporte à nossa proposta.

Assim, esperamos identificar a partir da revisão de literatura as intervenções urbanas ocorridas nas cidades que receberam os Jogos Olímpicos de Verão, sob o ponto de vista das transformações do urbanismo, o que possibilitará avaliar o nível de requalificação ou reabilitação proposto para as cidades.

Ano	Jogos Olímpicos	Acontecimentos Desportivos	A ideologia que constrói a cidade	Conflitos	Modelo
1960	Roma	1ª Transmissão dos J.O. pela TV	Ruptura do Modernismo	Descolonização Africana (Argélia, Congo Belga e Madagáscar)	Dualismo entre o Urbanismo Moderno e o pós-moderno.
1961			Reconstrução urbana		
1962		Copa do Mundo de Futebol em Chile	“Gentrificação” esporádica		
1963				Crise Política entre os EUA e Cuba (mísseis russos)	
1964	Tokio		Plano Decenal de Desenvolvimento		
1965					
1966		“Desporto para Todos” – UNESCO; Copa do Mundo de Futebol em Inglaterra	Destinação de áreas públicas para equipamentos sociais nos Planos Directores Urbanos.		
1967		Sessão na cidade de Teerão do IOC: - Aplicação de testes anti-doping; - Exames de género para as mulheres.			
1968	México	Efeitos da altitude no desempenho desportivo: - Relatórios médicos; - Quebra de recordes. Integração entre o Desporto e a Cultura	Propaganda do Turismo Nacional; Valorização da arquitectura local.	- Movimento “Black Power” (EUA). - Assassinato de Martin Luther King (EUA) - Manifestações estudantis contra os custos dos Jogos Olímpicos: 35 Mortes oficiais; 235 Mortos e 1.200 feridos relatados na comunicação social.	
1969					
1970		Copa do Mundo de Futebol em México	Pós-modernismo.		
1971			Crise urbana devido a alta densidade populacional.		
1972	Munique	A Cidade Olímpica: Olympiapark	Expansão urbana.	Continuação dos Jogos Olímpicos após o atentado do grupo palestino	

Ano	Jogos Olímpicos	Acontecimentos Desportivos	A ideologia que constrói a cidade	Conflitos	Modelo
			Requalificação urbana.	“Setembro Negro” contra a delegação de Israel (11 mortos).	
1973				- Crise Económica Mundial (petróleo)	
1974		Copa do Mundo FIFA em Alemanha		- Crise dos sindicatos da Construção Civil.	
1975			Ano Europeu do Património Arquitectónico	- Recessão Económica	
1976	Montreal		Grandiosidade das Instalações Desportivas		
1977					
1978		Carta Olímpica; Copa do Mundo FIFA em Argentina			
1979			Início da IBA – Berlim.		
1980	Moscovo		“Gentrificação” enraizada.	- Boicote político aos J. O. – EUA e 55 países pela invasão da URSS ao Afeganistão.	
1981			Requalificação/Reabilitação Urbana		
1982		Copa do Mundo FIFA em Espanha			
1983					
1984	Los Angeles	Comercialização do Desporto	Maximização do uso de Instalações Desportivas existentes	- Boicote político aos J.O. URSS e 9 países - J.O. obtêm lucros financeiros.	Crise económica e Requalificação Urbana
1985					
1986		Copa do Mundo FIFA em México (Colômbia perdeu o direito de sede)			
1987			Inauguração da IBA – Berlim.		
1988	Seul	Dopping de Ben Jonshon	Recuperação do Meio Ambiente e Edifícios Culturais	- Não existiam Instalações desportivas significativas.	

Ano	Jogos Olímpicos	Acontecimentos Desportivos	A ideologia que constrói a cidade	Conflitos	Modelo
				- Boicote político aos J.O. – Coreia do Norte e 6 países.	
1989					
1990		Copa do Mundo FIFA em Itália	Projectos de “griffe”		Sustentabilidade e Globalização.
1991					
1992	Barcelona		Requalificação Urbana ECO Rio 92 – Agenda 21	- O desporto foi utilizado como um instrumento ao serviço do desenvolvimento urbano, de forma a catalisar recursos financeiros para à execução dos projectos existentes.	
1993			Desenvolvimento sustentável		
1994		Copa do Mundo FIFA em EUA	Conferência de Aalborg		
1995			Globalização “Gentrificação” generalizada.		
1996	Atlanta	Conexão à web		Atentado terrorista no Parque Centenário (1 morte e 120 feridos); Excesso na comercialização dos J.O.	
1997					
1998		Copa do Mundo FIFA em França			
1999		Agenda 21 do Movimento Olímpico			
2000	Sidney	“Green Games” Sustentabilidade			
2001		Carta Olímpica (versão 14/07)		11 de Setembro ataque terrorista aos EUA	
2002		Pesquisa OGGI – IOC Copa do Mundo FIFA em Japão e Coreia do Sul			
2003		Carta Olímpica (versão 04/07)	Nova Carta de Atenas – CEU		
2004	Atenas				
2005		Carta Olímpica (versão 01/09)			

Ano	Jogos Olímpicos	Acontecimentos Desportivos	A ideologia que constrói a cidade	Conflitos	Modelo
2006		Copa do Mundo FIFA em Alemanha			
2007		Carta Olímpica (versão 07/07)		A invasão do Tibete pela China.	
2008	Pequim	Tecnologia Construtiva			

Quadro n.º: 19 – Proposta de Fases a partir de 1960, relacionando os Jogos Olímpicos com o Urbanismo.

Após esta exposição faremos análises das informações obtidas nos Relatórios Oficiais dos COJOs nos períodos estabelecidos para tentar equacionar as questões propostas.

5.2 1ª Fase 1960 a 1976 – O Dualismo entre o Moderno e o Pós Moderno.

Neste período a arquitectura e o urbanismo viviam a transição do movimento moderno e o surgimento de novas correntes de pensamento que na década de setenta se estruturariam como pós-moderno, conforme tratamos na revisão de literatura.

5.2.1 Jogos Olímpicos de 1960 em Roma.

A cidade de Roma (IT) foi nomeada em 1955 para a realização dos Jogos Olímpicos de 1960 e realiza as implantações das Instalações Olímpicas em duas zonas da cidade de Roma, ao norte com a instalação do Foro Olímpico e a Vila Olímpica no bairro de Flaminio no campo de Parioli, e ao sul na região conhecida por EUR⁴¹, interligadas por uma nova via denominada “Via Olímpica”. Teoricamente era aconselhável a instalação da Vila Olímpica a oeste de Roma de forma que ficasse equidistante das duas zonas Olímpicas, mas a região não possuía uma área disponível de 50 hectares para a construção dos 33 edifícios previstos para acomodar os atletas e dirigentes, assim acabou por ser localizada no campo Parioli ao norte da cidade próximo ao Foro Olímpico (The XVII Olympiad Rome 1960).

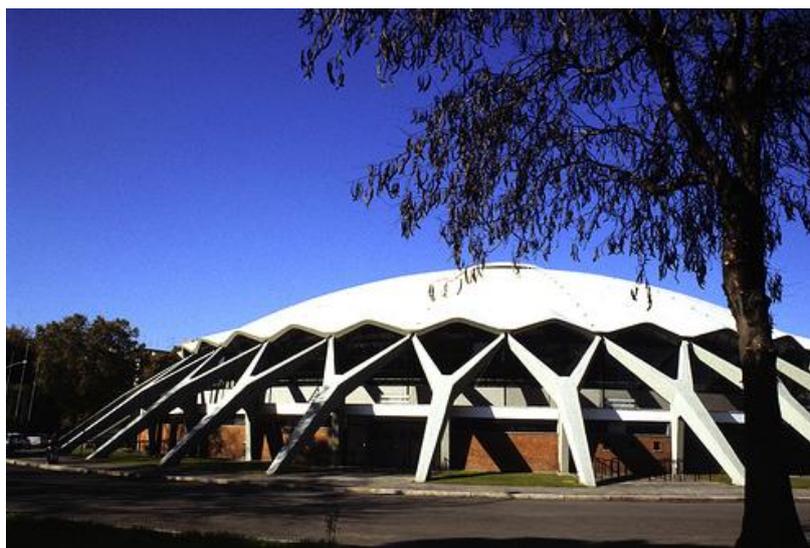


Figura n.º: 24 - Palazzetto dello Sport. Fonte: www.google.com

A Comissão Organizadora (CONI) quanto as intervenções na cidade adoptou algumas premissas:

- Evitar melhorias de alto custo com o objectivo de criar espaços funcionais;

⁴¹ Área destinada a EXPO Universal de 1942, foi planeada como uma cidade jardim moderna em 1935 baseada em mapas de Roma antiga, interrompida pela 2ª guerra, foi reabilitada durante as reformas do centro da cidade (The XVII Olympiad Rome 1960).

- *Construir preferencialmente em terrenos do Estado, evitando terrenos particulares;*
- *Utilizar locais existentes para as instalações secundárias adaptando-os ou melhorando-os;*
- *Planear as instalações para o público visitante e para o seu uso futuro;*
- *Responsabilizar a autarquia da cidade pela rede rodoviária, iluminação pública, iluminação de monumentos, jardins públicos, limpeza da cidade, melhoria dos parques e estacionamento (The XVII Olympiad Rome 1960, p. 54).*

O CONI julgava vantajoso separar os custos dos montantes da construção de estádios e dos investimentos directamente empregados na organização no orçamento para refutar a opinião generalizada de que os locais previstos eram exclusivos à utilização dos jogos (The XVII Olympiad Rome 1960, p. 31), isso viria demonstrar que os impactos das instalações desportivas trariam benefícios à urbanização da cidade.

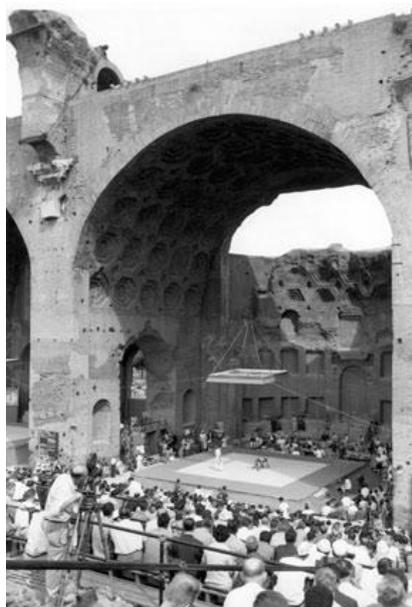


Figura n.º: 25 – Basílica de Maxentius. Fonte: www.google.com

O uso de locais históricos através de adaptações com acessórios temporários, ocorreu de forma a não comprometer o património existente, tendo como exemplo a adaptação provisória das “*Termas de Caracalla*” e da “*Basílica de Maxentius*” (The XVII Olympiad Rome 1960, p. 79) para as provas de ginástica e boxe, bem como o percurso da prova da maratona finalizada junto ao “*Arco de Constantino*”, o que demonstra o respeito ao património arquitectónico da cidade.

A arquitectura das Instalações Desportivas enquadra-se na estética do movimento modernista, principalmente o plano da Vila Olímpica, com influências “*Corbusierianas*”, composto por 33 edifícios dispostos sobre o “pilotis” com variações de 2, 3, 4 e 5 andares, no total de 1.348 apartamentos com 4.723 quartos e áreas de 160.000 m² de jardins e 110.500 m² de áreas pavimentadas. A vila Olímpica integrou o plano habitacional popular da cidade (The XVII Olympiad Rome 1960, p. 90).



Figura n.º: 26 – Plano da Vila Olímpica de Roma. Fonte: The XVII Olympiad Rome 1960, p.229.



Figura n.º: 27 – Vila Olímpica de Roma. Fonte: The XVII Olympiad Rome 1960 p. 45.

Em 1954, a 49ª. Sessão em Atenas do IOC no seu artigo 48º do estatuto limitou o número de credenciais a 1.000 para a comunicação social, mas o interesse pelos jogos

eram cada vez maior, de maneira que os pedidos de credenciais foram superiores ao estipulado e chegou-se a uma alternativa com a emissão de 1.442 credenciais para jornalistas, 143 para comentaristas da TV e 153 para comentaristas do rádio (The XVII Olympiad Rome 1960, p. 356 e 358).

Com o crescimento do número de visitantes e o interesse da população em relação aos Jogos, a cidade deveria cuidar das acomodações turísticas, então foram construídos 105 novos hotéis com o aumento da capacidade das acomodações em mais 2.115 quartos e 3.678 camas na cidade.

Roma prepara-se para receber os visitantes, promovendo várias melhorias na infraestrutura urbana e com campanhas que apelavam à hospitalidade de sua população.

5.2.2 Jogos Olímpicos de 1964 em Tokio.

Os Jogos Olímpicos de 1964 foram realizados na cidade de Tokio (JP), que apresentavam problemas complexos devido à grande concentração de população e de complexos industriais.

A realização dos mesmos impulsionou o Plano Decenal de Desenvolvimento do país que envolviam melhorias no transporte público, construção de estradas, melhorias no porto e infra-estruturas de abastecimento de água e escoamento de esgotos, sendo dada prioridade às construções que se relacionariam directamente com os locais das competições desportivas, segundo o Presidente do Comité Organizador Sr. Yasukawa “os problemas foram solucionados devido a cooperação global de cada indivíduo”, principalmente quanto a questão do tráfego e o cuidado para a não ocorrência de acidentes (The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964).

Infra-estruturas	Execução antecipada para os jogos
Estradas e vias de tráfego	8 rotas 69,6 km de 16 m
Trechos de metro	2 linhas 12,50 km e 9,4 km
Porto	Instalações para acesso de navios de passageiros
Abastecimento de água	2ª etapa concluída
Esgoto	360.000 m de tubulação
Colecta de Lixo	Horário regular, incineração, renovação de instalações sanitárias e limpeza de ruas

Quadro n.º: 20 – Intervenções realizadas na cidade de Tokio. Fonte: The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964.

De 1959 a 1964 foram investidos US\$ 4.308.333.000 na cidade, de todas as despesas a aquisição de terras para a construção das estradas foi a que mais utilizou recursos do município.

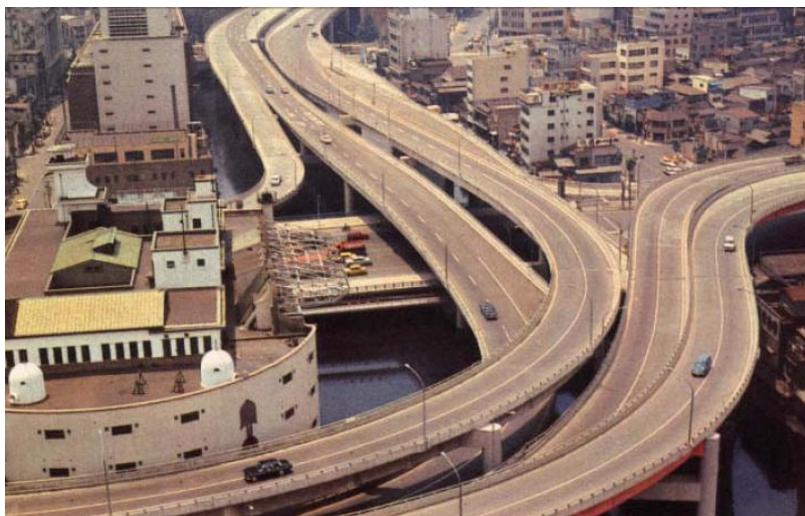


Figura n.º: 28 – Tokio Fonte: The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964, p. 59.

Para a realização dos Jogos Olímpicos de 1964 foram utilizadas 30 Instalações Desportivas organizadas de forma que a população pudesse utilizar as mesmas após a realização dos jogos, das quais:

- 17 Novas construções;
- 1 Ampliação;
- 4 Reconstruções;
- 3 Renovações;
- 5 Construções temporárias.

Do total, 13 (treze) Instalações Desportivas foram agrupadas em três locais distintos: o Meiji Olympic Park (n/d), Yoyogi Centre Sportive (12 hectares) e Komazawa Sports Park (41 hectares).

Inicialmente a área estratégica mais indicada para a localização da Vila Olímpica era em Asaka no US Force “Camp Drake”, mas o exército americano concederia o local temporariamente e caso fosse necessário o retomaria a qualquer instante. Restando a alternativa de Washington Heights, ocupada anteriormente por alojamentos de militares americanos e que fora devolvida para o Governo Japonês (The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964).



Figura n.º: 29 – Vila olímpica de Yoyogi. Fonte: The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964 p. 284.

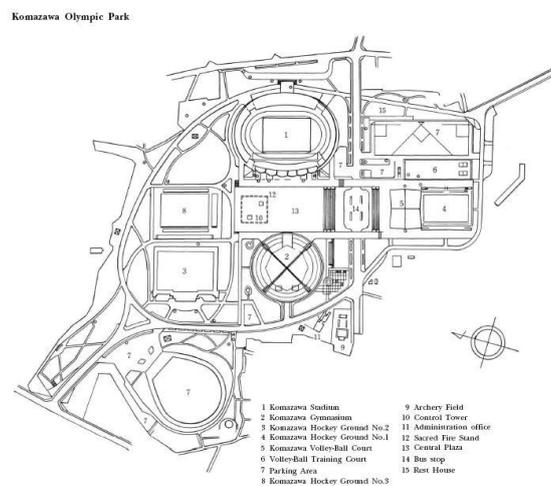


Figura n.º: 30 – Complexo Desportivo de Komazawa. Fonte: The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964, p. 117.

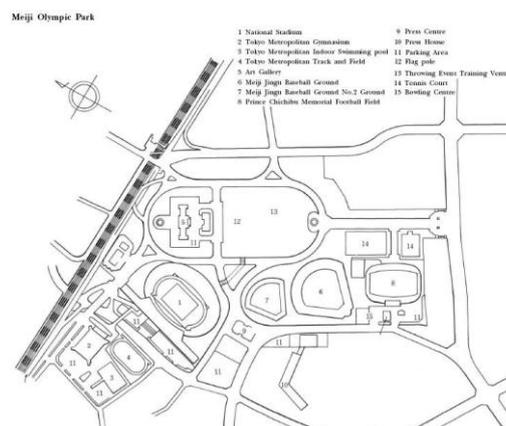


Figura n.º: 31 - Complexo Desportivo Meiji. Fonte: The Official Report of the Organizing Committee Tokio 1964, p. 116.

Para solucionar a questão das acomodações para os visitantes o Governo Metropolitano de Tokio e o Banco Shoko Chukin disponibilizaram aproximadamente US\$ 1.666.666,00 para a remodelação de hotéis tipo Ryokan (pousadas típicas japonesas),

As instalações desportivas estavam distribuídas de forma descentralizada, o que poderiam vir dificultar o acesso dos atletas aos locais de competição devido aos conhecidos problemas do caótico trânsito da cidade.

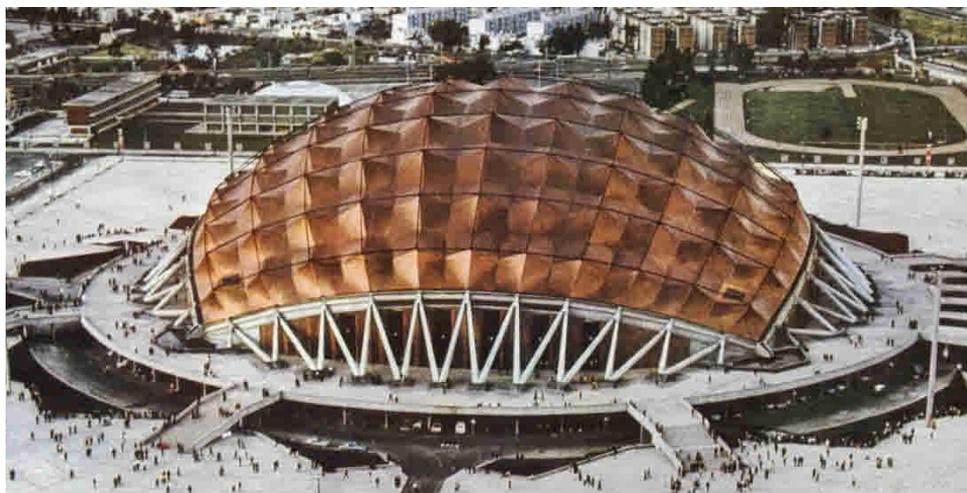


Figura n.º: 33 - Palácio dos Desportos. Fonte: Olympic Report México 1968, p. 89.

Os objectivos fundamentais da Comissão Organizadora eram: uma realização ideal dos jogos, a celebração de um programa cultural sem precedentes e a projecção mundial de uma imagem válida do país de acolhimento. Assim, viu uma oportunidade de *“juntar a arte e o desporto, o corpo e o intelecto”*, criando um programa cultural com um ano de duração com o mesmo número de eventos desportivos, *“no qual todos os países poderiam participar livremente e de forma não competitiva num espírito de boa vontade e respeito”* (Olympic Report Mexico 1968, p. 247).

Avery Brundage, presidente do IOC, que também incentivou a expansão do Programa Cultural resumiu os esforços do país, dizendo:

“ Na história dos Jogos Olímpicos, será sempre lembrado que o México, um país relativamente jovem, abriu pela primeira vez o caminho para um retorno à pureza, beleza e simplicidade dos Jogos Olímpicos antigos.” (Olympic Report Mexico 1968, p.253)

A grande preocupação com a realização dos Jogos olímpicos na cidade do México, estava relacionada com a altitude da mesma, o que resultou na elaboração de relatórios médicos durante o período de candidatura e da organização para comprovar que os atletas não sofreriam efeitos nocivos à saúde e no seu desempenho desportivo, na verdade, foram conquistados diversos recordes no atletismo.

Foram construídas duas Vilas Olímpicas principais com o apoio de edifícios de serviços, como restaurante de 9.000m², clube desportivo de 3.000m², shopping center, salas de formação e centro médico.

A Comissão Organizadora foi responsável por adaptações das unidades para a utilização durante os Jogos Olímpicos, sendo colocadas em hasta pública na forma de condomínio de apartamentos (Olympic Report Mexico 1968). Não dispomos de informação relativa às vendas dos apartamentos e se os mesmos integraram algum programa habitacional popular.



Figura n.º: 34 – Maquete da Vila Olímpica do México. Fonte: Olympic Report Mexico 1968, p. 189.

Pela primeira vez, a pedido do Presidente do México Gustavo Díaz Ordaz o Relatório Oficial do COJO dedicou-se à descrição do país anfitrião, reforçando a economia emergente e o seu potencial turístico.

O relatório elaborado possui características de uma publicação comemorativa, com poucas informações sobre a organização dos jogos, mas em contrapartida com muitas informações sobre a cultura e o potencial turístico do país. O mesmo foi composto por quatro volumes, sendo o primeiro dedicado ao país anfitrião, o segundo ao evento desportivo, o terceiro aos resultados desportivos e o quarto aos eventos culturais realizados.

5.2.4 Jogos Olímpicos de 1972 em Munique.

A cidade de Munique (DE) apresenta uma intervenção inovadora, ao concentrar a maioria das Instalações Desportivas e a Vila Olímpica num “Parque Olímpico” para realizar os Jogos Olímpicos de 1972, assim o sonho de Pierre de Coubertin de instituir a “Cidade Olímpica” tomava forma.

Inicialmente a proposta de Munique para realizar os Jogos Olímpicos consistia em construir um estádio olímpico, um ginásio de desportos, uma arena de natação e um velódromo, mas o COJO percebeu as deficiências existentes e a modificou. Planeou a ocupação de uma área abandonada e degradada em Oberwiesefeld com 3.000.000 m² (três milhões de metros quadrados) ao norte da cidade pelo “*Olympiapark*” numa estratégia de expansão urbana através de requalificação do território (Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele).

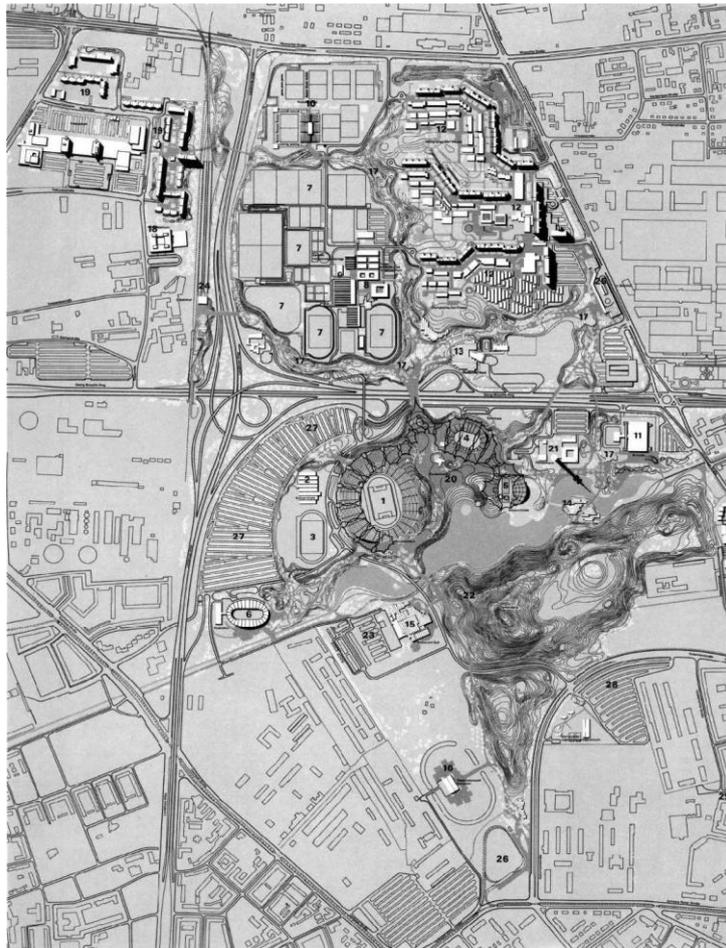


Figura n.º: 35 – Plano do Parque Olímpico de Munique. Fonte: Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele, p. 127.

As três principais instalações desportivas seriam interligadas por uma cobertura em estrutura metálica e acrílico de 75.000m² de área, cuja tecnologia construtiva empregada surpreendeu pelas qualidades estéticas.



Figura n.º: 36 – O Telhado. Fonte: Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele, Vol. 2, p. 22.

“Olympiastadion”, “Olympiahalle” e “Olympia-Schwimmhalle” integrados, mas não unificados, pois cada um possuía características próprias. Este conjunto tornou-se o “*emblema*” da cidade de Munique.



Figura n.º: 37 - Parque Olímpico de Munique. Fonte:www.olympiapark.de

A Vila Olímpica foi planeada para ser ocupada posteriormente por famílias e pessoas de baixa renda, entretanto em 1973 havia vários apartamentos disponíveis devido ao custo da construção e à crise económica mundial que dera início. Possuía áreas de recreação, lazer e convívio social, ou seja todas as condições necessárias para o convívio social (Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele).

Mesmo, construindo um “*Parque Olímpico*”, a cidade teve o seu centro histórico restaurado com a criação de vias pedonais, com melhorias nos transportes públicos, ofertas

de estacionamento subterrâneo, construção de um novo centro comercial e novos hotéis. Todos os serviços necessários para estimular o desenvolvimento do turismo local.

A rede hoteleira de Munique contava com 30.000 camas na cidade e para cumprir a estimativa de 138.000 camas estabeleceu classificações de acessibilidade de camas em cidades próximas: 10.000 camas a 70 minutos, 16.000 camas a 90 minutos e 5.000, 10.000 e 9.000 camas a distâncias superiores, mas ainda atractivas. Não há informação quantos hotéis existiam e quantos foram construídos, portanto é difícil estabelecer parâmetros de comparação (Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele).

O brilho dos Jogos Olímpicos de Munique foi ofuscado pelo violento atentado realizado por um grupo extremista Palestino o “*Setembro Negro*” à delegação de Israel, o que resultou em 11 mortos. O IOC suspendeu as competições por um dia e alterou a cerimónia de encerramento devido a tragédia.

A seguir apresentamos um registo fotográfico da visita de estudo realizada no dia 19 de Junho de 2010 no “Olympiapark”, que actualmente é um pólo de lazer e turismo da cidade de Munique.



1



2

Foto 1 e 2 - Acesso pelo metro e Edifício do Mundo BMW (Data: 19/06/2010).

O acesso ao Olympiapark pela linha S2 do metro de Munique é realizado por uma alameda de árvores, onde se situa um mapa de localização (Foto 1). A Indústria do automóvel BMW instalou o museu e a concessionária “*Mundo BMW*” (um stand de vendas com um novo conceito de salão de exposição e lazer) com uma arquitectura arrojada e futurista tornando-se mais um atractivo do “*Olympiapark*” (Foto 2).

A simplicidade do acesso não demonstra a grandiosidade do que nos é dado a deparar repentinamente: o telhado que nos conduz às Instalações Desportivas, tão actuais mesmo que passados trinta e oito anos (Foto 5)



3



4



5



6

Foto 3 – Torre do Olympiapark vista do museu BMW. Foto 4- Família a passear.

Foto 5 - Turistas. Foto 6 – Telhado (Data: 19/06/2010).

Apesar da chuva constante, durante a visita observamos: actividades desportivas sendo desenvolvidas em vários locais (fotos: 7,8,9 e 10); grupos de turistas percorrendo as Instalações Desportivas e o museu do rock situado na “*Torre Olímpica*”; famílias a passear pelo parque.



7



8

Foto 7 – Campo externo ao Estádio Olímpico. Foto 8 – Piscina Olímpica.



9



10

Foto 9 e 10 – Estádio Olímpico.

5.2.5 Jogos Olímpicos de 1976 em Montreal.

Os jogos Olímpicos de 1976 realizados em Montreal (CN) sofreram os efeitos directos da crise económica mundial, o seu orçamento inicial estimava o custo em US\$310.000.000,00, entretanto os custos finais chegaram a US\$1.596.000.000,00, com uma receita de US\$ 430.000.000,00 resultando num deficit de US\$ 1.166.000,00 compartilhado pela cidade de Montreal e o Governo Regional de Quebec. Além disso, ocorreram questões políticas entre os países africanos que protestavam contra a participação da Nova Zelândia que mantinha relações com o regime do “apartheid” da África do Sul e com o Governo de Taiwan devido ao estabelecimento de relações entre os Governos da China e do Canadá (The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976).

Nestes Jogos não houve apoio financeiro do governo central do Canadá, mesmo assim a cidade construiu um novo aeroporto, linhas de metro, novas ligações rodoviárias e galerias comerciais subterrâneas.

A organização dos Jogos sofreu dois grandes problemas: o primeiro foi o aumento dos custos e o segundo foram os conflitos trabalhistas com os sindicatos da construção civil, que ameaçavam fazer greve, resultando no aumento dos salários dos trabalhadores (Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992).

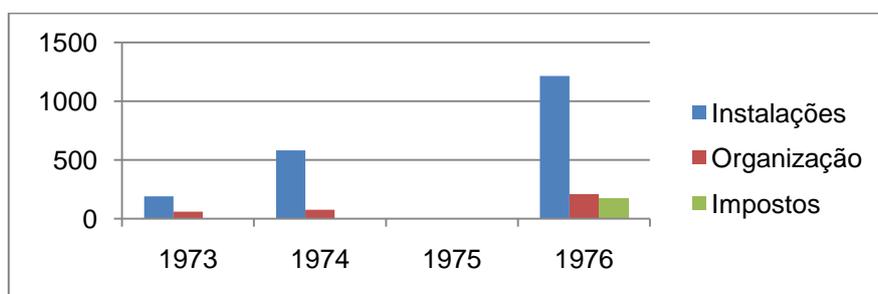


Gráfico nº: 1 – Variação dos custos dos Jogos de Montreal. A partir: The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976.

O Parque Olímpico de Montreal era constituído pelo Estádio Olímpico, a Arena de Natação, o Velódromo e a Vila Olímpica, durante a construção verificou-se a má qualidade do subsolo que apresentava fissuras, assim os projectos de previsões sísmicas tiveram que ser recalculados ocasionando o aumento dos custos das fundações do Velódromo em US\$ 12.000.000,00 valor igual a estimativa do orçamento inicial (The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976).



Figura n.º: 38 – Parque Olímpico de Montreal. Fonte: The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976, vol.2, p. 33

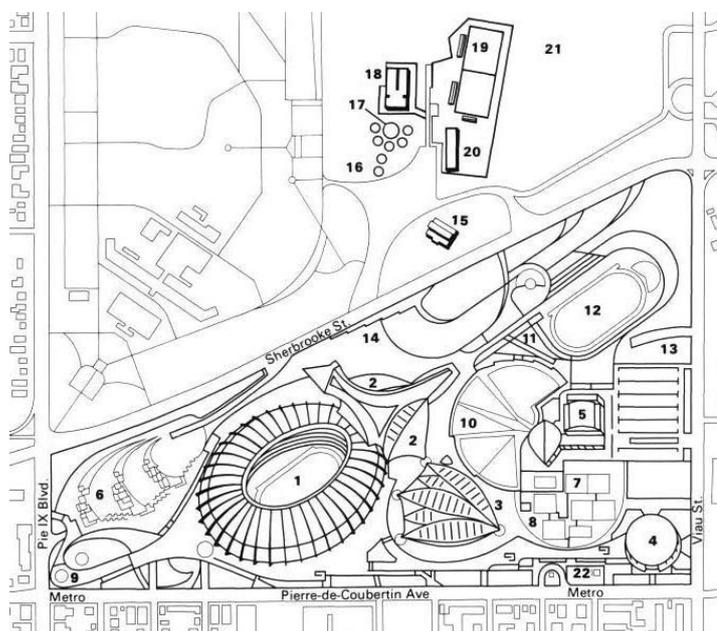


Figura n.º: 39 – Plano do Parque Olímpico de Montreal. Fonte: The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976, vol.2, p. 33.

Dando sequência ao conceito de Munique, as Instalações Desportivas apresentam uma arquitectura pós-moderna, principalmente o Estádio Olímpico com capacidade de 70.000 pessoas, que deveria ser reduzida para 55.000 pessoas após os Jogos, a sua

arquitectura arrojada não foi concluída devido ao prazo e aos custos elevados do tecto retráctil previsto.

Em 1976/1977 o Parque Olímpico foi utilizado em 10.000 h e a estimativa para 1977/1978 seria de 30.000h de utilização, com a realização de concertos de rock no Velódromo e no Estádio Olímpico, o que demonstra a necessidade da diversificação de usos a fim de criar condições de sustentabilidade económica das Instalações.

Houve um aumento no uso dos centros desportivos da cidade, com maior participação de trabalhadores dos 18 aos 25 anos, conforme informação do The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976:

- 1974/1975 – 4,3 milhões de pessoas;
- 1975/1976 – 4,5 milhões de pessoas;
- 1976/1977 – 5,3 milhões de pessoas.

Apesar da crise económica os jogos provaram a sua transcendência às crises política e económica com o aumento de visitantes e espectadores (The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976).



Figura n.º: 40 - Estádio Olímpico de Montreal. Fonte: www.google.com

Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos						
Critérios		1960 - Roma	1964 - Tóquio	1968 - México	1972 - Munique	1976 - Montreal
Apoio do Governo	Compromissos Financeiros	Municipal	Municipal Nacional Agências Governamentais.	Municipal Nacional	Municipal	Municipal Regional
	Aspectos Legais		Leis Específicas de Cooperação promulgadas			
Opinião Pública	Aprovação	Críticas face ao uso exclusivo das I. D. construídas.	Campanha nacional de apoio.	Manifestações estudantis violentas até 10 dias antes do início dos Jogos ⁴² .	N/D	N/D
	Participação	Doações de empresas.	Doações de empresas.	N/D	N/D	N/D
	Internacional	N/D		N/D	Candidatura de forma discreta	N/D
Infra-estrutura Geral	Básica	Iluminação pública,	360.000 m de tubulação de abastecimento d'água; Reformas de Instalações sanitárias;	N/D		- N/D
	Urbanização	Iluminação monumentos, Jardins públicos, Melhoria dos parques e estacionamentos			Restauro do centro Histórico; Criação de vias pedonais Estacion. Subterrâneos	
	Higienização	Limpeza da cidade	Colecta de lixo; Controlo de higiene de alimentos e saúde pública			
	Serviços				Centro Comercial	
Infra-estrutura Desportiva	Existente	Estádio Olímpico Estádio dei Marni	Estádio olímpico	Estadio Olímpico	Centros de treino alugados: - Comunidades próximas; - Clubes desportivos; -instalações militar.	Existentes: 3 Estádios de cap. 25.000 pessoas 6 Ginásios de cap. 2.000 a 18.000 pessoas 12 Campos de atletismo; 30 Campos de futebol; 3 Centros equestres; 50 Piscinas.

⁴² Estas manifestações violentas não são referidas no Olympic Report Mexico 1968.

Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos

Critérios		1960 - Roma	1964 - Tóquio	1968 - México	1972 - Munique	1976 - Montreal
Infra-estrutura Desportiva	Preparadas para os J. O.	<p>Foro Olímpico: - 1 Ampliação: Estádio Olímpico - 4 Construção: "Palazzetto"; Estádio de Natação; Estádio Flaminio; Castelgandolfo Regatta Course.</p> <p>E.U.R: - 4 Construições: "Palazzo dello Sport"; Velódromo; Centro de tiro; Centro de Treino.</p>	<p>17 Construições, 1 Ampliação, 4 Reconstruições, 3 Renovações, 5 Temporárias</p>	<p>Palácio dos Desportos; Velódromo; Piscinas olímpicas; Ginásio; Olympic Rowing; Canoeing Canal; Fencing Hall; Shooting Range;</p> <p>Ampliação: -Estadio Olímpico.</p>	<p>Instalações de competição: - "Olympiapark"; Estádio Olímpico; Ginásio; Arena de Natação; Velódromo;</p>	<p>6 Construições: - Estádio Olímpico; - Centro de natação; - Velódromo; - Centro de remo e Canoagem (Rowing Basin); - Campo de tiro; - Centro de Velas no Lago Ontário (fora da cidade).</p> <p>15 Renovações.</p>
	Vila Olímpica	<p>Campo Parioli: - 33 Edifícios - 1.348 Apartamentos - 4.723 Quartos - 2.960 Salas de serviço; - 2.760 Pilares; - 582.568 m3.</p> <p>- Jardim: 160.000m2</p> <p>- Pavimentação: 110.500m2</p> <p>-Asfalto: 13 Km com 3,50 a 12,8m de largura.</p>	<p>Washington Heights - Vila Yoyogi (660.000m2): - Homens: 249 Casas de madeira; 10 Edifícios de 4 andares de concreto; 2.850 Quartos.</p> <p>- Mulheres: 4 Edifícios de 4 andares; 276 Quartos.</p> <p>Hachiochi Moradia Village; Sakame lake Village; Oiso Moradia (hotel); Karuzawa Village.</p>	<p>Miguel Hidalgo (22 ha e 5 acres): - 29 Edifícios - 904 Apartamentos - 5.044 Quartos - 2.572 Banheiros</p> <p>Narciso Mendonza ou Coapa Village: - 470 Apartamentos - 686 Casas - 3.474 Quartos - 1.314 Banheiros</p> <p>Vicente Suárez: - 5 Edifícios - 21 Apartamentos</p>	<p>Olympiapark: - 4.722 Apartamentos - 13.487 Ocupantes</p>	<p>Parque Olímpico: - 4 Edifícios, - 980 Apartamentos - 9.784 Quartos</p>
	Impacto/Condicionantes Ambientais	<p>Reabilitação da E.U.R.</p>	<p>Reabilitação do Porto;</p> <p>Desapropriação de terrenos para construção de rodovias;</p> <p>Limpeza de rios e riachos (Rio Sumida).</p>	N/D	<p>Requalificação de zona urbana abandonada de Oberwiesefeld.</p>	N/D

Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos

Critérios		1960 - Roma	1964 - Tóquio	1968 - México	1972 - Munique	1976 - Montreal
Acomodações	Estimativa e Existente	N/D	Estimativa 30.000 Camas	Cidade do México: - 28.964 Quartos - 1.370 Suites - 30.334 Total Porto de Acapulco: - 4.968 Quartos - 738 Suites - 5.706 Total (Relatório de Candidatura, p. 114)	Estimativa 138.000 Camas Existentes 30.000 camas	
	Aumento	105 Novos hotéis 2.115 Quartos 3.678 Camas	1.560 Camas: - 1.445 Residenciais - 588 Casas particulares (na cidade e subúrbios)			
	Locais (dentro da cidade)	19.418 Quartos; 32.614 Camas; 9.870 Banheiros/wc.	N/D	286 Hotéis 53.554 Quartos 58 Apartamentos Turísticos 3.167 Casas particulares		
	Fora da cidade	22.255 Quartos; - 37.666 Camas; - 11.043 Banheiros/wc.	N/D	514 44.654 Quartos 2.138 Vagas p/ trailers	10.000 Camas a 70 minutos; 16.000 Camas a 90 minutos; 5.000, 10.000 e 9.000 camas a distâncias superiores, mas ainda atractivas	
	Outras	Jornalistas: - Domus Marie; - Domus Pacis.	5 Navios com 1.600 camas. Escolas e templos (N/D valores).	2.138 Vagas p/ trailers		
Transportes	Rodovias	Via de ligação norte-sul; Melhoria da rede rodoviária.	8 Rotas: - 69,6 km de comprimento; - 16 m de largura.		Melhoria do transporte público.	
	Metro		2 Linhas de 12,5 km e 9,4 km; -Expansão de 177,5 km.			Linhas de metro
	Aeroporto					Construção de Aeroporto

Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos						
Critérios		1960 - Roma	1964 - Tóquio	1968 - México	1972 - Munique	1976 - Montreal
Segurança	Efectivo	Forças Armadas: - 387 Oficiais; - 476 Sub Oficiais; - 3.384 Soldados.	Militares; Polícia; Bombeiros; Ministério dos Transportes; Segurança Marítima da Província.	- Militares; - Policiais.	1.147 Policiais Federais; 883 Oficiais; 42 Guardas Marítimos; 42 Oficiais.	9.085 Militares 1.020 Guarda Nacional;
	Observações	- As Forças Armadas participaram em várias obras e da logística da organização.			- O conceito de "paz" durante os jogos, não permitia uma segurança armada ostensiva; - Reuniões com a Embaixada de Israel para detalhar a segurança de seus atletas (p. 32); - Falha: atentado contra a delegação de Israel.	
Experiências anteriores			3º Jogos Asiáticos em 1958.	3 Eventos em 1966/1968:		
Financiamento	Nacional		Tesouro Nacional.		50%- Republica Federal da Alemanha	N/D
	Regional		N/D	N/D	25% Estado Livre da Baviera;	Governo de Québec
	Municipal		Governo Metropolitano de Tokio		25% Município de Munique.	Governo de Montreal
Conceito Geral		2 Zonas desportivas de competição: - Foro Itálico - EUR 2 zonas de treinos: - Fontane 170.000m2 - Acqua acetosa 220.000m2	5 Zonas desportivas de competição, sendo as principais: - Meiji Olympic Park - Yoyogi Centro desportivo (12 hectares); - Kamazawa Sports Park (41 hectares).	Instalações Desportivas por toda a cidade ao longo da via principal de tráfego (Desconcentração)	Parque Olímpico de 300 hectares com áreas verdes de lazer (Concentração)	Parque Olímpico de 204 hectares com 5 Instalações Desportivas de arquitectura monumental. (Concentração)

Quadro n.º: 21 – Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos. Fonte: Relatórios Oficiais dos OCOGs.

5.3 2ª Fase de 1980 a 1992 - A Crise Económica e a Requalificação Urbana

Neste período a crise económica limitava cada vez mais os investimentos públicos nas grandes cidades e a economia pós-industrial estimulava a degradação de zonas urbanas anteriormente ocupadas por fábricas, paradoxalmente foi a mesma economia que investiu na requalificação de áreas urbanas para obter lucros a partir da valorização do solo urbano, resultando no processo de “gentrificação” urbana.

5.3.1 Jogos Olímpicos de 1980 em Moscovo.

A cidade de Moscovo (URSS) realizou os Jogos Olímpicos de 1980 com o objectivo de demonstrar o poder de organização do Estado Socialista para o mundo, o que é reforçado com a descrição do desenvolvimento das cidades soviéticas.

O primeiro volume do relatório oficial do OGOG-80's “Games of the XXII Olympiad” apresenta a descrição da cidade de Moscovo e das cidades de Tallinn, Leningrado, Kiev e Minsk, que integraram os Jogos Olímpicos como sub-locais de competição, ressaltando as características da economia, da infra-estrutura de transportes, dos serviços públicos de saúde, da educação e do desporto.

Apesar da crise económica foram realizadas intervenções urbanas de modo a acrescentar infra-estruturas de comunicações, um novo terminal aéreo, novas acomodações na rede hoteleira, renovação de Instalações Desportivas e construção de um Complexo Olímpico.



Figura n.º: 41 - Estádio Olímpico de Moscovo. Fonte: Games of the XXII Olympiad, vol. 2, p. 48.

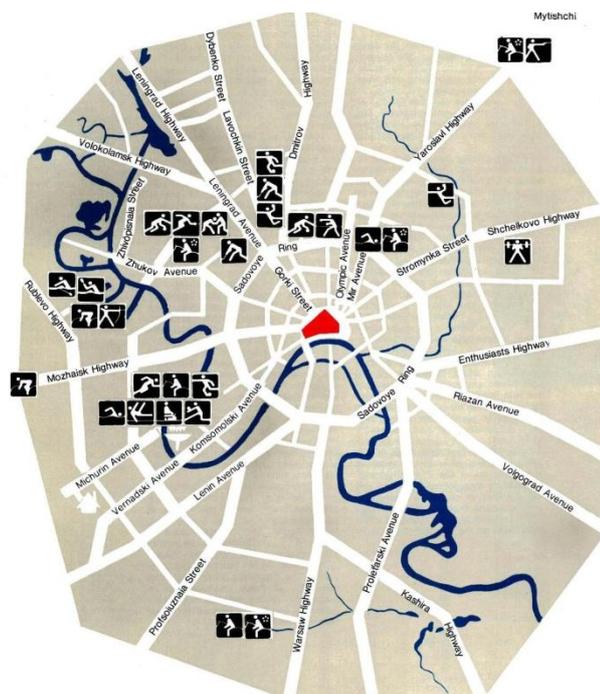


Figura n.º: 42 – Distribuição dos locais de competição em Moscovo. Fonte: Games of the XXII Olympiad, vol. 2, p. 196.

A Vila Olímpica foi situada a Sudoeste da cidade, junto à avenida Michurim, numa área de 107 ha, com 18 edifícios de 16 andares. Foi concebida como um novo bairro e dispunha de um complexo desportivo com 3 ginásios de 42x24 m cada, piscina coberta, campo de atletismo e futebol, além de um centro cultural com auditório para 1.200 pessoas e duas salas de cinema para 250 pessoas cada (Games of the XXII Olympiad, 1980).



Figura n.º: 43 – Vila Olímpica. Fonte: Games of the XXII Olympiad, vol. 2, p.134.

As Instalações Desportivas existentes foram utilizadas com renovações de baixo custo financeiro e as novas instalações que foram construídas integravam o Plano de Desenvolvimento da Cidade, antecipado para a realização dos Jogos Olímpicos.

Os interesses políticos provocaram o maior boicote à realização dos Jogos Olímpicos, com a ausência dos EUA e 59 países do “*Bloco Ocidental*”, o que foi criticado pelo OGOC’80 em seu relatório.

5.3.2 Jogos Olímpicos de 1984 em Los Angeles.

Como resultado da crise económica e o descrédito do sucesso financeiro dos Jogos Olímpicos de Montreal de 1976, Los Angeles (EUA) foi a única cidade a apresentar candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 1984, após ter sido preterida a favor da cidade de Moscovo para a realização dos Jogos de 1980.

A estratégia adoptada segundo Preuss (2002) foi de construir poucas instalações e maximizar o uso das instalações existentes, para obter lucros a curto prazo e evitar o deficit, este objectivo foi alcançado conforme demonstrado no quadro 22, resultando em um lucro aproximado de US\$ 150.000.000,00.

Receitas (milhões de US\$)		Despesas (milhões de US\$)	
Direitos de Transmissão	239	Pessoal	99,5
Bilhetes	151	Construções	91,7
Licenças e Patrocínios	121	Segurança	42,4
Outras*	108	Outras*	235,4
Total	619	Total	469,0
(*) Não especificado.			

Quadro n.º: 22 – Receitas e Despesas dos Jogos Olímpicos de Los Angeles. Fonte: Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984.

Isto foi possível devido a cidade de Los Angeles possuir um amplo parque desportivo e um sistema de transportes eficiente, pois ocorreram mais remodelações do que construções e mesmo com a descentralização das Instalações Desportivas não foram registados problemas de acessibilidade. Para facilitar a logística de transporte, as acomodações dos atletas foram divididas em 3 locais distintos (Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984).

A principal inovação foi o envolvimento de entidades privadas no financiamento dos Jogos, não foram utilizados recursos financeiros públicos, apenas algumas parcerias públicas/privada na renovação de mobiliários urbanos e a utilização dos terrenos pertencentes às Universidades Estaduais.



Figura n.º: 44 – Distribuição das Instalações Desportivas em Los Angeles. Fonte: Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984.

Após a realização dos Jogos foram doados US\$ 702.000,00 em equipamentos desportivos ao município de Los Angeles, demonstrando um contributo social à cidade, pois os mesmos foram encaminhados às escolas públicas.

5.3.3 Jogos Olímpicos de 1988 em Seul.

Os Jogos Olímpicos de 1988 realizados na cidade de Seul na Coreia do Sul atingiram a marca de 159 países participantes, mas não conseguiu interromper a série de boicotes políticos ocorridos desde o ano de 1976, conforme detalhado no quadro nº 23.

A cidade de Seul durante o processo de candidatura à realização dos Jogos Olímpicos foi marcada por desentendimentos internos da Comissão de Candidatura quanto à capacidade financeira de realização ou não dos jogos. Então, o plano de candidatura foi alterado a fim de receber o apoio expresso do Presidente da Coreia, por acreditarem que somente assim teriam os recursos financeiros necessários à conquista do direito de organizar os Jogos Olímpicos de 1988.

Ano	Cidade	Boicote	Motivo
1972	Munique	Ameaça de boicote pelos países africanos	O convite efectuado pelo IOC à Rodésia antiga colónia inglesa, que foi retirado devido às ameaças de boicote.
1976	Montreal	26 Países (africanos e Taiwan)	Relações diplomáticas do governo canadense com a Nova Zelândia, que mantinha relações com o governo

			do apartheid da África do Sul; Restabelecimento das relações diplomáticas com a China
1980	Moscovo	USA e 55 países do bloco ocidental	A invasão soviética ao Afeganistão.
1984	Los Angeles	URSS e 9 países do bloco oriental	Revanchismo ao boicote de Moscovo, alegando falta de segurança para os atletas e a invasão americana a Granada.
1988	Seul	Córea do Norte acompanhada por: Albânia, Cuba, Etiópia, Madagáscar, Nicarágua e Ilhas Seychelles.	Conflitos políticos entre os dois países que representavam a política do leste (EUA) e oeste (URSS).

Quadro n.º: 23 – Conflitos Políticos que resultaram em boicotes aos Jogos Olímpicos.

Sendo a cidade uma grande metrópole com mais de 10.000.000 milhões de habitantes não contava com Instalações Desportivas significativas, mas demonstrou uma grande capacidade de construção ao disponibilizar 34 instalações de competição e 69 locais para treino (Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988).

Foram realizados 120 projectos direccionados para as instalações desportivas, os transportes, o turismo, as acomodações, a higiene e saúde pública, a segurança, o ambiente urbano e a participação dos cidadãos.

Durante os sete anos de preparação para a realização dos Jogos Olímpicos as obras de maior importância para a cidade foram:

- Recuperação do rio Han para a vida marinha;
- Complementação de vias expressas ao longo do rio Han;
- Construção do Complexo Desportivo em Chamshil com 330.508 m², com objectivo de atrair o turismo;
- Construção do Parque Olímpico em Kandong-gu numa área de 2.600.000 m².
- Construção de 15 novas instalações e adaptação de outras ao padrão olímpico;
- Promoção de projectos culturais com a construção do Centro de Artes de Seul, Instituto Nacional de Música Clássica, do Museu Nacional de Arte Contemporânea e o Museu Chongju;
- Renovação e reparação dos monumentos históricos da cidade;
- Requalificação de Instalações para a acomodação de visitantes, eventos culturais e de lazer, o que proporcionou um acréscimo de 23% de turistas estimados em cerca de

2.300.000 pessoas, vindo a criar a expectativa que nos próximos anos este número aumentasse devido à divulgação da cultura milenar coreana promovida pela realização dos Jogos Olímpicos (Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988).

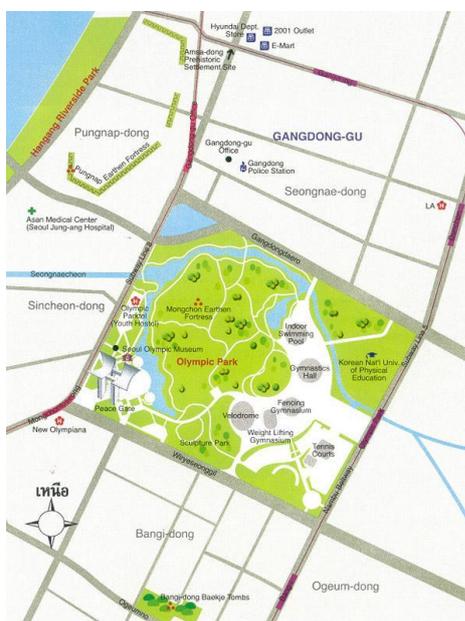


Figura n.º: 45 – Plano do Parque Olímpico da cidade de Seul. Fonte: Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988, p. 173.

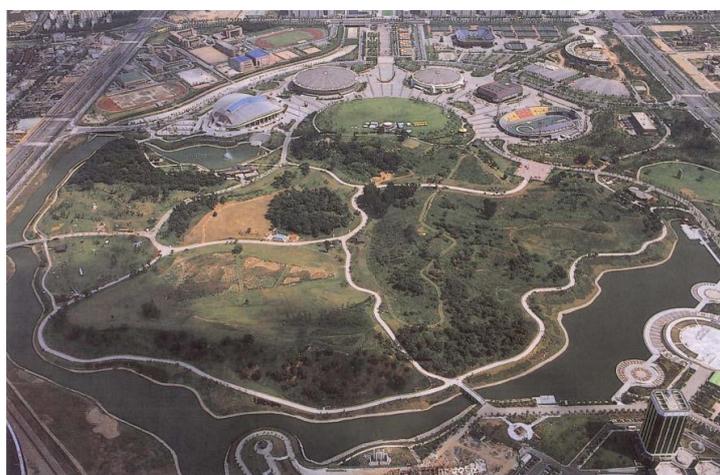


Figura n.º: 46 - Parque Olímpico da cidade de Seul. Fonte: Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988, p. 173.

A realização de programas de controlo da poluição do ar, do lixo e qualidade da água foram as primeiras intervenções de recuperação ambiental urbana promovidas pelo Estado assumindo a responsabilidade com a sustentabilidade do meio ambiente.

5.3.4 Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona.

A apresentação da candidatura da cidade de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992, tradicionalmente de braço dado com o desporto, era justificada por ser o quarto

pedido de candidatura e pela existência de 27 Instalações Desportivas de competição das 32 exigidas para a realização dos Jogos ou seja, possuía infra-estruturas desportivas e uma larga experiência acumulada na organização de eventos desportivos.

A candidatura também era justificada pelo facto do novo presidente do IOC Juan Samaranch ter nascido na cidade. A ocasião seria aproveitada para realizar uma série de obras, que transformariam a cidade, dando uma imagem adequada à grandiosidade do evento (Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992).

A cidade de Barcelona preparou a realização dos Jogos Olímpicos de 1992 apoiada num Plano Director Urbano estruturado para a requalificação das zonas urbanas degradadas: o bairro histórico central e o porto.

As áreas que requeriam maior necessidade de intervenção foram identificadas para poder dar equilíbrio à cidade, o que veio a resultar na consolidação da ideia de abertura da cidade para o mar.

Segundo Eric Truño (2008), as alterações urbanísticas realizadas na cidade de Barcelona mostram uma distribuição territorial das Instalações Desportivas de forma a garantir o equilíbrio das regiões da cidade. Com a flexibilização de algumas instalações e o conceito de “contentor” para os desportos que não necessitavam de ambientes específicos, este equilíbrio permitiu uma maior utilização de recursos financeiros para a recuperação de edifícios históricos da cidade, tendo como exemplo a requalificação da Estação Norte transformada num salão desportivo.

De acordo com Carreras e Tello (1998) citados por Mascarenhas (2008, p. 190), o Projecto Olímpico beneficiou mais a cidade do que o desporto, pois a maior parte dos recursos financeiros foram investidos em infra-estruturas urbanas, sendo as seguintes áreas de intervenção:

Intervenções	Características
Centro Histórico	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização com a sua “teia” medieval descompactada; • Abertura de novos espaços públicos; • Reabilitação de inúmeros edifícios.
Zona Costeira	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação para o uso residencial; • Requalificação para o lazer e turismo.
Uso do solo	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração de uso do solo para criação de novas funções.
Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> • Novas tecnologias de comunicação com expansão da rede de fibra óptica.

Transporte	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturas de acesso a cidade (túneis, anel viário, ampliação da rede de metro e no centro vias pedonais).
Instalações	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos desportivos e culturais.
	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da rede de esgotos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas sociais e de segurança pública.

Quadro n.º: 24 – Intervenções Urbanas realizadas em Barcelona em 1992.

Sendo previsto a construção de 15 novas instalações desportivas e a renovação das 10 já existentes, num total de 43 Instalações Desportivas, as restantes iriam exigir poucas adaptações. Foram disponibilizadas 76 instalações de treino, cujos critérios aplicados para a escolha dos mesmos foram:

- A modernização e adaptações das instalações existentes;
- A preferência por instalações públicas: 44 municipais, 18 organismos públicos e 14 a organizações desportivas privadas
- A proximidade dos locais de competição (Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992 p. 150 e 151).

A utilização de módulos temporários adaptados para aumentar as capacidades de espectadores de algumas instalações foi o destaque destas intervenções, tais como no “*Picornell Bernat*” Piscinas, o Real Clube de Pólo e o Complexo de Ténis de “*Vall d’Hebron*”.



Figura n.º: 47 – Complexo de Ténis de *Vall d’Hebron*. Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992 p. 246.

No que se refere à localização das Instalações Desportivas, foram utilizadas quatro regiões da cidade como locais de competição: Montjuïc, Diagonal, Parc de Mar e Vall d’Hebron.

Montjuïc é o maior parque da cidade de Barcelona e o local onde foram implantadas as principais Instalações Desportivas, que viriam a ser utilizadas nas competições dos Jogos olímpicos de 1992, o que determinou a sua renovação.

Isto veio a definir as fronteiras e a consolidação da sua função em prol da cidade. O projecto para Montjuïc, era composto basicamente por duas intervenções: a oferta dos serviços para a realização dos jogos e o planeamento de acesso à área, que consistia basicamente no incentivo da utilização dos transportes públicos e o acesso livre aos peões.⁴³



Figura n.º 48 – Localização das zonas de competição. Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992, p. 149.

Como parte do projecto de Montjuïc foram realizadas as seguintes obras:

- A remodelação do Estádio Olímpico e das Piscinas Bernal Picornell;

⁴³ O Projecto de renovação do Parque de Montjuïc estava dividido em duas sub-áreas:

- A primeira corresponde à área que fora prevista para a Exposição Internacional de Barcelona em 1929, constituída pelos jardins desenhados por Jean Claude Nicolas Forestier e Nicolau M. Rubió i Tuduri, a avenida de la Reina Maria Cristina, a fonte neo-barroca na Plaza d'Espanya, a Mágica Font e Palau Nacional, agora Museu Nacional de Arte da Catalunya. Esta área contém a maior parte das instalações culturais e de lazer, com vários museus e galerias: o Teatro Grego, o Poble Espanyol, jardins, restaurantes, recinto de feiras, etc. Assim, as intervenções urbanas no local consistiram na remodelação e conservação das instalações existentes. Sendo as fachadas dos edifícios comerciais redesenhadas, as escadas reconstruídas, escadas rolantes instaladas e os jardins restaurados.

- A outra sub-área, que ocupa todo o lado sul da colina, inclui o Anel Olímpico e o Parque Migdia, onde estavam situados o estádio e os pavilhões (hoje demolidos) dos países participantes da Exposição Internacional de 1929, além de um grande jardim, que tinha sido deteriorado ao longo dos anos. No lado leste do morro, até a poucos anos atrás estava situado uma estação de incineração de lixo.

As intervenções foram planeadas com vista a deixar à cidade um parque mais acessível e totalmente e equipado com instalações desportivas.

- A construção de o “Palau Sant Jordi” e do Instituto Nacional de Educação Física da Catalunya (INEFC);

- A execução de estradas internas para melhorar o acesso ao resto da cidade.

Os principais centros de serviços encontravam-se na parte norte de Montjuïc:

- Media centro (CMC);

- Centro de Acreditação;

- Centro de Acolhimento do COOB’92;

- Centro de Tecnologia da Informação e operações (CIOT);

- Centro de catering;

- Centro de recepção dos patrocinadores.

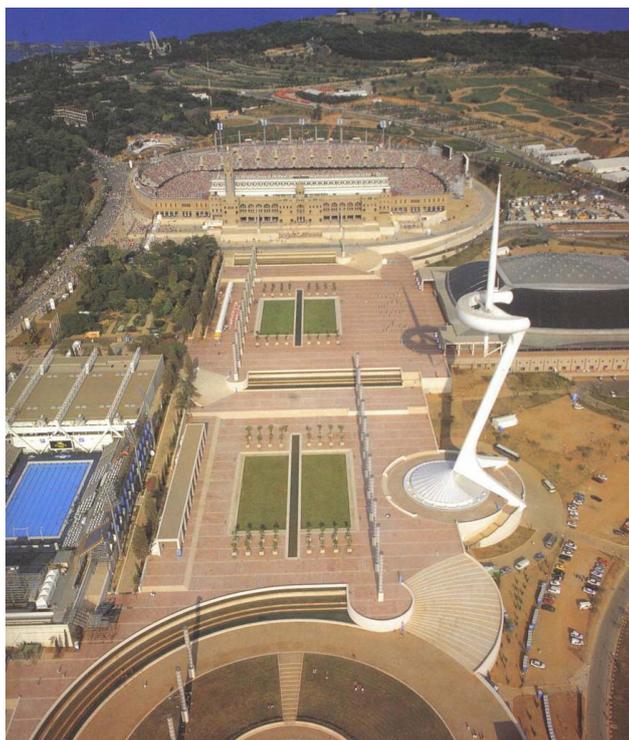


Figura n.º: 49 - Instalações Desportivas em Montjuïc. Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992, p. 152.

Segundo Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona (1992, p. 209), a reestruturação da área Diagonal procurou preencher as lacunas no tecido urbano e eliminar certas parcelas de terras agrícolas e de habitação, para reconfigurar a área como uma nova porta de entrada da cidade, abrindo novas linhas de comunicação e

reorganizando locais vazios, o que significou a sua consolidação como uma zona desportiva, educacional e de lazer, com carácter metropolitano.

O Vall d'Hebron que fica na junção da planície entre os três pequenos montes ao pé da serra de Collserola, era uma área isolada e não estruturada ao norte da cidade. Foi transformada numa zona importante de lazer, com a implantação de cinco instalações para atender ao Programa Olímpico: quatro a partir do programa oficial (ciclismo, ténis, tiro com arco e voleibol) e um de desporto de demonstração (Pelota basca) (Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992).

O Plano Director de Vall d'Hebron, elaborado por Eduard Bru, define uma nova estrutura urbana, bem adaptada ao local, de modo que as áreas construídas harmonizar-se com o relevo. A área é organizada em torno de três eixos principais: um após a crista da serra, um paralelo com a Ronda de Dalt (o trecho do anel viário que passa através da Área) e uma corrida norte-sul. Formam as plataformas rectangulares e triangulares nas quais as instalações desportivas e parques, respectivamente, foram construídos (Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992, p. 231)

Estas intervenções contribuíram para completar a estrutura urbana desta parte da cidade, onde antigamente haviam instalações implantadas de forma dispersa entre prédios residenciais e casas simples. Elas só foram possíveis, graças à cooperação do Governo Municipal de Barcelona que realizou o projecto e o arranjo paisagista. Foi o COOB'92 quem construiu e financiou quatro novas instalações desportivas: o campo de tiro com arco, o “Pavelló de la Vall d'Hebron”, o Ténis de la Vall d'Hebron e o velódromo construído em 1984 (Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992).

A construção de 500 novas habitações foi suportada pelo Instituto de Habitação Municipal, utilizadas como acomodações dos profissionais da imprensa durante os Jogos. O que implicou num projecto de desenvolvimento para o local caracterizado por uma conglomeração de instalações de serviços de saúde, de instalações educacionais e sociais, divididas pela “Ronda de Dalt” e circundadas por áreas residenciais (Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992).

Já no processo de candidatura, a proposta foi a de remodelação da cidade em grande escala, o que podemos constatar com a transcrição que se segue do projecto de requalificação do “Parc de Mar”, cuja área da cidade foi a que mais sofreu intervenções para a realização dos Jogos Olímpicos:

“O Parc de Mar” possuía mais de 100 ha de terrenos na antiga zona industrial, que seriam destinados ao uso residencial e de instalações desportivas públicas. Sendo instalada a Vila Olímpica para mais de 15.000 pessoas e realizadas quatro competições olímpicas:

- O “yachting” ou provas de vela realizadas no Porto Olímpico;
- O “badminton” no “Pavelló de la Mar Bella”;
- O “ténis de mesa” no Polidesportivo Estação do Norte (Eixample);
- Provas de demonstração da “pelota basca” no Frontão Colón (parte inferior de “Las Ramblas”);



Figura n.º: 50 – “Parc de Mar” o porto Olímpico. Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992, p. 255.

“A Vila Olímpica foi construída em uma área que até pouco tempo tinha sido ocupada por indústrias em declínio, separada do resto da cidade e do mar por duas linhas ferroviárias. Seu acesso era restrito e as praias afectadas pela poluição causada por uma saída de esgoto”.

“O plano foi elaborado pela equipa de arquitectos Josep Martorell, Oriol Bohigas, David Mackay e Albert Puigdomènech, aprovado em Junho de 1986. Foi o instrumento que transformou a Vila Olímpica num novo bairro integrado em um tecido urbano, sendo este contemplado com espaços públicos e dotado de instalações desportivas” (Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992, p.253 - tradução própria).

Dentro deste plano foi considerado um projecto a longo prazo para a região, que transcrevemos a seguir (tradução própria):

“A complexa operação de transformação desta grande área da cidade e integração à estrutura urbana implicava a realização de um grande número de projectos, que podem ser resumidos da seguinte forma:

a) A reabilitação da linha da costa e a reestruturação da rede de esgotos, fazendo o possível por manter ou aumentar a área da praia, entre as três condutas de escoamento de águas pluviais;

b) A reestruturação da rede do transporte ferroviário, com a eliminação de duas linhas que cruzavam o espaço: a linha que corria paralela à costa foi retomada e a ligação entre as estações de Franca e da Praça das Glórias foi colocado no subsolo;

c) A construção do trecho semi-coberto da “Ronda del Litoral”, que passa pela área, de modo que os parques poderiam ser colocados sobre ele (ar livre) e as ruas do distrito “Eixample” poderia ser alargadas para chegar ao mar;

d) O alargamento do Passeio Marítimo em 30 metros e a construção numa extensão de mais de 1 km;

e) A construção de uma nova marina, o Porto Olímpico, que combina espaços públicos com diferentes usos comerciais;

f) A construção de um hotel, zona comercial e de lazer entre a Ronda do Litoral e o Passeio Marítimo;

g) A manutenção da morfologia do distrito de “Eixample”, com a criação de “super-quadras”, com a forma tradição de rua (chanfradas no canto), mas com o seu interior incorporando novas tipologias arquitectónicas de urbanismo moderno. Estas “super-quadras” incluem espaços comerciais, desportivos, culturais, religiosos e de centros de saúde⁴⁴;

h) A implantação de áreas verdes em toda a Província: o parque no final da “Carrer de Marina”, as ligações com o parque da “Ciudadella”, o parque da “Avinguda del Bogatell”, os vários parques e avenidas ao longo das praias recuperadas e o parque de “Poblenou”.

“No total, as intervenções em “Parc de Mar” atingiram uma área de 130 ha, dos quais 45 ha foram ocupados pela Vila Olímpica. O planeamento da cidade tornou possível a recuperação 5,2km da linha da costa para o uso da população de Barcelona e de todos os habitantes da área metropolitana” (Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992, p. 253).

As transformações urbanas, as Instalações Desportivas, a atitude da população que tornou-se mais activa desportivamente e o conhecimento adquirido com a realização dos Jogos Olímpicos são tratados como legados por diversos autores. Mas, acreditamos que o sucesso dos Jogos Olímpicos de Barcelona residiram no facto do turismo ter despontado

⁴⁴ Esta descrição aproxima-se da descrição das super-quadras executadas na cidade de Brasília projectadas pelo arquitecto Lúcio Costa sob as premissas do urbanismo funcionalista.

como a principal actividade económica local, graças a “imagem” da cidade transmitida durante os Jogos Olímpicos de 1992.

Quadro Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos

Critérios		1980 - Moscovo	1984 - Los Angeles	1988 - Seul	1992 - Barcelona
Apoio do Governo		Nacional Municipal	Parceria pública/privada.	Nacional	Regional Municipal
Opinião Pública		N/D	Pesquisa a 1.200 habitantes: - 70% Favoráveis de maneira geral - 35% com o uso de recursos municipais - 44,6% com o uso de recursos estaduais - 59,5% com o uso de recursos federais	N/D	Pesquisa: Os JO irão beneficiar a cidade de Barcelona? - Muito 77% em 1984; - Muito 82,4% em 1985; - Muito 84 % em 1986.
Infra-estrutura geral	Básica				Redes de esgostos
	Urbanização	1961 a 1975 5.410.000 residências 1956 a 1979 113 milhões de m2	Renovação das vias e praças ao redor do Estádio Memorial Coliseu; Melhorias na iluminação pública		Renovação do parque de "Montjuïc"; Requalificação do "Parc de Mar" (130 hectares): -alargamento do passeio marítimo; - Construção de nova marina; - Construção de "super-quadras"; - Implantação de áreas verdes. Vias pedonais no centro da cidade
	Comunicação	Linhas de comunicação; Centro de comunicação social;			40.000 km de fibra óptica Comunicação por Satélite
	Serviços	Novos comércios de restauração.			
Infra-estrutura desportiva	Existentes	Ano de 1978: - 3.000 Clubes de cultura física; - 100 Clubes Desportivos; - 62 Estádios; - 36 Piscinas; - 14 Palácios desportivos; - 1.500 Academias de ginástica; - 2.000 Quadras de volei e basquete; - 400 Campos de futebol; - 2 Pistas de ciclismo; - 1 Canal de remo, - Dezenas de quadras de ténis.	Maximização de uso das Instalações Existentes na Cidade e Universidades Estaduais. Estádio Memorial Coliseu	34 Instalações de competição: - 13 Construções; - 21 Renovações. 69 Instalações de treino.	43 Instalações de Competição: -15 Construções (7 fora de Barcelona); -10 Renovações; -18 Adaptações; - 76 Instalações de treino; - 30.276 m2 de stands temporários.

Quadro Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos

Critérios		1980 - Moscovo	1984 - Los Angeles	1988 - Seul	1992 - Barcelona
Infra-estrutura desportiva	Preparadas para os J.O.		<p>Construções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Velódromo na UCLA (6,5 acres); <p>Renovações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estádio Memorial Coliseu; 	<p>Complexo Desportivo de Seul (Chamshil):</p> <ul style="list-style-type: none"> - 591.00 m2 de terreno; - 295.000 m2 de construção; - Capacidade: 200.000 pessoas; - Estádio Olímpico; - Piscina; - Ginásio; - Ginásio de alunos; - Estádio de Basebal. <p>Parque Olímpico Kondong-gu (1.674.380 m2):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Velódromo; - Ginásio de Esgrima; - Ginásio de Ginástica; - Tênis; - Ginásio de Halterofilismo; - 682.400 m2 de área verde; - Mongchon Tosong século IV a. C. (441.765 m2); - Plantio de 352.261 árvores de 66 tipos. 	
Vila Olímpica		<p>Sudoeste da cidade na avenida Muchurim:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 107 hectares - 18 Edifícios de 16 andares; - Complexo desportivo: 3 Ginásios de 24x42 m; Piscina coberta; Campo de atletismo; Campo de futebol. - Complexo cultural: 1 Auditório para 1.200 pessoas; 2 Cinemas para 250 pessoas. 	<p>Alojamentos das Universidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5.689 Ocupantes USC - 3.684 Ocupantes UCLA - 856 Ocupantes UCSB 	<p>86 Edifícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3.692 Apartamentos - 626.664 m2 de implantação - 551.996 m2 de construção 	<p>Vila em "Parc de Mar":</p> <ul style="list-style-type: none"> - 45 hectares; - Capacidade: 14.406 pessoas, <p>Zona residencial: apartamentos, escritórios e instalações médicas;</p> <p>Zona internacional: centro comercial, praia, passeio marítimo, porto olímpico;</p> <ul style="list-style-type: none"> - 280.000 m2 residencias; - 182.00 m2 de parques; - 155.000 m2 pavimentado; - 60.000 m2 jardins internos; - 4.723 m2 instalações desportivas; <p>Vall d'Hebron:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 489 apartamentos; - 2.200 pessoas. <p>Banyoles (à 130 km): 1.012 pessoas.</p> <p>La Seu d'Urgell (à 178 km): 300 pessoas.</p>

Quadro Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos					
Critérios		1980 - Moscovo	1984 - Los Angeles	1988 - Seul	1992 - Barcelona
					Montigalá Village: - 200 hectares; - 5.366 pessoas - 842 apartamentos; - 56 casas. Vila de Imprensa: - 500 casas.
Impacto/condicionantes Ambientais		N/D	N/D	- Recuperação do rio Han para a “vida” aquática; - Plantio de árvores em diversos parques, - Redução da poluição do ar (monitoramento por computador); - Controlo do ruído; - Colecta de lixo.	- Abertura da cidade para o mar; - Formação de praias; - Implantação de áreas verdes.
Acomodações	Existente		Rede hoteleira satisfatória LAOOC ⁴⁵ utilizou 17.362 quartos	- 20 Hotéis de 5 estrelas; - 34 Hotéis de 4 estrelas; - 126 Hotéis de 3 estrelas; - 168 Hotéis de 2 estrelas; - 44 Hotéis de 1 estrela.	10.000 Quartos em 1984;
	Estimativa Acréscimo	Complexos hoteleiros; Hotéis individuais.		Estimativa necessária: - 58.000 Quartos; - 240.000 Visitantes.	8 Novos hotéis + 2.635 quartos
Transportes	Rodovias	Novas estradas (Km N/D)	- Terminais com capacidade de 35.000 pes/ 2 horas. - Transporte público eficiente.		Estruturas de acesso a cidade: - Túneis; - Anel viário do litoral (80 a 90 mil veículos); - Anel viário urbano (130 a 140 mil veículos);
	Metro				Ampliação da rede de metro;
	Aeroportos	Ampliação: Aeroporto de Vnukovo; Aeroporto de Sheremetyevo			Ampliação de 9.440m ² ; - 5.000 vagas de estacionamento.
Segurança	Efectivo	N/D.	- Segurança Privada (contrata LAOOC);	112.009 Homens foram utilizados.	Polícia Nacional (15.500 homens); Guarda Civil (5.000 homens); Polícia da Catalunya (385 homens); Polícia Municipal (2.890);

⁴⁵ Lista de Abreviaturas.

Quadro Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos					
Critérios		1980 - Moscovo	1984 - Los Angeles	1988 - Seul	1992 - Barcelona
Segurança					Forças Armadas (3.250).
	Observações	N/D.	Conceito de Jurisdição aplicado; Cooperação das Agências Governamentais na aplicação da Lei.	A crise com a Coreia do Norte.	N/D.
Experiências anteriores		- USSR Summer Spartakiade; - Jogos Estudantis Mundiais de Verão – 1973; - Jogos Mundiais; - Jogos Europeus; - Encontros Internacionais.	Jogos Olímpico de 1932; 3º Mundial de Polo Aquático FINA de 1983.	- Jogos Asiáticos de Seul 1986.	
Financiamento		Estado: - Plano Director de Desenvolvimento Urbano (infra-estrutura urbana). Agências do Governo e Entidades Financeiras: - Plano Estadual para Desenvolvimento da URSS (Instalações Desportivas). COJO-80 ⁴⁶ : - Instalações Desportivas; - Organização.	Iniciativa Privada: - 29 Patrocinadores com exclusividade de associação ao Movimento Olímpico.	- SLOOC administrou as receitas e obteve excedentes financeiros; - Infra-estruturas urbanas realizadas pelo Estado.	
Conceito Geral		6 Zonas desportivas: - Central: renovações das instalações desportivas e construção do Estádio em Luzhnikí; - Norte: Avenida Mir; - Noroeste: Avenida Lenigrado e área de Khimki-Krovirino; - Oeste: área de Krylastskoye; - Leste: área de Sokolniki Izmailovo; - Sul: proximidades do Parque Florestal de Bitza.	- Maximização das Instalações existentes; - Instalações provisórias; - A utilização do Estádio Coliseu (1932) como símbolo da cidade; (Descentralização).	2 Zonas desportivas: - Complexo desportivo de Seul (Chamshil); - Parque olímpico Kondong-gu; - Outras regiões.	4 Zonas desportivas: - Montjuïc - Diagonal - Vall d'Hebron - Parc de Mar Requalificação da cidade: - Zona central - Zona Portuária

⁴⁶ O Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de 80 (COJO-80), também é indicado no relatório oficial como OGOC-80, ressalta a cooperação de empresas internacionais na organização dos Jogos e a criação de laços comerciais, o que garantiu o sucesso económico.

Quadro Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos				
Critérios	1980 - Moscovo	1984 - Los Angeles	1988 - Seul	1992 - Barcelona
	Maximização das instalações existentes; Construções eficientes de baixo custo.			

Quadro n.º: 25- Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos. Fonte: Relatórios Oficiais dos COJOs.

5.4 3ª Fase de 1996 a 2010 – A sustentabilidade e a cidade global.

As intervenções realizadas em Barcelona já acenavam para a transformação da cidade sede numa cidade global, mas consideramos o marco mais simbólico da globalização os Jogos Olímpicos de 1996 na cidade de Atlanta.

O interesse pelo significado histórico do “centenário” da realização dos Jogos Olímpicos e o desenvolvimento das comunicações permitiram que a cobertura dos resultados desportivos pudesse ser acedida livremente pela população mundial, caracterizando definitivamente a “*globalização*” promovida pelas TCIs.

5.4.1 Jogos Olímpicos de 1996 em Atlanta.

Os Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996, como já havia acontecido com os Jogos de Los Angeles em 1984, foi organizado com recursos financeiros da iniciativa privada. Mas, muitos projectos destinados à comunidade foram apoiados por uma parceria dos Governos Municipal, Estadual, Federal e da Iniciativa privada. Esses projectos, tanto público como privado, variaram de grandes obras de renovação e expansão urbana à programas de reabilitação de pequenas empresas.

Através do CODA, mais de US\$ 75 milhões em fundos públicos e privados foram investidos para a criação de parques urbanos, espaços pedonais, passarelas, arte pública e melhorias de infra-estruturas na cidade, incluindo a realização de planos de desenvolvimento de longo alcance para a revitalização de bairros do centro da cidade, bem como a formação de cooperativas por meio dos esforços do MAOGA. Várias agências governamentais e entidades sem fins lucrativos procederam a construção ou renovação de 700 unidades de moradia estudantil no Centro Universitário de Atlanta (The Official Report of the Centennial Olympic Games).

O ACOG investiu cerca de US\$ 500 milhões em projectos permanentes, como o Estádio Olímpico, o Parque de “*Stone Mountain Tennis Centre*” e o Complexo “*Wolf Creek*”, com o objectivo de tornar a cidade de Atlanta um centro nacional e internacional para os grandes eventos desportivos (The Official Report of the Centennial Olympic Games).

O Parque Centenário situado numa área de 8,5 ha próxima ao centro da cidade, foi parcialmente financiado pelo ACOG, com a perspectiva de criar um ponto central de encontro para manifestações culturais, de entretenimento e exposições durante os Jogos Olímpicos, este seria o local privilegiado onde o público poderia confraternizar com os atletas e a “*Família Olímpica*”, proporcionando um encontro festivo para todos os visitantes de Atlanta.



Figura n.º: 51 - “Centennial Olympic Park” de Atlanta. Fonte: The Official Report of the Centennial Olympic Games, Volume 2, p. 151.

Novos alojamentos foram construídos no Campus do Instituto de Tecnologia da Geórgia, utilizados como acomodações da Vila Olímpica e serviriam para os alunos até o século XXI. Mesmo para outras cidades próximas que hospedaram eventos olímpicos, os Jogos também serviram como um catalisador para a centena de novos projectos e instalações (The Official Report of the Centennial Olympic Games).

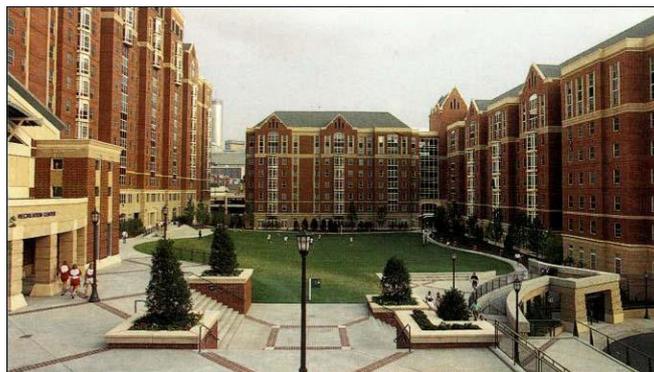


Figura n.º: 52 – Vila Olímpica no Instituto de Tecnologia da Georgia. Fonte: The Official Report of the Centennial Olympic Games, Volume 2, p. 328.

O ACOG estima que durante o período de 1991-1997, o impacto dos Jogos Olímpicos de 1996 sobre a economia do Estado da Geórgia foi de mais de 5 bilhões de dólares, uma soma que inclui o financiamento e a construção de novos equipamentos, o aumento das receitas do turismo, e o aumento dos benefícios fiscais (The Official Report of the Centennial Olympic Games).

5.4.2 Jogos Olímpicos de 2000 em Sydney.

A cidade de Sydney, como as demais cidades percebeu a oportunidade de colher benefícios a nível da actividade económica em torno da realização dos Jogos Olímpicos de 2000.

A modernização das Instalações Desportivas, a criação de áreas de lazer e a renovação das infra-estruturas urbanas deveriam mostrar a cidade ao mundo, demonstrando a sua capacidade de se tornar um destino de oportunidades de negócio, incluindo o turismo (Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games, p. 367).

A escolha de Homebush Bay como a principal zona de realização dos Jogos Olímpicos de 2000, determinou as decisões mais críticas da organização, pois era um terreno urbano industrial expectante que precisava de um elevado nível de desenvolvimento de infra-estrutura antes de quaisquer instalações desportivas tomarem forma. Estas instalações desportivas de padrão internacional teriam que partilhar com áreas de comércio, de lazer e de residenciais, e para preparar o local para a construção seria necessário:

- Despoluir toda a área;
- Criar novas estradas e vias de comunicação;
- Instalar trilho de ligação ao sistema urbano de metro;
- Instalar serviços de telecomunicações;
- Instalar serviços de electricidade e todas as infra-estruturas essenciais.



Figura n.º: 53 – Homebush Bay” Fonte: Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games.vol. 1, p. 53.

A avaliação dos valores e das limitações do local foi efectuada para permitir o desenvolvimento e beneficiar o meio ambiente natural, pois o valor dos ecossistemas de Homebush Bay era reconhecido pela sua inclusão no registo da

propriedade nacional, com a protecção de várias espécies de aves pernaltas que migram para as zonas húmidas, que formam um elo essencial com as restantes zonas costeiras húmidas de Sydney, e são um importante parte do corredor de New South Wales costeiras (Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games).

A organização dos Jogos Olímpicos de Sydney foi dominada por dois objectivos:

- O desenvolvimento de instalações desportivas de padrão internacional em local restrito;
- A protecção do ambiente natural.

Em 1992 consultores da Greenpeace apresentaram um projecto para a Vila Olímpica recebendo o 1º lugar em conjunto com outros quatro escritórios de arquitectura. O mesmo era estruturado para minimizar o consumo energético, fomentar o uso de recursos naturais e minimizar a produção de lixo, aumentando ao máximo os espaços livres para os residentes cuja superfície fosse superior aos 50% do total. O projecto do “Park Millennium” foi desenvolvido pelos princípios do ESD (Ecologically Sustainable Development) cuja estratégia integra o transporte, o uso do solo, água e a produção de energia, constituindo uma base ecológica de sustentabilidade da população actual e futura de Sydney (Ruano, 1999, p.56).

As cidades sedes dos Jogos Olímpicos deveriam seguir os princípios da conservação do meio ambiente, instituídos pelo IOC na “Agenda 21 do Movimento Olímpico” a partir de Sydney.

O Governo Municipal realizou as seguintes melhorias:

- Ampliação e repavimentação de passeios;
- Nova iluminação e plantio de árvores;
- Reconstrução do caminho-de-ferro e reforma da estação ferroviária central;
- Novos mobiliários urbanos, tais como abrigos de autocarros, banheiros públicos automatizados, bancas de flores e frutas, videofones e bancos;
- Instalação de novas câmaras de vigilância e melhorias de parques públicos e a construção de dois novos centros de recreação (Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games, p. 179).

A elaboração do projecto de requalificação de Homebush Bay considerou o uso dos espaços, instalações e infra-estrutura após os Jogos Olímpicos, bem como a acessibilidade

de pessoas com deficiência e a coerência com o desenvolvimento ecologicamente sustentável, o impacto sobre o património, a conservação e os aborígenes (Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games).

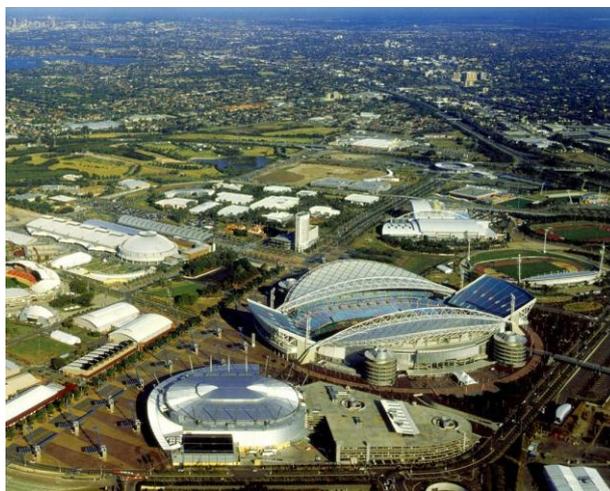


Figura n.º: 54 – Parque “Millennium” Fonte: Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games.vol. 1, p. 184.



Figura n.º: 55 - Vila Olímpica de Sydney. Fonte: Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games, vol. 2, p. 135.

5.4.3 Jogos Olímpico de 2004 em Atenas.

Atenas perdeu a seleção dos Jogos Olímpicos de 1996 (Centenário Olímpico) para a cidade de Atlanta e foi uma surpresa a cidade apresentar sua candidatura aos Jogos Olímpicos de 2004, a dez dias do encerramento da fase de pré-candidatura.

O projecto apresentado estava baseado nas intervenções de reabilitação urbana em grande escala e no “simbolismo” dos Jogos Olímpicos antigos.

Foram realizadas intervenções na zona costeira de Faliro com área de 770.000 m², com implantação de instalações desportivas e requalificação do seu porto, com serviços de lazer e vias pedonais.



Figura n.º: 56 – Zona Costeira de Faliro. Fonte: Official Report of the XXVIII Olympiad 2004, p.151.

A Vila Olímpica foi situada próximo ao monte Parnitha, a 20,4 km do centro de Atenas numa superfície prevista de 1.240.000 m² em conjunto com os centros de treino Dedalos e Ikaros. Possuía 30.000 m² de instalações de lazer ao ar livre.

Durante as intervenções foram preservados os sítios arqueológicos e ao descobrirem os “*Aquedutos de Adriano*”, imediatamente foram resguardados vindo a provocar alterações no plano de construção da Vila Olímpica.

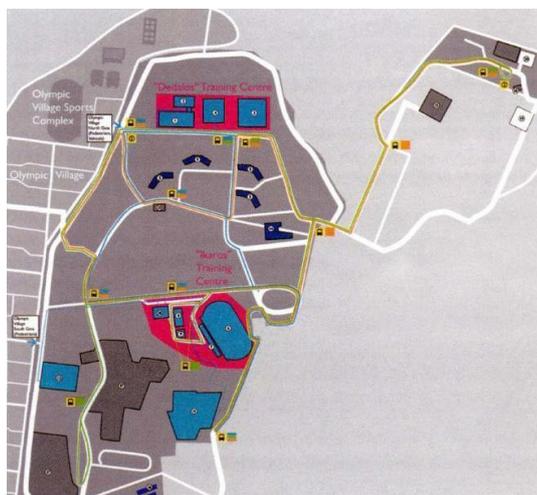


Figura n.º: 57 – Centros de Treino de Atenas. Fonte: Official Report of the XXVIII Olympiad 2004, p.53.

O Dekelia Complexo de 580.000m² receberia 15 disciplinas desportivas e possuía acomodações para 480 pessoas, podendo atender 6.000 atletas para o treino desportivo.

Seriam utilizadas duas zonas de competição: o Complexo Desportivo Olímpico de Atenas - OAKA e o novo Complexo Desportivo Faliro, que deveriam ser interligados por uma Via Olímpico (*“Ring Road”*), mas as restrições existentes na legislação urbana determinou a redução do número de instalações desportivas em Faliro. O que exigiu a utilização da área do aeroporto de Helliniko, que havia sido desativado.

O Comité Organizador recorreu ao Arquitecto Santiago Calatrava conhecido pela sua estética inovadora para concluir a cobertura do Estádio Olímpico, do Velódromo e realizar a unificação externa do Complexo, como forma de garantir uma imagem surpreendente das Instalações Desportivas.



Figura n.º: 58 – Complexo Desportivo de OAKA. Fonte: Official Report of the XXVIII Olympiad 2004, p.158.

A “Agenda 21 do Movimento Olímpico” orientou os programas de separação do lixo e de educação ambiental, mas a plantação de 350.000 árvores nos arredores da cidade foi o acto mais simbólico da recuperação ambiental.

5.4.4 Jogos Olímpicos de 2008 em Beijing.

O Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de 2008 da cidade de Beijing (BOCOG) não disponibilizou o Relatório Oficial, cujo prazo de entrega ao IOC encerra no segundo semestre do presente ano, assim não poderemos analisar as intervenções realizadas na cidade, mas obtemos algumas informações interessantes contidas no Relatório de Candidatura da Cidade, disponível no acervo do Comité Olímpico de Portugal (COP).

A cidade de Beijing é constituída por 18 distritos com uma área total de 16.800 km² e uma zona urbana de 1.041 km², com 12,5 milhões de habitantes. A proposta apresentada em 2001 era constituída por um Parque Olímpico de 1.215 hectares chamado de *“The Olympic Green”* com 15 Instalações Desportivas, Vila Olímpica, Centro de Comunicação Social, Museu Desportivo e Centro de Imprensa, além de um parque florestal de 760 hectares, que tinha o objectivo de amenizar a questão ambiental da cidade.

Seriam necessárias 37 Instalações Desportivas para a realização dos Jogos Olímpicos, das quais 22 seriam construídas e 5 renovadas, com um custo estimado em US\$ 1.649,47 milhões. Após os jogos, a proposta previa o compromisso de incorporar todas as Instalações Desportivas para o desenvolvimento social e desportivo da cidade de Beijing, o que seria possível com a flexibilização das edificações, com a transformação de algumas instalações em escolas e centros sociais.



Figura n.º: 59 - Estádio Olímpico de Beijing: “Ninho do pássaro” Fonte: www.google.com

Quadro Resumo de Intervenções dos Jogos Olímpicos					
Critérios		1996 - Atlanta	2000 - Sydney	2004 - Atenas	2008 - Beijing
Apoio do Governo		Parcerias públicas/privadas.	Municipal; Estadual; Nacional;	Nacional.	N/D
Opinião Pública		- 1.700 Organizações (representando 700.000 pess.) integram o voluntariado.		80% da população apoiava a candidatura aos J.O. de 1996; A candidatura de 2004 foi entregue no último momento.	N/D
Infra-estrutura geral	Básica	Melhorias de infra-estrutura urbana;	Nova iluminação		N/D
	Urbanização	US\$ 75 milhões investidos pelo CODA: - Parques urbanos; - Vias pedonais; - Passarelas; - Arte pública; - Planos de revitalização de bairros centrais da cidade. "Centennial Olympic Park": - 8,5 hectares para manifestações culturais, de entretenimento e exposições.	Novos mobiliários urbanos: - Abrigos de autocarros; - WC públicos automatizados; - Bancas de flores e frutas; - Videofones e bancos; - Melhorias de parques públicos; - Plantio de árvores; - Ampliação e re-pavimentação de passeios.	Renovação do centro Histórico	
	Habitação	- 700 moradias estudantis no Centro universitário de Atlanta, através da formação de cooperativas para renovação.			
	Outras		- Instalação de novas câmaras de vigilância; - construção de dois novos centros de recreação	Preservação dos sítios arqueológicos (aquedutos de Adriano); Unificação de sítios arqueológicos.	
Infra-estrutura desportiva		Investimento de US\$ 500 milhões: - Estádio Olímpico; - Parque de "Stone Mountain Tennis Centre"; - Complexo "Wolf Creek".	39 Instalações de competição; 72 Instalações de treino; Parque Millennium Homebush Bay: - Sydney Superdone; - Archery park; - Estádio de Baseball; - New South Wales Tennis Centre; - State Hockey Center; - Estádio Olímpico; - State Sports center;	OAKA: - Estádio olímpico; Zona Olímpica da Costa de Faliro: - Centro Olímpico de Velas; - "Kayak Slalom".	N/D

Quadro Resumo de Intervenções dos Jogos Olímpicos				
Critérios	1996 - Atlanta	2000 - Sydney	2004 - Atenas	2008 - Beijing
		- State Aquatic Center.		
Vila Olímpica	- Instituto de Tecnologia da Georgia - Universidade estadual da Georgia: 1 Edifício de 8 andares; 1 Edifício de 15 andares.	94 hectares para 6.000 residências após os Jogos: - 850 Casas; - 350 Apartamentos.	5 Vilas para a comunicação social: - 8.755 Camas.	N/D
Impacto/Condicionantes Ambientais	N/D	- Despoluição dos arredores de "Homebush Bay"; - Protecção das zonas húmidas de Sydney; - Princípios do ESD. - Limpeza de 160 ha de vias navegáveis; - Remoção de 9.000 m3 de lixo; Parque Millennium 450 ha: 40 km de trilhas de pedestre Plantio de 100.000 arbustos e 7.000 árvores, Utilização de células fotovoltaicas na vila olímpica; - Água reciclada para descarga nos sanitários e jardim; - Luz e ventilação natural; - Materiais de construção reciclado.	- Realização de 10.000.000 m2 de reabilitação de "biotopo" em Schinias Olympic Rowing e no Centro de Canoagem, após pressões do WWF e entidades gregas de protecção ambiental; - Utilização da "Agenda 21" para a separação do lixo e educação ambiental.	N/D
Acomodações	- Estimativa de 52.000 quartos visitantes - Família Olímpica: - 14.000 Quartos reservados - 28.367 Quartos utilizados Colégios e universidades: - 93 Edifícios - 12.983 Camas - 7.186 Quartos			N/D
Transportes		Reconstrução do caminho-de-ferro; Reforma da estação ferroviária central;	Vias urbanas rápidas de ligação: 16.000 km, sendo 2.800 km para os Jogos; Expansão do metro;	N/D

Quadro Resumo de Intervenções dos Jogos Olímpicos				
Crítérios	1996 - Atlanta	2000 - Sydney	2004 - Atenas	2008 - Beijing
			Aeroporto de Eleftherion Venizelos (2001).	
Segurança	- 8.789 Voluntários; - 2.185 Seguranças públicos; - 3.525 Militares; - 2.500 Seguranças privados; - 275 Contratados do ACOG	35.000 Soldados reservistas (voluntários);	Olímpicos: 34.737 pessoas. - 19.722 Policiais; - 1.644 Guardas Marítimos; - 1.549 Bombeiros; - 10.550 Seguranças privados. Para olímpicos: 16.374 pessoas.	N/D
Experiências anteriores			Campeonato Europeu de Atletismo em 1982; Jogos do Mediterrâneo em 1991.	N/D
Financiamento	Iniciativa privada e parcerias públicas/privadas.	Subscrição do Governo de "New South Wales"	Subscrição do Governo Greco. Estimativa em 1996: - Recursos de US\$ 1.607 milhões; - Despesas de US\$ 1.570 milhões. Estimativa em 2002: - EU\$ 1.962 milhões.	N/D
Conceito Geral		"Homebush Bay" 4 zonas: - 1 Núcleo urbano (áreas desportivas, entretenimento, segurança e comércio); - Distrito Urbano de Newington (Vila Olímpica dos atletas e funcionários); - Parque Metropolitano "Millennium" (protecção ambiental e lazer); - Passeios ou parques beira-rio para acesso do público à orla. Promoção da interligação entre 2 zonas distintas da cidade de Sydney.	Inicialmente: - 2 Zonas desportivas: OAKA e Faliro; - Anel Viário Olímpico; Devido a Legislação Urbana: - Redução de Instalações em Faliro; - Alterações de localização de Instalações Desportivas, - 3ª zona: antigo aeroporto de Helliniko.	N/D

Quadro n.º: 26 Resumo das Intervenções dos Jogos Olímpicos. Fonte: Relatórios Oficiais dos COJOS.

Apresentamos a seguir alguns gráficos para ilustrar o crescimento dos Jogos Olímpicos neste período compreendido entre 1960 e 2008.

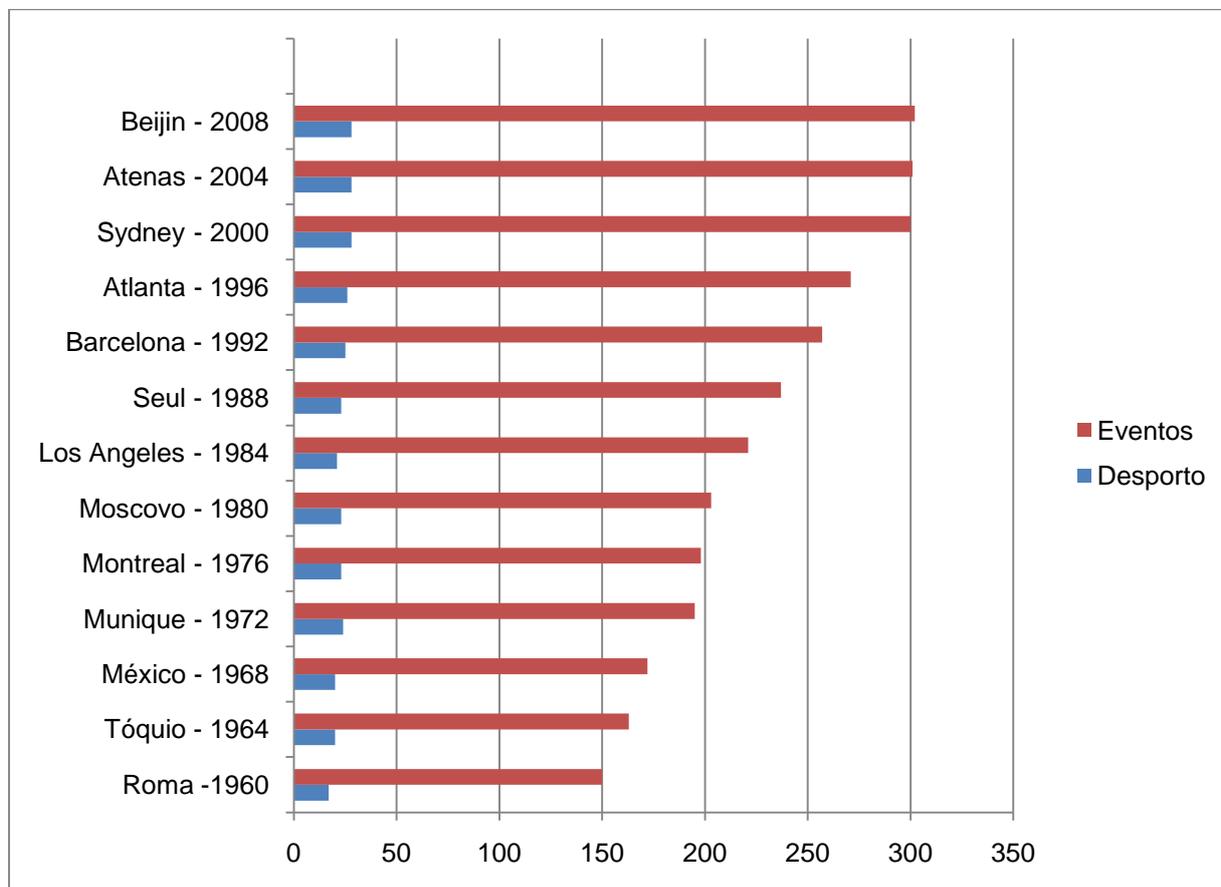


Gráfico nº: 2 – Evolução do Nº de Desportos e Eventos desportivos.

- Quanto ao crescimento de eventos desportivos e número de desportos (gráfico nº 2), nas últimas três edições o IOC tem controlado este crescimento, como uma medida para conter a grandiosidade do evento, que se reflete em altos custos. Segundo o IOC, isso poderia inibir às candidaturas futuras.

- Quanto à participação de países (gráfico nº 3), verificamos o crescimento a cada edição dos Jogos Olímpicos, que só foi interrompido pelos boicotes políticos realizados em 1976, 1980, 1984 e 1988.

- Quanto ao número de visitantes nas cidades sede, verificamos que os dados disponibilizados no www.olympic-museum.de, quando confrontados com os dados dos relatórios oficiais dizem respeito ao número de bilhetes vendidos, ou seja referem-se aos espectadores dos Jogos e não ao número de pessoas que visitaram a cidade. Alguns relatórios oficiais apresentam dados da população local e estimam o número de visitantes

para dimensionar a necessidade de acomodações, mas não nos permite estabelecer a comparação de visitantes e população local.

Então, para realizar a comparação entre os espectadores dos Jogos Olímpicos e as populações das cidades sede, recorreremos a pesquisa realizada por Millet (1997). Mas, novamente verificamos conflitos entre os valores apresentados nos relatórios oficiais e os dados da pesquisa.

Assim, conscientes da não confiabilidade dos dados da população das cidades sedes, apresentamos o gráfico nº 4, apenas para ilustrar o interesse crescente dos espectadores em relação aos Jogos Olímpicos.

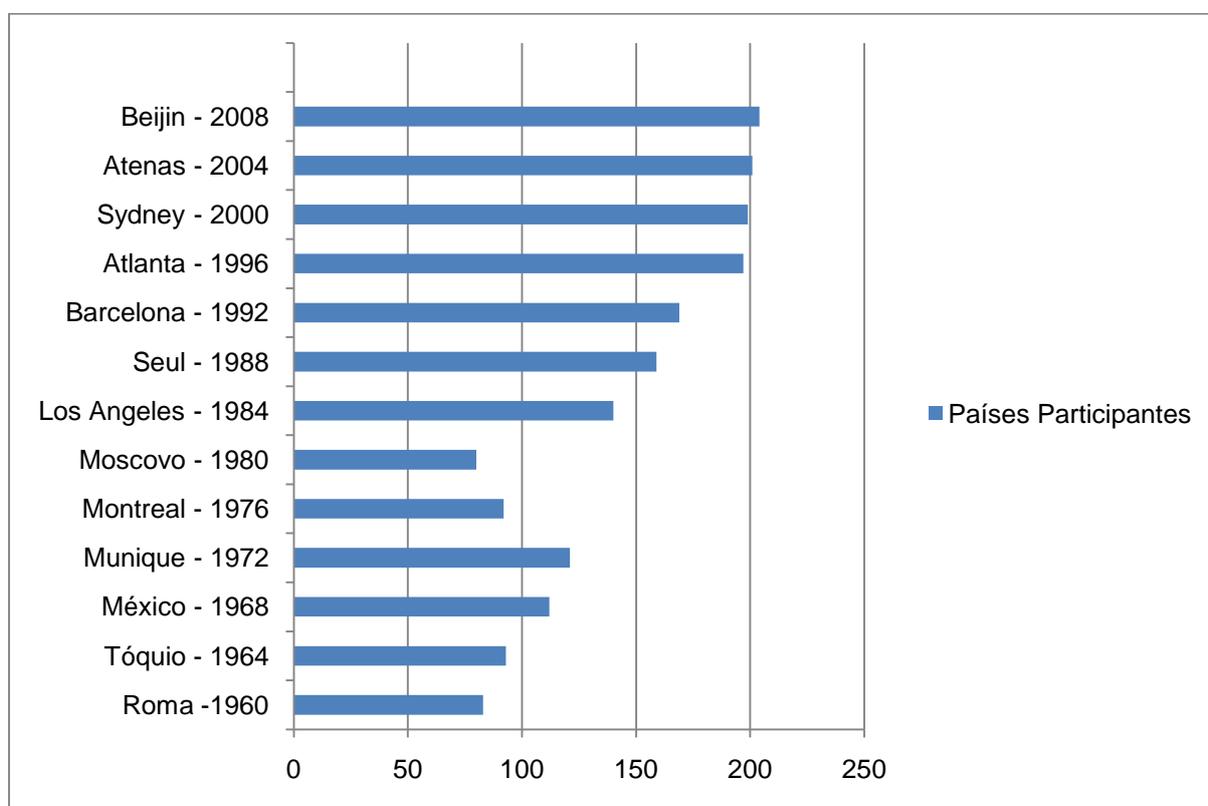


Gráfico nº: 3 – Evolução do nº de Países Participantes.

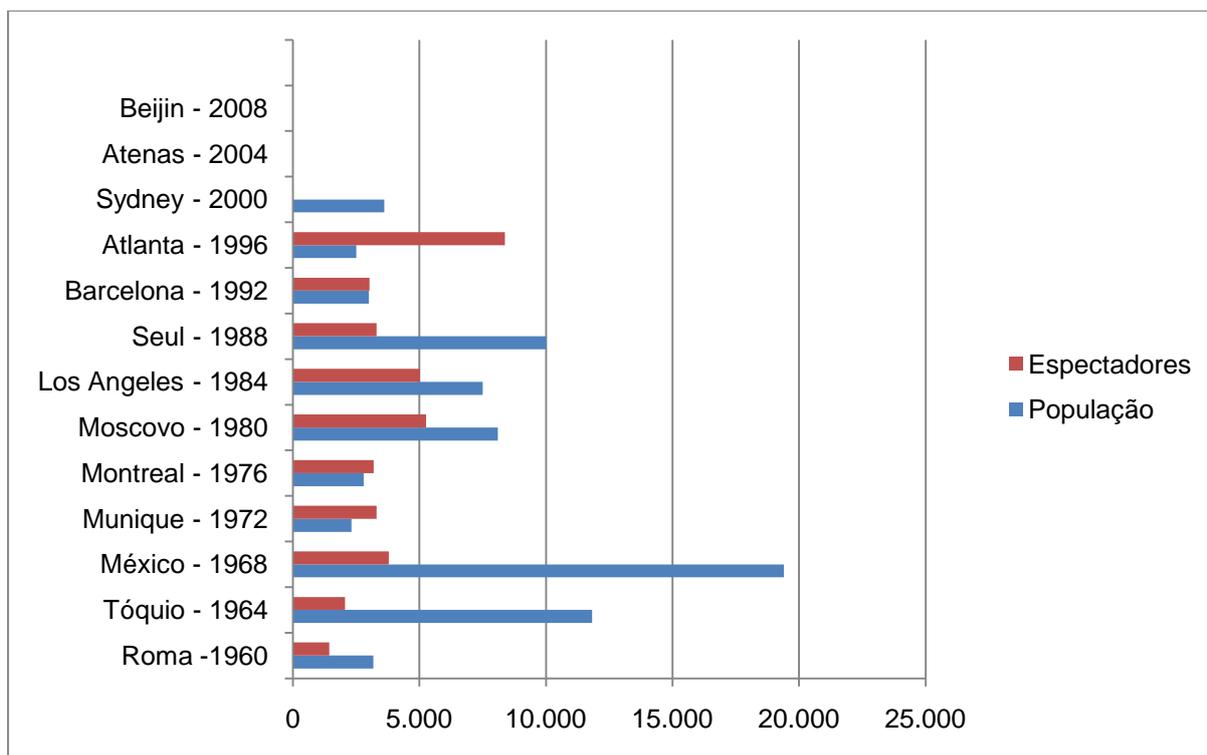


Gráfico nº: 4 – Relação entre Espectadores e a População Residente (milhões).

Durante a realização da colecta de dados verificamos as mais diversas conflitualidades entre os agentes desportivos e não desportivos.

Assim, tentaremos relacionar estas conflitualidades dos agentes e suas acções que interferiram directamente com o planeamento e a execução dos Jogos Olímpicos, quanto à implantação das Instalações Desportivas nas cidades sedes (quadro nº 27).

Agentes	Interesses	Conflitos	Acção				Oficial relatório	P á g.	Texto Transcrito
			Candidatura	Organização	Jogos	Pós			
Desportivos									
Atletas /praticantes	Desempenho físico	Expressão na Política do País.	Preparação	Preparação	Competição		Barcelona		Atletas americanos (negros) que se manifestaram nos J.O. do México. Fugas de Regimes Políticos.
Dirigentes	Promoção Institucional	Comerciais							
Espectadores	Paixão pelo desporto	Custos Financeiros							
IOC	Manutenção do Movimento Olímpico	Políticos; Financeiros; Logística.	Avaliar	Controlar	Promoção	Avaliar			
CON	Promoção Institucional		Planear	Coordenar	Coordenar	Avaliar			
OCOG	Promoção dos Jogos Olímpicos	Políticos; Financeiros; Logística; Legislações Urbanas; Elaboração do Banco de dados dos J.O.	Planear	Organizar	Gerir	Relatar Divulgar			
Juízes oficiais	Desempenho Técnico								
Não Desportivos									
Arquitectos	Prestígio; Práticas coerentes; Valorização da cultura local.	Conceito Formal; Custos financeiros, Adequação de Projectos; Prazos de execução.	Planear Projectar				México Montreal Sydney Atenas		
Construtores	Negócios; Lucratividade.	- Custos financeiros; - Sindicatos; - Greves Sindicais;					Montreal Barcelona		

Agentes	Interesses	Conflitos	Acção				Oficial relatório	Pág.	Texto Transcrito
			Candidatura	Organização	Jogos	Pós			
		- Prazos.							
População	- Expectativa de benefícios para a comunidade local; - Legados.	- Custo social; - Ónus financeiro; - Impostos	Apoio	Treinar para o voluntariado	Participar pelo voluntariado;		México Montreal	- Protestos Violentos. - Impostos para pagar os prejuízos dos jogos	
População "expulsa"	- Inclusão ou valorização social; - Acessibilidade ao desporto;	- Processos de "Gentrificação"					Seul Barcelona	- Remoção de favelas. - "Gentrificação" na requalificação da cidade	
Turistas	Diversão e lazer				Visitar	Visitar	México Seul Barcelona Atlanta		
Empresários Hoteleiros	Aumento de lucros			Ampliar; Construir.	Hospedar	Hospedar			
Governo Nacional	Promoção Política Impostos	- Economicos, - Políticos, - Sociais,							
Governo Local	- Promoção da imagem - Novas instalações - Novos negócios - Mais Impostos	- Economicos, - Segurança;					Atenas	Implantação das instalações Desportivas atendendo à Legislação Urbana.	
Proprietários do terreno	Valorização do imóvel						Roma		
Patrocinadores	- Lucros								
Equip. Desportivos									
Jornalistas	- Informação								

Quadro n.º: 27 – Quadro de Conflitualidades.

6 Considerações Finais.

Ao longo do nosso trabalho, foi realizado um grande esforço no sentido de analisar as intervenções urbanas realizadas nas cidades sede dos Jogos Olímpicos de Verão, a partir de 1960. Deste estudo ficam registadas as nossas considerações, sustentadas pelos quadros nºs 24, 25 e 26:

A primeira dificuldade, teve lugar durante a revisão da literatura sobre o tema, quando verificámos que os estudos sobre os impactos das instalações desportivas na cidade tratavam especificamente dos impactos e legados dos Jogos Olímpicos e os mesmos, não utilizavam critérios relativos à teoria urbana. Consideramos importante fazer a análise a estes impactos à luz do urbanismo, pois este é o instrumento de construção da cidade. Assim, foi necessário construir um modelo próprio, que avalie a evolução das intervenções urbanas das cidades sede dos Jogos Olímpicos, de modo a relacioná-las com às práticas do urbanismo e do planeamento urbano.

A segunda dificuldade, residiu no tratamento dos dados contidos nos Relatórios Oficiais dos Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos (OCOG's). Os mesmos, não possuem qualquer padrão de elaboração. Esta ausência dificultou o processo de comparação entre as intervenções realizadas nas cidades sede nas diferentes edições dos Jogos. As informações sobre as intervenções urbanas e instalações desportivas são incompletas e por vezes, entram em conflito com outros documentos oficiais do IOC e/ou informações contidas nos sítios oficiais na internet. Observámos que os Relatórios Oficiais sugerem objectivos políticos e económicos dos países anfitriões, principalmente no que diz respeito à inserção do mesmo no cenário mundial, com um relato atractivo da cultura do país e as oportunidades de negócios existentes.

Estas dificuldades refletir-se-iam na limitação do nosso estudo, pois as informações contidas nos Relatórios Oficiais dos OCOG's foram insuficientes para responder a todas as questões elaboradas, impossibilitando assim, atender plenamente aos nossos objectivos.

O período compreendido entre 1960 e 2008, por nós delimitado, corresponde à realização de 13 edições dos Jogos Olímpicos de Verão, das quais acedemos a 12 Relatórios Oficiais das cidades sede correspondentes. Esta opção foi justificada pela obtenção de tipologias urbanas diferenciadas, que permitiram uma análise mais completa.

O fenómeno desportivo é detentor de qualidades que devem estar ao serviço do homem. A construção de instalações desportivas devem atender às necessidades das

populações a quem se destinam, como modelos que propiciem a urbanização de ambientes degradados de forma a requalificar o ambiente urbano, permitindo assim o desenvolvimento desportivo, humano e local. Os Jogos Olímpicos, demonstram esta capacidade, na medida em que são utilizados pelo planeamento urbano como um factor catalisador de recursos financeiros na antecipação de Planos de Desenvolvimento Urbano (PDU).

O crescimento dos Jogos Olímpicos acarretou o aumento dos custos financeiros da organização a números astronómicos, o que manifestou o receio por parte do IOC quanto ao interesse das cidades se candidatarem à realização dos mesmos. O IOC limitou o número de desportos e eventos desportivos, como medida de coibir o crescimento dos Jogos Olímpicos e conseqüentemente os seus custos financeiros, esta decisão recebeu o apoio da 115ª Sessão da Comissão de Estudos dos Jogos Olímpicos, cuja decisão ficou registada em seu relatório oficial.

Segundo, o nosso ponto de vista, esta decisão é contrária ao desenvolvimento desportivo. Ela é baseada no pressuposto que o aumento de eventos desportivos exigem maior número de instalações desportivas e conseqüentemente um aumento dos custos financeiros da organização dos Jogos.

Acreditamos ser necessário rever os estudos dos impactos económicos, de modo a permitir a maximização do uso das instalações desportivas, sem prejudicar a introdução de novas modalidades desportivas.

Os custos financeiros estão sujeitos às crises económicas mundiais, que podem infligir défices financeiros inesperados, o que exige um rígido controlo das receitas e despesas, pois caso contrário o ónus para a cidade sede e sua população será devastador, como aconteceu com os Jogos Olímpicos de Montreal em 1976 . Assim, a tendência é que os mesmos sejam suportados pelas grandes cidades, que dispõem de maiores recursos financeiros do Estado e do empresariado local, restringindo a candidatura das cidades com baixos orçamentos.

As Instalações Desportivas construídas para o “*espectáculo*” desportivo são detentoras de símbolos, que despertam na população residente sentimentos de maior valia e auto-estima. Elas devem ser construídas de forma a garantir a sua sustentabilidade económica e funcional.

A construção dos equipamentos dos Jogos Olímpicos podem seguir duas vertentes: a primeira é responder às necessidades do presente e seguir os padrões da moda a outra é se projectarem nas necessidade do futuro ou na sua respectiva antecipação.

Efetivamente, quando construímos para o “*futuro*”, justificamos os custos financeiros, diluídos ao longo do tempo em benefício das novas gerações . Os Jogos Olímpicos permitem a prática desta premissa, maior exemplo desta afirmação é o “*Olympiapark*” da cidade de Munique, construído para os Jogos Olímpicos de 1972, mantém-se actual e contribui para aumentar a atractividade do turismo local. Além de ser um pólo de lazer para residentes e visitantes.

O “*Parque Olímpico*” durante a realização dos Jogos é uma zona exclusiva da cidade. Onde, concentram-se as principais instalações desportivas de competição e as acomodações dos atletas, para facilitar a logística do transporte. Esta concentração exige grandes áreas territoriais para a sua implantação, que nem sempre estão disponíveis nos centros urbanos, permitindo que o planeamento urbano busque novas soluções.

A contribuição das instalações desportivas para a cidade está na ocupação de amplas áreas degradadas, através de programas de requalificação ou reabilitação, modificando o uso nocivo das mesmas. Bem, como a ocupação de áreas periféricas, estimulando a expansão da cidade, com o surgimento de novos locais e funções.

Mas, a concentração de instalações desportivas pode tornar-se um problema posteriormente para a cidade. O IOC considera esta questão crítica e tem promovido a discussão sobre os “*legados*” decorrentes dos Jogos Olímpicos, adotando recentemente na Carta Olímpica o comprometimento com a produção de legados para a cidade sede.

O paradoxo desta situação está na acessibilidade da população menos favorecida, que normalmente é vítima do processo de gentrificação. Afastam-se cada vez mais das áreas urbanizadas, que detêm uma “*valorização*”, não somente de valor monetário, mas pela qualidade de urbanização e equipamentos sociais que refletem o “*marketing arquitectónico*” da cidade.

O compromisso dos agentes intervenientes do desporto e da cidade com o desenvolvimento sustentável, foram estabelecidos pelas Agenda 21 do Movimento Olímpico e a Agenda 21 Local respectivamente, mas a ocorrência de intervenções das entidades não governamentais de defesa do meio ambiente para o cumprimento destes compromissos nas intervenções urbanas realizadas nas cidades sede, demonstram as conflitualidades dos poderes económicos e políticos com tais compromissos.

7 Conclusões quanto às “Hipóteses” formuladas:

A hipótese (Zero) é negada: podemos assim afirmar que os Jogos Olímpicos como expressão máxima desportiva e global da humanidade, permitem o desenvolvimento da cidade, região ou país e que através dos seus legados vão requalificar as respectivas zonas urbanas degradadas, expressando a conflitualidade inerente pelas acções dos seus agentes na busca dos respectivos interesses.

A análise por nós efectuada nas 12 cidades-sede, das quais 7 realizaram programas de requalificação ou reabilitação urbana e 2 realizaram programas de expansão urbana, permitiu-nos demonstrar :

1. O desporto possibilita o desenvolvimento da cidade por meio das implantações de instalações desportivas integradas num Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU);
2. Mas, quando elas são construídas desligadas do interesse colectivo, provocam mais ónus do que benefício à cidade e à sua população, tendo como exemplo concreto a má experiência da cidade de Montreal na realização dos Jogos Olímpicos;
3. A “valorização” que as instalações desportivas permitem em termo de valor acrescentado traduzem-se em vários níveis. Para, além de acrescentar valor económico ao espaço urbano, estimulam a implantação de outras infra-estruturas ou alteram funções urbanas. De modo a dinamizar as relações sociais e económicas, com a participação da população residente.

A hipótese (1) é confirmada: a cidade utiliza os grandes eventos desportivos como estratégia de requalificação urbana, devido à sua dinâmica de catalisar recursos financeiros do sector público e privado, com o fim de aplicá-los nas infra-estruturas urbanas, alterando a sua imagem.

Os recursos financeiros para a realização de infra-estruturas urbanas tornam-se escassos, assim como modo de garantir a implementação de grandes projectos urbanos, para tornar-se uma “cidade global”, as cidades candidatam-se à realização Jogos Olímpicos, como estratégia de catalisar recursos públicos e privados.

Os diversos sectores da economia, que são envolvidos na organização dos Jogos Olímpicos, aceleram os investimentos do sector público e privado para o cumprimento dos prazos estipulados pelo IOC, sob pena de cancelamento de contrato. Pois, se faz necessário a implantação de infra-estruturas básicas, para que a cidade possa receber os seus visitantes, garantido o desenvolvimento do turismo local.

Estudos demonstram os efeitos positivos e negativos para a cidade sede, decorrentes da realização dos mega-eventos desportivos; que promovem o desenvolvimento, quando são capazes de planejar com eficácia os investimentos nas infra-estruturas desportivas e urbanas.

A hipótese (2) não pode ser testada: dado que a medição da requalificação urbana é avaliada pelas alterações das funções e/ou dos “legados” transmitidos à população, que incorrem na valorização do ambiente com a implantação de infra-estruturas ou alterações das funções urbanas locais, como forma de dinamizar as relações sociais. Esta medição pode ser efectuada pela apropriação pós-ocupacional do ambiente requalificado, o que exige um tempo de análise superior a 5 anos, devido à dinâmica urbana. O próprio IOC iniciou a sua pesquisa sobre legados dos Jogos Olímpicos em 2001 utilizando o OGGI, referido anteriormente, cuja a apresentação dos resultados irão somente ocorrer no ano de 2013 ou 2014. Desde modo, justificamos a nossa dificuldade em testar esta hipótese devido impossibilidade de aplicar um método de avaliação nas cidades sedes analisadas.

A hipótese (3) não pode ser testada: a concentração de equipamentos desportivos em grandes espaços e a sua não flexibilização, não permite a utilização dos mesmos, pela população desfavorecida.

A concentração de equipamentos desportivos em grandes áreas, corresponde ao conceito do “Parque Olímpico”, utilizado como uma estratégia de redução de distâncias para otimizar a mobilidade dos atletas envolvidos com o espectáculo Olímpico.

O estudo realizado por Liao e Pitts (2006), estabelece seis modelos de distribuição das Instalações Olímpicas, confirmados pelo nosso estudo, dentre eles o modelo da “concentração” é o mais aceite pelo IOC. O mesmo, dentro dos critérios técnicos, sugere que o raio de abrangência contribua com a logística do evento e não seja superior a 50 km.

A hipótese (4) é confirmada: dado que o urbanismo ou planeamento urbano não diferencia o desporto de competição e o de recreação, quanto às respectivas características, incluindo-os apenas na mesma tipologia de uso e espaço público, o que pode inviabilizar a utilização dos territórios para determinadas vocações.

As instalações desportivas se utilizam de grandes áreas territoriais, as quais nem sempre estão disponíveis nos centros urbanos, e irá disputar o território com outros interesses, principalmente do sector imobiliário.

A hipótese (5) não pode ser testada: a standardização do Parque Olímpico traduzido na implantação das instalações desportivas para os Jogos Olímpicos, não oferece flexibilidade e diversidade para o seu uso “*a posteriori*” pela população.

Os Relatórios Oficiais elaborados pelos OCOG's não apresentam dados suficientes, quanto a utilização e a alteração das funções do “Parque Olímpico” após os Jogos Olímpicos. Apenas a cidade de Montreal refere-se à utilização do velódromo e do Estádio Olímpico para a realização de eventos musicais, como modo de diversificar o seu uso para a população. Quanto à capacidade de acolhimento de espectadores, todos se referem à redução da capacidade após a realização dos Jogos.

A acessibilidade às Instalações Desportivas traduzem o acréscimo de qualidade de vida da população, que anda de braços dados com o desporto.

Concluimos que as instalações desportivas, mesmo sem o objectivo de atender os mega-eventos, quando integram o planeamento urbano da cidade de forma equilibrada, transformam-se num factor de desenvolvimento desportivo, urbano e humano, promovendo a requalificação de zonas degradadas o que irá permitir a valorização da cidade.

8 Recomendações do Estudo.

A primeira recomendação que estabelecemos é a necessidade de continuar este estudo para alcançar um modelo estandardizado de informações, que permita construir um banco de dados, gerando indicadores com clareza, coerência, pertinência e confiabilidade; o que permitirá a correcta avaliação dos legados desportivos e não desportivos decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos.

Quanto à elaboração do Relatório Oficial produzido ao final dos Jogos pelo OCOG (Comité Organizador dos Jogos Olímpicos), recomendamos que o mesmo deva ser o mais completo quanto às informações técnicas de organização, pois é um documento que subsidia diversas instituições, e não somente as cidades interessadas a candidatarem-se à realização dos Jogos Olímpicos.

Os critérios técnicos que deveriam constar estandardizadamente nos Relatórios Oficiais do OCOG (Comité Organizador dos Jogos Olímpicos) de forma a garantir quantificadamente as seguintes informações, são no nosso entender os seguintes:

Critérios	Sub-critérios	Informações	Unidade/ Indicador	Observações
Intervenções do Governo Nacional, Regional e Municipal	Aspectos Financeiros	Projectos urbanos directamente financiados pelo governo.	Montante (US\$)	Aplicação por projecto.
		Projectos Desportivos directamente financiados pelo governo.	Montante (US\$)	
	Aspectos Legais - produção específica que visa:	Cooperação entre as entidades	Nº de Diplomas instituídos.	Parcerias público/privada
		Competência dos envolvidos	Nº de Diplomas instituídos.	Parcerias público/privada
		Alterações Urbanas	Nº de alterações instituídas.	Usos e zoneamentos
		Implementação Desportiva	Nº de organismos instituídos.	Organização Institucional
		Instituição de Impostos	Nº de Impostos; Taxa Percentual; Tempo de Duração.	Para financiar os J.O.
Regulação das intervenções dos agentes desportivos e não-desportivos.	Nº de Diplomas instituídos.	Controlo de conflitos		

População	Pesquisa à população	Anterior aos J.O.	Amostra percentual da população (%)	- Aprovação e Percepção dos benefícios directos e indirectos.
		Durante os J.O.		
		Após os J.O.		
	Participação	projectos	percentual da população (%)	- participação através de instituições
		voluntariado	percentual da população (%)	- treino e participação durante o evento
Crescimento populacional	População actual	(unidades)		
	Projecção	(unidades)		
Infra-estrutura geral	Energia	Aumento de capacidade	(Kw)	- Provisórios; - Locais de competição; - Locais de treino; - Locais de actividade cultural; - Locais próximos; - Locais de percursos; - Locais de interesse turístico.
		Expansão da rede	(m ou km)	
		Instalação	(m ou km)	
	Iluminação Pública	Tipologia	modelo	
		Substituição	(unidades ou km)	
		Ampliação	(unidades ou km)	
		Instalação	(unidades ou km)	
	Abastecimento água	Aumento de capacidade	(litros)	
		Ampliação	(m ou km)	
		Instalação	(m ou km)	
	Tratamento esgoto	Instalação	(m ou km)	
		ampliação	(m ou km)	
		Estações de tratamento	unidade	
	Jardins	Execução	(m2)	
		Renovação	(m2)	
		Ampliação	(m2)	
	Pavimentação	Execução	(m2)	
		Renovação	(m2)	
		Ampliação	(m2)	
	Estacionamento	Execução	(m2)	
		Ampliação	(m2)	
	Limpeza urbana	Ampliação Colecta	(toneladas)	
	Mobiliário Urbano	Renovação	(unidades)	
Implantação		(unidades)		
Infra-estrutura Desportiva	Instalações de Competição	Existentes	(m2)	- Área construída; - Área de implantação; - Área de influência (raio em km); - Capacidade de uso (nº pessoas); - Área acrescida; - Capacidade ampliada (nº pessoas); - Classificação da instituição
		Ampliação	(m2)	
		Renovação	(m2)	
		Construção	(m2)	
		Temporários	(m2)	
	Instalações de treino	Existentes	(m2)	
		Ampliação	(m2)	
		Renovação	(m2)	
		Construção	(m2)	
		Temporários	(m2)	

	Instalações destinadas à população	Existentes	(m2)	(públicas e privadas); - Homologação pela F.I. (apta ou não)
		Ampliação	(m2)	
		Renovação	(m2)	
		Construção	(m2)	
Vila Olímpica	Localização	Distâncias	(km)	- Propriedade do terreno; - Valor do terreno; - Valores por unidade e resumo total; - Custos de execução; - Custos de manutenção;
	Quantidades		(unidades)	
	Edifícios	Andares	(unidades)	
		Apartamentos	(unidades e m2)	
		Quartos	(unidades e m2)	
		Casas de banho	(unidades e m2)	
		Camas/apartamento	(unidades)	
	Área construída		(m2)	
	Área de implantação		(m2)	
	Área de jardim		(m2)	
	Área pavimentada		(m2)	
Utilização após os J. O.	Apartamentos	(unidades e m2)	- Adaptações;	
	Quartos	(unidades e m2)	- Destinos (venda).	
Impacto e condições ambientais	Áreas de intervenção	Rios ou cursos d'água	(km)	- Medições antes e após às intervenções; - Identificação; - Classificação.
		Matas	(hectares)	
		Aterros sanitários	(hectares)	
		Áreas degradadas	(hectares)	
	Nível de poluição	Ar		
		Solo		
		Água		
Nível de vegetação urbana	Tipologia	especies		
	Áreas	(hectares)		
Acomodações	Existentes na cidade	Hotéis	(unidades)	- Classificação por "estrelas"; - Tipo de acomodação; - Nº de camas. - Classificação; - Tipo; - Nº de camas; - Área construída (m2). - nº de quartos; - nº de camas.
		Quartos	(unidades)	
		Casas de banho	(unidades)	
	Existentes nos arredores	Hotéis	(unidades)	
		Quartos	(unidades)	
		Casas de banho	(unidades)	
	Estimativa de necessidade	Nº de camas	(unidades)	
	Ampliação na cidade	Hotéis	(unidades)	
		Quartos	(unidades)	
		Casas de banho	(unidades)	
	Ampliação nos arredores	Hotéis	(unidades)	
		Quartos	(unidades)	
		Casas de banho	(unidades)	
	Utilização efectiva	Durante os J.O.	(unidades)	
Ano seguinte		(unidades)		

Transportes	Aeroporto existente	Capacidade de passageiros	Pessoas/dia Pessoas/mes	
		Capacidade de vôos	Vôos/dia vôos/mês	
		Área construída	(m2)	
	Aeroporto Ampliação	Capacidade de passageiros	Pessoas/dia Pessoas/mes	
		Capacidade de vôos	Vôos/dia vôos/mês	
		Área construída	(m2)	
	Metro existente	Linhas	(unidades)	
		Extensão	(km)	
		Estações	(unidades)	
	Metro ampliação	Linhas	(unidades)	
		Extensão	(km)	
		Estações	(unidades)	
	Intervenções vias urbanas	Extensão	(km)	
		Pistas – largura	(m)	
	Rodovias ampliação	Extensão	(km)	
		Pistas – largura	(m)	
Portos	Marina de passageiros		Existente (m2)	
Ferrovias ampliação	Extensão	(km)	Ampliação (m2)	
	Estações	(unidades)	Reabilitação (m2)	
Financiamento	Estado		Montante (US\$)	Separar por: - Instalações permanentes; - Instalações provisórias; - Intervenção Urbanas para o evento; - Intervenções urbanas de desenvolvimento.
	Licenças e Patrocinios		Montante (US\$)	
	Transmissão de TV		Montante (US\$)	
	Próprias	Bilhetes, acomodações, material publicitário.	Montante (US\$)	
Conceito geral	Instalações desportivas de competição e treino.	Simbologias adoptadas	descritivo	- Alterações urbanas permanentes e provisórias; - Continuidade dos projectos.
	Mobilidade e acessibilidade.	Transportes, vias de acesso	descritivo	
	Vila Olímpica		descritivo	
	Projecto cultural		descritivo	
	Projecto ambiental		descritivo	
	Projecto social		descritivo	

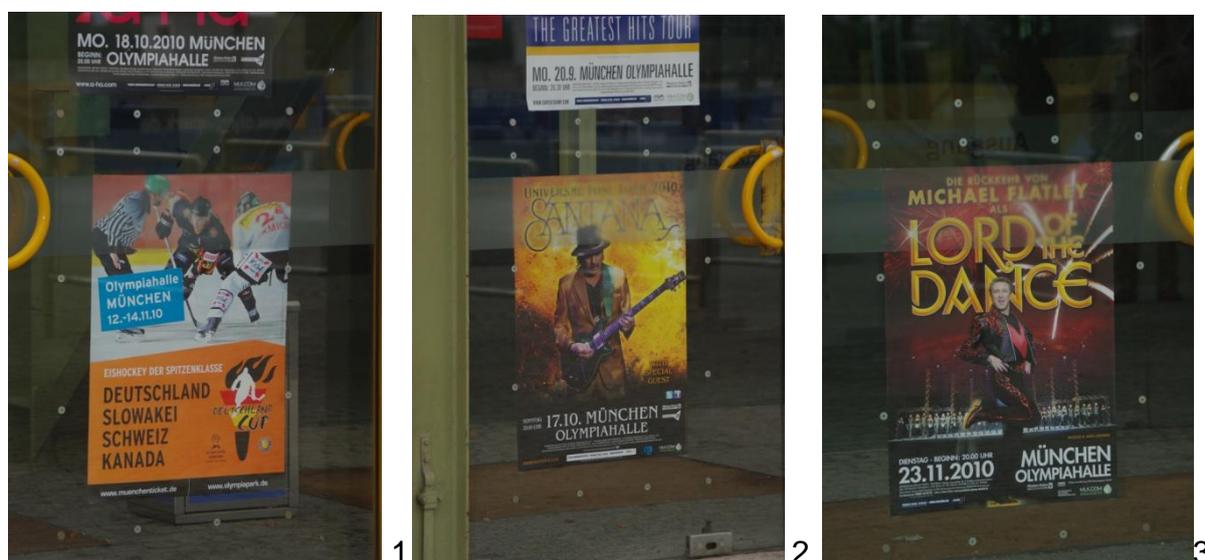
As cidades possuem cada vez menos áreas disponíveis nos seus centros urbanos, assim quando a concentração de instalações desportivas é adoptada como conceito para a formação do Parque Olímpico, são implantados em zonas de expansão, que deverão contar com transportes públicos eficientes que permitam a acessibilidade da população.

O Parque Olímpico, não pode ser restritivo e deve permitir que outras actividades de lazer além das desportivas, sejam realizadas no local de modo a introduzir uma dinâmica e uma diversidade de usos, sempre com o objectivo de alcançar a maioria da população.

É sabido que as instalações desportivas de maior impacto e custos financeiros são:

- Estádio Olímpico (+/- 70.000 pessoas);
- Complexo de Piscinas Olímpicas (+/- 15.000 pessoas);
- Ginásio Coberto Olímpico (+/- 20.000 pessoas);
- Velódromo (+/- 10.000 pessoas).

As mesmas deverão permitir a flexibilidade de usos, para ser sustentável financeiramente, de modo a não sobrecarregar as finanças públicas com o custo de manutenção, a exemplo do “*Olympiahalle*” de Munique, onde são realizados eventos desportivos, musicais e de dança (fotos 1, 2 e 3), durante todo o ano.



O IOC é detentor absoluto das definições estruturais relacionadas com a realização dos Jogos Olímpicos e estabelece para cidade sede os parâmetros de exigências para a garantia do padrão básico de qualidade do evento. Sabendo da importância dos impactos do evento, o IOC assumiu o compromisso com os legados para a cidade anfitriã, sua

postura em relação ao meio ambiente é definida pela Agenda 21 do Movimento Olímpico, onde estão estabelecidos os procedimentos, as sugestões, os estudos exigidos e os acompanhamentos posteriores.

Apesar deste documento *“encorajar o desenvolvimento prioritário de infra-estruturas desportivas e equipamentos em regiões marginalizadas, de modo a não esquecer os membros pobres da sociedade”*, sua postura perante os problemas sociais é orientadora e indicativa, sendo a única exigência é que a Vila Olímpica esteja em conformidade com o plano de desenvolvimento local. Julgamos, que a sobreposição dos Programas de Desenvolvimento Urbano e o Programa Olímpico devem conter o maior número de intervenções coincidentes para garantir o maior número de benefícios à população.

A nossa principal conclusão é que as instalações desportivas, mesmo sem o objectivo de atender os mega-eventos, quando integram o planeamento urbano da cidade de forma equilibrada, transformam-se num factor de desenvolvimento desportivo, urbano e humano, promovendo a requalificação de zonas degradadas o que irá permitir a valorização da cidade.

Referências Bibliográficas:

Livros e Publicações Diversas:

Almeida, Pedro (1987) Aspectos Sociológicos em Urbanística Desportiva. Lisboa: MEC - Ministério da Educação e Cultura - Direcção Geral do Desporto.

Amadei, Vicente de Abreu (2006) Urbanismo Realista – A lei e a cidade, princípios de direito urbanísticos, instrumentos da política urbana e questões controvertidas. Campinas: Editora Millennium.

Bale, Jonh (2003). Sports Geography (Second edition) London: Routledge.

Bale, Jonh (1993). Sports, space and the city. Cadwell: The Blackburn Press.

Benevolo, Leonardo (2005) História da Cidade. (Trad. Silvia Mazza). São Paulo: Perspectiva (Original: *Storia della Città* publicado em).

Bento, Jorge Olímpio (1991) Desporto, Saúde, Vida - Em Defesa do Desporto. Lisboa: Livros Horizonte.

Bento, Jorge Olímpio (1997) Desporto, cidade, natureza. Introdução ao tema. In L. P. Da Costa (org.) Meio ambiente e desporto. Uma perspectiva internacional. (pp) Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Bidou-Zachariasen (2006) De Volta à Cidade – Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. (Trad. Helena Menna Barreto Silva) São Paulo: Annablume. (Original: *Retours en ville: dès processus de “gentrification” urbaine aux politiques de “revitalisation” dès centres* publicado em 2003).

Bittencourt, António C. (1999) Cidades Candidatas versus Cidades Olímpicas: o processo de eleição, o sucesso, o fracasso, a modelagem e os conceitos de real valor. In.: O. Tavares & L. P. DaCosta (orgs) Estudos Olímpicos.(pp. 300-303) Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.

Borja, Jordi e Castells, Manuel (2004) Local y Global – La Gestion de las Ciudades en la era de la Información. 7ª Edição. Madrid: Taurus.

Caillat, Michel (1996) Sport et Civilisation – Histoire et critique d’un phenomema social de masse. Paris: L’Harmattan.

Candela, Celestino (1994) Soporte Normativo del Planeamiento Urbanístico en España. In Gonzalez, Luis Moya (editor) La Practica del Planiamiento Urbanístico. Madrid: Editora Sintesis.

Carta de Atenas. Tradução livre. Brasília: IPHAN.

Castelnou, Antonio (2007) A Teoria do Urbanismo. Curitiba: Universidade Federal do Paraná

Choay, Françoise (2007) O Urbanismo - Utopias e realidades, uma antologia. (Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. 6ª Edição. São Paulo: Perspectiva (Original: *L'Urbanisme: Utopies et Réalités, une antologie* publicado em 1965).

Colli, Eduardo (2004) Universo Olímpico – Uma Enciclopédia das Olimpíadas. São Paulo: CODEX.

Constantino, J. M. e Feio, J.M.N. O papel do Município de Oeiras no Desenvolvimento Desportivo Local. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Constantino, J. M. (1990) Políticas de Desenvolvimento Desportivo nas Autarquias. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Constantino, J. M. (1994) Desporto e Municípios. Cultura Física. Lisboa: Livros Horizonte.

Coote, James (1975) O Livro das Olimpíadas – História das Olimpíadas através dos Tempos. (Trad. J.C.S.) Cacém: Gris Impressores (Original: *History of the Olympics* publicado em 1972).

Cortés, José Miguel G. (2008) Políticas do Espaço – Arquitetura, Gênero e controle Social. (Trad. Silvana Cobucci Leite). São Paulo: SENAC (Original: *Políticas del Espacio: arquitectura, género y control social*).

Cullen, Gordon (2009) Paisagem Urbana. (Trad. Isabel Correia e Carlos de Macedo). Lisboa: Edições 70. (Original: *Concise Townscape* publicado em 1971).

Cullingworth, J. B. e Nadin, Vicent (2002) Town and Country in the UK. London: Routledge.

Cunha, Luís Miguel (2003) O Espaço, o Desporto e o Desenvolvimento. (2ª edição) Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana.

Cunha, Luís Miguel (2007) Os Espaços do Desporto uma Gestão para o Desenvolvimento Humano. Coimbra: Almedina.

Da Costa, Larmatine (2008) Legados de Megaeventos Esportivos – Legacies of Sports Mega-Events. (1ª Edição) Brasília: Ministério do Esporte.

Da Costa, L. (editor) (1969) XIX Olimpíada México 1968. Aspectos Técnicos Evolutivos. Rio de Janeiro: MEC.

Del Rio, Vicente (1990) Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: PINI.

Eco, Umberto (2008) Como se Faz uma Tese. (Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza) 21ª Edição. São Paulo: Perspectiva. (Original: *Come si fa una tesi di laurea* publicado em 1977).

Fallu, Élie; Guimond, Lucien; Gazaille e Cloutier-Trochu, Lise (1976) Les Jeux Olympiques dans L'Antiquité. Montréal: Éditions Paulines & Apostolat dês Éditions.

Ferreira, Paulo Emílio Buarque () Apropriação do Espaço Urbano e as políticas de Intervenção Urbana e Habitacional no Centro de São Paulo. Dissertação de Mestrado da FAUUSP.

Finley, M. I., Pleket, H. W. (1976) The Olympic games: The First Thousand Years. London: Chatto & Windus.

Fried, Gil (2010) Managing Sport Facilities. Human Kinetics (2ª ed.) University of New Havens

Frúgoli Junior, Heitor (2007) Sociabilidade Urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Gaspar, Jorge (1981) A Área de Influencia de Évora – Sistema de Funções e Lugares Centrais. 2ª Edição. Lisboa: Memórias do Centro de Estudos Geográficos.

Gonçalves, António Costa (2002) O Recreio e Lazer na Reabilitação Urbana – Almada Velha. Lisboa: IFT- Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo e GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectivas Económicas.

Gravagnuolo, Benedetto (1998) Historia del Urbanismo en Europa – 1750 a 1960. (Trad. Juan Calatrava). Madrid: Akal (Original: *La Progettazione Urbana in Europa – 1750 -1960* publicado em)

Hall, Edward T. (1986) A Dimensão Oculta. (Trad. Miguel Serras Pereira). Lisboa: Relógio D'Água Editores. (Original: *The Hidden Dimension* publicado em 1966).

Jacobs, Jane (2009) Morte e Vida de Grandes Cidades. (Trad. Carlos S. Mendes Rosa) São Paulo: Editora WMF. (Original: *The Death and Life of Great American Cities* publicado em 1961).

Liao, Hanwen e Pitts, Adran (2008) A brief historical review of olympic urbanization. In Majumdar, Boria and Collins, Sandra (editors) Olympism: The global vision, from Nationalism to internationalism. London: Routledge.

Le Flochmoan, Jean (1969) La Génesis de los Deportes. (Trad. Montserrat Planell). Madrid: editorial labor s.a. (Original: *La Genèse des Sports* publicado em 1966)

Lucena, Ricardo de Figueredo (2001) O Esporte na Cidade. Campinas: Editora Autores Associados.

Magnane, Georges (1969) Sociologia do Esporte. (Trad. Geraldo Gerson de Souza). São Paulo: Editora Perpectiva. (Original: *Sociologie du Sport* publicado em).

Marcellino, Nelson Carvalho (2007) Espaços e Equipamentos de Lazer em Região Metropolitana. Curitiba: Opus editora

Marivoet, Salomé (1998) Aspectos Sociológicos do Desporto. Lisboa: Livros Horizonte.

Mausbach, Hans (1977) Urbanismo Contemporâneo - Análise dos Fundamentos do Planeamento Actual. (Trad. Wanda Ramos). 2ª Edição. Lisboa: Editora Presença (Original: *Städtebaukunde der Gegenwart* publicado em).

Medeiros, Ethel Bauzer (1975) O Lazer no Planejamento Urbano. (2ª Edição). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Ministério da Educação e Cultura (1980?) Parques “Esporte para Todos”

Moreira, Graça (2007) Requalificação Urbana – Alguns conceitos. Revista ArtiTextos, nº 05, p. 117 Lisboa: Centro Editorial da FA-UTL

Munford, Lewis (1982) A Cidade na História – Suas transformações e perspectivas. (Trad. Neil R. da Silva). São Paulo: Martins Fortes (Original: *The City in History – its origins, its transformation and this prospects* publicado em 1961).

Muxí, Zaida (2004) La Arquitectura de la Ciudad Global. Barcelona: Gustavo Gili.

Noberg-Schulz, Christain (1979) Genius Loci – Paesaggio Ambiente Architettura. (Trad. Anna Maria Noberg-Schulz). Milão: Electra (Original:)

Noberg-Schulz, Christain (2005) Los Principios de la Arquitectura Moderna: sobre la nueva tradición del siglo XX. (Trad. Jorge Sainz) Barcelona: Reverté.

Noberg-Schulz, Christain (1985) Arquitectura Occidental – La arquitectura como historia de formas significativas. (2ª edição) Barcelona: Gustavo Gili

Nobert, Elias e Dunning, E. (1992) A Busca da Excitação. (Trad. Maria Manuela de Almeida e Silva). Lisboa: Difel.(Original: *The Quest for Exitement* publicado em 1985).

Ortega y Gasset (1987) A Origem Desportiva do Estado. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura – Direcção Geral dos Desportos.

Paiva, José Vasconcelos; Aguiar, José e Pinho, Ana (2006) Guia Técnico de Reabilitação habitacional – Instituto Nacional de Habitação. Lisboa: LNEC/IGH

Passaro, Lais Bronstein (2002) Fragmentos de uma Crítica: Revisando a IBA de Berlim. Tese de Doutoramento realizada na Escola Técnica Superior de Arquitectura Universidade Politécnica de Catalunya - Espanha

Pinho, Ana Cláudia da Costa (2009) Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana – Analise da Experiencia Portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais. Tese de Doutoramento realizada na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa - Portugal.

Pires, Gustavo (2007) Agôn Gestão do Desporto – O Jogo de Zeus. Porto: Porto Editora.

Pires, Gustavo (1996) Desporto e Política – Paradoxos e Realidades. Funchal: O Desporto.

Riess, Steven A. (1989) City Games: The Evolution of American Urban Society and the Rice of Sports. Illinois: University of Illinois Press.

Rodrigues, Rosicler Martins (2003) Cidades Brasileiras do passado ao presente. (2º edição) Editora Moderna.

Romero, Marta Adriana Bustos (1988) Principios Bioclimáticos para o Desenho Urbano. São Paulo: Projeto.

Ruano, Miguel (1999) Ecourbanismo Entornos Humanos Sostenibles: 60 proyectos. Ecourbanism sustainable human settlements: 60 case studies. Barcelona: Gustavo Gili.

Sassen, Saskia (2000) Cities in a World Economy. (2ª edição). California: Pine Forge Press.

Serpa, Angelo (2007) O Espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo: Editora Contexto.

Valente, Edison Francisco (1999) Notas para uma crítica do Olimpismo. In Tavares, otávio e Da Costa, Lamartine (org.) Estudos Olímpicos.Rio de Janeiro: Editora Gama Filho (p. 79)

Ziperovich, Plablo Carlos (2007) Espaço Urbano de Esporte, Lazer e Recreação: relação pública privado, gestão e controle social. In Silva, Jameson A. de Almeida e Silva, Katharine Ninive P. (orgs.) Recreação, Esporte e Lazer. Espaço, Tempo e Atitude. Recife: Instituto Tempo Livre.

Referências Eletrônicas:

Alves, Pieranti (2007) O Estado e a formulação de uma política Nacional de Esporte no Brasil.

Andranovich, Greg; Burbank, Matthew J. e Heying, Charles H. (2001) Olympic Cities: lessons Learned from Mega-Event Politics. Journal of Urban Affairs, volume 23, Nº 2, pp. 113-131.

Brumes, Karla Rosário (2001) Cidades: (Re) Definindo seus Papéis ao Longo da História. Caminhos de Geografia – Revista on line 2 (3) p. 47-56.

Burbank, Andronovich e Heying (XXX) Mega-Events, Urban development, and publica policy....

Charter Olympic. (2010) International Olympic Committe.

Debord, Guy (2003) A Sociedade do Espetaculo. (Trad. www.terravista.pt) Edição: eBook e Books Brasil.com.

Doria, Tubino (2006) Avaliação da busca da cidadania pelo projecto olímpico da mangueira

Freitag, Barbara (2001) Utopias Urbanas. Conferência “Utopias Urbanas” do X Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em 3 e 7 de Setembro em Fortaleza em 2001.

Gratton, Chris e Henry, Ian P. (2005) Sport and Economic Regeneration in Cities. Urban Studies vol. 42, nº5-6, p. 985-1000.

Gratton, Chris (2005) Sport and Economic Regeneration in Cities. Urban Studies vol. 42, nº5-6, p. 985-1000.

Marcellino, Nelson Carvalho; Barbosa, Felipe Soligo e Mariano, Stéphanie Helena. (2006) As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. Revista Impulso nº 17 p. 55-66 Piracicaba

Matiello, Alexandre M. (2006) Da Carta de Atenas ao Estatuto da Cidade. Piracicaba: Revista Impulso 17 (44) p. 45-54.

Martinez, Julio Clúa (2004) El Urbanismo y las Instaciones Desportivas. Revista I.T. nº 66, p. 30-35. Acedida pelo www.google.com

Millet, Lluís (1997): Olympic Villages after the Games. [online article]. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB. [Consulted: dd/mm/yy]

Muñoz, Francesc (1997) *Historic Evolution and Urban Planning Typology of Olympic Villages Barcelona*: Centre d'Estudis Olímpics UAB. [Consulted: dd/mm/yy]

Nóvoa, Manuel (1998) *Una Reflexión sobre la reciente Transformación de Barcelona*. Revista da faculdade de letras – geografia série, vol XIV. Porto, pp. 61-75

Preuss, Holger (2002) *Economic dimension of the Olympic Games*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB. [Consulted: dd/mm/yy]

Stuchi, Sérgio (2001) *As relações do Homem com o espaço de Circulação da Cidade e o Significado da Função de recrear*. Revista Brasileira de Ciências do esporte V. 23 nº 1 p. 99-108 set. 2001.

Tarradellas, Joseph (2003) *The Olympic Movement and the Environment*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB.

Vaz, Lillian Fessler (2004) *Regeneração Cultural em Cidades do Terceiro Mundo*. Artigo encaminhado para o Encontro anual da LASA Latin American Studies Association. Las Vegas. Acessado no www.google.com em Janeiro de 2010.

Official Reports of IOC:

Games of the XXIX Olympiad in 2008 Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group to the IOC Executive Board.

Games of the XXX Olympiad in 2012 Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group to the IOC Executive Board.

Games of the XXXI Olympiad in 2016 Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group to the IOC Executive Board.

Official Report of the Organizing Committee for the Games of the XVII Olympiad Rome 1960 (Volume 1) OR1960v1.pdf

Official Report of the Organizing Committee for the Games of the XVII Olympiad Rome 1960 (Volume 2) OR1960v2.pdf

The Games of the XVIII Olympiad Tokio 1964 The Official Report of the Organizing Committee (Volume 1 parte 1)

The Games of the XVIII Olympiad Tokio 1964 The Official Report of the Organizing Committee (Volume 1 parte 2)

The Games of the XVIII Olympiad Tokio 1964 The Official Report of the Organizing Committee (Volume 2 parte 1)

The Games of the XVIII Olympiad Tokio 1964 The Official Report of the Organizing Committee (Volume 2 parte 2)

Olympic Report Mexico 1968 (Volume 1 parte 1)

Olympic Report Mexico 1968 (Volume 1 parte 2)

Olympic Report Mexico 1968 (Volume 2 parte 1)

Olympic Report Mexico 1968 (Volume 2 parte 2)

Olympic Report Mexico 1968 (Volume 3 parte 1)

Olympic Report Mexico 1968 (Volume 3 parte 2)

Olympic Report Mexico 1968 (Volume 4 parte 1)

Olympic Report Mexico 1968 (Volume 4 parte 2)

Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele (Volume 1 parte 1)

Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele (Volume 1 parte 2)

Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele (Volume 2 parte 1)

Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele (Volume 2 parte 2)

Olympic Report Munich 1972 – Die Spiele (Volume 3)

The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976 (Volume 1 parte 1)

The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976 (Volume 1 parte 2)

The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976 (Volume 2)

The Official Report of XXIst Olympiad Montréal 1976 (Volume 3)

Games of the XXII Olympiad (Volume 1)

Games of the XXII Olympiad (Volume 2, parte 1)

Games of the XXII Olympiad (Volume 2, parte 2)

Games of the XXII Olympiad (Volume 3)

Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984 (Vol. 1 p. 1)

Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984 (Vol. 1 p. 2)

Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984 (Vol. 1 p. 3)

Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984 (Vol. 2 p. 1)

Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984 (Vol. 2 p. 2)

Official Report of the Games of the XXIIIrd Olympiad Los Angeles, 1984 (Vol. 2 p.3)

Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988 (Volume 1 parte 1)

Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988 (Volume 1 parte 2)

Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988 (Volume 1 parte 3)

Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988 (Volume 2 parte 1)

Official Report Games of the XXIVth Olympiad Seoul, 1988 (Volume 2 parte 2)

Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992 (Volume 1)

Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona, 1992 (Volume 2)

The Official Report of the Centennial Olympic Games (Volume 1)

The Official Report of the Centennial Olympic Games (Volume 2)

Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games (Volume 1)

Official Report of the Games of the XXVII Olympiad Sydney 2000 Olympic Games (Volume 2)

Official Report of the XXVIII Olympiad (Volume 1)

Official Report of the XXVIII Olympiad (Volume 1)

China: www.beijing2008.com

Italia: www.coni.it

Japão: www.joc.or.jp

México: www.com.org.mx

Alemanha: www.dosb.de

Canada: www.olympic.ca

Rússia: www.roc.ru

USA: www.usolympicteam.com

Córea do Sul: www.koc.org

Espanha: www.coe.es

Grécia: www2.hoc.gr

Austrália: www.olympics.com.au

Anexos

Anexo 1 – 1960 a 1976 (fonte: Relatórios Oficiais dos Comitês Organizadores)

Cidades sedes	Roma	Tóquio	México	Munique	Montreal
Ano de Indicação	1955	1959	1963	1966	1970
Ano dos Jogos Olímpicos	1960	1964	1968	1972	1976
População segundo Millet (1997)	3.180.000	11.829.000	19.400.000	2.316.000	2.950.000
População (Relatório Oficial)		10.000.000			2.800.000
Taxa de crescimento (h/ano)			200.000		
Bairros (20 anos)			164		
Instalações existentes					
Estádios					3
Piscinas de natação					50
Campos de futebol					30
Centros equestres					3
Campo de atletismo					12
Ginásios Cobertos					6
Comunicações					
Altura da torre (m)			100		
Antena parabólica (ton)			330		
Receitas (Report Barcelona)				17.652	34.895
D. Televisivos (US\$ milhões) segundo Preuss (2002)	1.178	1.578	9.750	17.790	34.860
Nº de telespectador					
Imprensa (total)				4.048	
Horas de transmissão	61,20'	165,05'			
Receitas (US\$ milhões)					430
Direitos de transmissão		1.577.778			32
Bilhetes					27
Governo					176
Despesas (US\$ milhões)			175.840.000		1.596.000.000
Instalações Desportivas (cidade)					141.000.000
Governo					176.000.000
Instalações desportivas			53.600.000		987.000.000
Infra-estrutura da cidade			16.560.000		
Vila Miguel Hidalgo			16.080.000		85.000.000
Vila Narciso Mendoza			12.720.000		
Custos da organização COJO			76.880.000		207.000.000
Obras permanentes			98.960.000		
Países participantes	83	93	112	121	92
Nº de atletas	5.396	5.586	6.626	7.894	6.189
Mulheres	610	683	781	1.070	1.251
Homens	4.786	4.903	5.845	6.824	4.938
Nº de desportos	17	20	20	24	23

Cidades sedes	Roma	Tóquio	México	Munique	Montreal
Eventos	150	163	172	195	198
Recursos Humanos					
Segurança (total)					17.224
Pessoal da Saúde					1.280
Hospedeiras					1.042
Funcionários do comité organizador					
J-3			92		
J-2			1.694		
J-1			7.322		
durante os jogos (J)			14.005		
J+1			867		
J+2			31		
credenciais olímpicas			15.865		
Ingressos vendidos (total)		2.061.183			3.150.000
% vend. do total dispon.		96			63
Cerimonia de abertura		63.294			73.286
Cerimonia de encerramento		61.302			74.223
Visitantes	1.436.091	2.061.183	3.792.344	3.307.135	3.187.173
Lugares disponibilizados					4.913.800
Lugares ocupados					3.195.170
Hotéis na cidade			286		
Quartos			53.554		
Apartamentos turísticos			58		
Casas particulares			3.167		
Hotel fora da cidade			514		
Quartos			44.654		
Vagas para trailers			2.138		
Camas disponíveis no entorno					
Veículos alugados					1.131
Vagas de estacionamento					17.600
Instalações Desportivas					
Estádio Olímpico (cap.)	90.000	72.000	80.000	80.000	72.460
Dimensão					
Ginásio (cap.)	15.000	13.500	22.000	12.000	
Dimensão					
Piscinas (cap.)				8.000	9.000
Dimensão					
Área do Parque Olímpico (Hect)				300	204
Vila Olímpica - 1					
Nº de Camas					9.784
área construída (m2)					
Nº de apartamentos			904		980

Cidades sedes	Roma	Tóquio	México	Munique	Montreal
Nº de quartos			5.044		
nº de banheiros			2.572		
Nº de edifícios			29		4
Vila Olímpica - 2					
Nº de Leitos/camas					
área construída (m2)					
Nº de apartamentos			470		
Nº de casas			686		
Nº de quartos			3.474		
nº de banheiros			1.314		
Nº de edifícios					

Anexo 2 – 1980-1992 (fonte: Relatórios Oficiais dos Comitês Organizadores)

Cidades sedes	Moscou	Los Angeles	Seoul	Barcelona
Ano de Indicação	1974	1980	1981	1983
Ano dos Jogos Olímpicos	1980	1984	1988	1992
População segundo Millet (1997)	13.200.000	11.500.000	15.800.000	3.975.000
População	8.099.000/80	7.500.000	10.000.000/87	3.000.000/91
área da cidade Km2	878,7	4.083 milha2	627,06	1.623.542
limites urbanos Km2				99
sector primário (%)				5,2
sector secundário (%)				45,7
sector terciário (%)				49,1
Instalações existentes				
Estádios	57			
Piscinas de natação	30			
Academias de ginástica	1.300			
Campos de futebol	400			
Campos de tenis	200			
Quadras de basquete/volei	2.000			
Transportes				
Aeroporto				
passageiros/ano				9.000.000
voos regulares				100.000
previsão com a ampliação				
passageiros/ano				16.000.000
passageiros/hora	6.300/ 2 aero			
metropolitano (km)				70
passageiros /ano				270.000.000
Receitas (report Los Angeles)		239.000		
Receitas (report Barcelona)	101.182	288.174	407.677	
D. televisivos (US\$ milhões)	87.980	286.900	402.600	636.000
Nº de telespectador				
Imprensa (total)	5.616	9.190	11.331	13.082
Horas de transmissão				20.000
Receitas milhões		619		
Direitos de transmissão		239		
Bilhetes		151		

Cidades sedes	Moscou	Los Angeles	Seoul	Barcelona
Licença e Patrocínios		121		
Despesas (milhões)		469		
Despesa de pessoal		100		
Segurança		91,70		
		42,40		
Países participantes	80	140	159	169
Nº de atletas	5.923	7.055	9.417	10.563
Mulheres	1.088	1.620	2.471	3.008
Homens	4.835	5.435	6.946	7.555
Nº de desportos	23	21	23	25
Eventos	203	221	237	257
Recursos Humanos				
Voluntários		28.742	27.221	34.548
Funcionários do comité organizador				
Credenciais olímpicas				
Ingressos vendidos (total)				
% vend. do total dispon.				
Cerimonia de abertura				
Cerimonia de encerramento				
Visitantes	5.268.163	5.017.524	3.305.944	3.033.064
Lugares disponibilizados				
Lugares ocupados				
Locais				
Hotéis na cidade				
Instalações Desportivas				
Estádio Olímpico (cap.)	103.000/100.000			60.000
Dimensão				
Ginásio (cap.)	45.000			
Dimensão				
Piscinas (cap.)				
Dimensão				
Área do P. Olímpico (Hect)				
Vila Olímpica - 1				

Cidades sedes	Moscou	Los Angeles	Seoul	Barcelona
Nº de Leitos				
Área construída (m2)				
Nº de apartamentos				
Nº de quartos				
nº de banheiros				
Nº de edifícios				
Vila Olímpica - 2				
Nº de Leitos/camas				
Área construída (m2)				
Nº de apartamentos				
Nº de casas				
Nº de quartos				
Nº de banheiros				
Nº de edifícios				
Financiamentos				
Patrocínio nac. Relatório Eu\$				
Custo estimado (US\$)				
Instalações desportivas				
Infra-estrutura da cidade				
Custos da organização				
Obras permanentes				
Comité organizador				
Reciclagem (Toneladas)				
Plásticos				
Papel				
Óleos alimentares				
Reabilitação Marina (m2)				
Equipamentos provisórios				
Barracas				
Trailers de escritórios				

Anexo 3 – 1996 a 2008 (fonte: Relatórios Oficiais dos Comitês Organizadores)

Cidades sedes	Atlanta	Sydney	Atenas	Beijing
Ano de Indicação	1990	1993	1997	2001
Ano dos Jogos Olímpicos	1996	2000	2004	2008
População segundo Millet (1997)	2.500.000	3.610.000		
População				
Área da cidade Km2				
D. televisivos (US\$ milhões)	898.200	1.331.500	1.494.000	
Nº de telespectador		3.600	3.900	
Imprensa (total)	15.108	16.033	21.500	24.562
Horas de transmissão	25.000	29.600	35.000	
Nº de países receptores	214	220		
Audiência global bilhões	3,20	3,70		
Total de espectadores bilhões	33,50	36,10		
Cameras			1.000	
Horas em directo			3.800	
Credenciais			12.000	
Receitas milhões				
Direitos de transmissão	898,20	1.331,50		
Bilhetes			E\$202490000	
Licença e Patrocínios	379	579	E\$530.200.000	
Sponsors			E\$662652000	
Royalties			E\$88.700.000	
Despesas (milhões)				
Despesa de pessoal				
Segurança				
Instalações Desportivas (milhões)				
Vila olímpica				
Instalações Desportivas (cidade)				
Operações do COJO				
Governo				
Países participantes	197	199	201	204
Nº de atletas	10.744	10.651	10.625	10.924
Mulheres	3.684	4.069	4.329	4.637
Homens	7.060	6.582	6.296	6.305
Nº de desportos	26	28	28	28
Eventos	271	300	301	302
Eventos Femininos	97	120		127
Eventos Masculinos	159	168		165

Cidades sedes	Atlanta	Sydney	Atenas	Beijing
Eventos mistos	11	12		10
Cidades sedes	Atlanta	Sydney	Atenas	Beijing
Recursos Humanos				
Segurança (total)			45.000/34.737	
policia			19.772	
Polícia			25.000/10.550	
Militar			7.000/1.644	
Guarda -costeira			3.000/1.549	
Bombeiros			1.500	
Seguranças privados			3.500	
Seg. voluntário			5.000/1.272	
Pessoal da Saúde				
Hospedeiras				
Voluntários	47.466	46.967	45.000/39.494	100.000
Voluntários Jogos Para olímpicos			11.089	
Juízes oficiais			2.652	
Ingressos vendidos (total)	8.384.290	6.679.792	3.598.444	
% vend. do total dispon.	82,30	87,83	67,9	
Cerimónia de abertura	68.047	92.677		
Cerimónia de encerramento	55.796	96.850		
Visitantes	8.384.290			550.000
Lugares disponibilizados				
Lugares ocupados				2.400.000
Locais				
Hoteis na cidade				
Quartos				
Apartamentos turísticos				
Casas particulares				
Hotel fora da cidade				
Quartos				
Quartos a mais			2.000	
Vagas para trailers				
Camas disponíveis no entorno			110.000	
Veículos alugados				
Vagas de estacionamento				
Instalações Desportivas				
Estádio Olímpico (cap.)				91.000
Dimensão				258.000

Cidades sedes	Atlanta	Sydney	Atenas	Beijing
Ginásio (cap.)				
Dimensão				
Piscinas (cap.)				
Dimensão				
Área do P. Olímpico (Hect)				
Vila Olímpica - 1				
Nº de Leitos				
Área construída (m2)			165.000	
Nº de apartamentos			2.292	
Nº de quartos				
Nº de banheiros				
Nº de edifícios				
Vila Olímpica - 2				
Nº de Leitos/camas				
área construída (m2)				
Nº de apartamentos				
Nº de casas				
Nº de quartos				
Nº de banheiros				
Nº de edifícios			177.589.735	
Financiamentos				
Patrocínio nac. Relatório Eu\$			126.616.052	
Custo estimado (US\$)				
Instalações desportivas				
Infra-estrutura da cidade				
Custos da organização				
Reciclagem (Toneladas)				
Plásticos			970,0	
Papel			675,0	
Óleos alimentares			9,8	
Reabilitação Marina (m2)			770.000	
Equipamentos provisórios				
Barracas			115.600	
Trailers de escritórios			9.493	
Duches/WC móveis			227	
Contentores			453	
Banheiros químicos			653	

Cidades sedes	Atlanta	Sydney	Atenas	Beijing
Cercas			39	
Barreiras móveis			56	
Arquibancadas temporárias			94.687	